

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VINÍCIUS DE PAULA FERREIRA

Delegado do Dops x Pastor evangélico

Repressão política, Ditadura Militar e deslocamento de memória em Cláudio Guerra

(1964-1985)

VITÓRIA

2022

VINÍCIUS DE PAULA FERREIRA

Delegado do Dops x Pastor evangélico

Repressão política, Ditadura Militar e deslocamento de memória em Cláudio Guerra

(1964-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof.º Dr.º Pedro Ernesto Fagundes

VITÓRIA

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

F383d Ferreira, Vinícius de Paula, 1996-
Delegado do Dops x Pastor evangélico : Repressão política, Ditadura Militar e deslocamento de memória em Cláudio Guerra (1964-1985) / Vinícius de Paula Ferreira. - 2022. 147 f. : il.

Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Ditadura Militar. 2. Lei de Anistia. 3. Cláudio Guerra. 4. Memória. 5. História do Brasil. 6. Brasil República. I. Fagundes, Pedro Ernesto. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

VINÍCIUS DE PAULA FERREIRA

Delegado do Dops x Pastor evangélico

Repressão política, Ditadura Militar e deslocamento de memória em Cláudio Guerra

(1964-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof.º Dr.º Pedro Ernesto Fagundes

Aprovada em: 20 / 10 / 2022

Comissão Examinadora

Prof.º Dr.º Pedro Ernesto Fagundes

Universidade Federal do Espírito Santo

Orientador

Prof.º Dr.º Ueber José de Oliveira

Universidade Federal do Espírito Santo

Examinador interno

Prof.º Dr.º Pablo Ornelas Rosa

Universidade de Vila Velha

Examinador externo

Prof.º Dr.º Marco Aurélio Borges Costa

Universidade de Vila Velha

Examinador externo

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos desta Dissertação não é tarefa fácil. Espero me recordar de todos aqueles fizeram parte de forma direta, ou indiretamente deste trabalho que coroa os longos e difíceis dois anos e meio no qual me dediquei para que este trabalho se tornasse realidade, principalmente devido ao período pandêmico, da Covid-19 iniciado, no Brasil, em 2020.

Primeiro, agradeço a Deus, pelas graças e feitos em minha vida.

Preciso, desta forma, no plano terreno, iniciar agradecendo a minha família. Sr.^a Maria Aparecida de Paula Silva e Sr. ° João Ferreira da Silva. Eu não tenho outra palavra para dizer a vocês, se não for “obrigado!”. Obrigado por sempre acreditarem em mim, por sempre me apoiarem de forma incondicional, por serem os melhores pais que eu poderia ter. Por me corrigirem e me orientarem para a vida, a fim de que me tornasse um homem correto e íntegro, assim como vocês são. Eu te amo pai. Eu te amo mãe.

Preciso, ainda, agradecer aos meus irmãos João Paulo, Victor e Gustavo. Vocês sempre vibraram pelas minhas conquistas como se fossem de vocês. Obrigado por tanto apoio. Vocês fazem parte disso. Também agradeço a minha irmã Manuella. Em 2019, quando eu me preparava para fazer a prova do Mestrado, você chegou em nossa família, de forma inesperada. Mas nos mudou por completo. Obrigado por tornar tudo mais leve, e por ajudar a me distrair em meio às incertezas.

Dedico este parágrafo as minhas tias Ana Lúcia e Marcia Lúcia, que foram grandes incentivadoras dos meus estudos. Sempre me apoiaram e prestigiaram minhas conquistas. Certamente, vocês são peças fundamentais na minha trajetória.

Neste momento, se faz necessário agradecer a uma pessoa que está, desde 2013, em minha vida. Mayara Velten, minha namorada, amiga e companheira. Pessoa que divide comigo, aos longos destes anos, sorrisos e lágrimas. Você sempre me apoiou, compreendeu e me aceitou como eu sou. Você esteve comigo nos melhores, mas, principalmente nos momentos mais triviais da minha vida.

Agradeço ao Professor Dr. ° Pedro Ernesto Fagundes, que esteve comigo desde o ano de 2017, orientando-me durante o trabalho de Iniciação Científica e de Monografia (I e II), assim como nesta Dissertação. Pedro, obrigado pelos ensinamentos, pelo amor dedicado à História, e por me incentivar tanto. Você é, sem dúvidas, um dos grandes responsáveis pela minha jornada até aqui.

Dizem que a pesquisa acadêmica é um tanto quanto solitária. Preciso, todavia, discordar disso, e assim, agradecer ao meu amigo Homero Ramos, que, desde seu ingresso na UFES,

tornou-se uma pessoa na qual, sem dúvidas, levarei para toda minha vida. Obrigado pela parceria, conselhos, pelas leituras e indicações. Você é, sem dúvidas, um grande amigo. A você, meu amigo Vinícius Miranda, gratidão. A UFES me deu a oportunidade de te conhecer, embora não tenha seguido os caminhos da História, nunca deixou de fazer parte da minha. Obrigado pela amizade e pelas traduções dos seus textos para o Inglês. O seu coração é gigante.

Agradeço aos membros do Laboratório de História do Tempo Presente (LabTempo/UFES). Sem dúvidas nossos encontros e discussões foram de grande importância para a conclusão deste trabalho. Aos meus amigos Davi Rangel e Ariel Chexes, gratidão pelas indicações de leitura, pelos debates via aplicativos de mensagens. Vocês foram fundamentais na minha trajetória.

Agradeço a Brenda Bernardes, uma das grandes responsáveis pelo meu início na pesquisa acadêmica. Brenda me incentivou a fazer a Iniciação Científica, corrigiu meus textos acadêmicos, assim como fez para o texto final desta Dissertação. Muito obrigado por tanto apoio e incentivo. Você é gigante. Eu sou seu fã.

Agradeço aos professores Ueber José de Oliveira e Pablo Ornelas Rosa pela presença na banca de qualificação, assim como por participarem da banca de defesa, por todas as considerações, pelos apontamentos e questionamentos que fizeram página por página. Sem dúvidas, as falas e orientações se tornaram essenciais para que eu pudesse seguir a pesquisa.

Agradeço ao professor Sebastião Pimentel Franco por aceitar o convite de ser membro suplente na banca de qualificação, assim como por ler o meu trabalho e participar da banca de defesa. Agradeço, igualmente, ao professor Marco Aurélio Borges por aceitar o convite e ser examinador suplente.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha formação pessoal e humana. Desde os meus professores do ensino regular, assim como os da UFES. A vocês, gratidão pelo cuidado e ensinamentos. Vocês fazem parte disso.

Professora Penha Conceição de Andrade, você é a maior responsável por eu ter me tornado professor e Historiador. Ainda hoje, mesmo você já não estando entre nós, nesse plano terreno, busco em você inspiração para entrar em sala e dar, aos meus alunos, a melhor aula de História que eu puder. Você é e sempre será minha maior inspiração enquanto professor. Saudades eternas.

Por fim, agradeço à Universidade Federal do Espírito Santo e as oportunidades concedidas durante esses longos sete anos. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) pela recepção e por todo auxílio quando solicitado.

RESUMO

O período entre 1964 e 1985 é marcado pela Ditadura Militar brasileira. Por meio de torturas, repressões, censuras e demais arbitrariedades, os militares perseguiram, mataram e desapareceram com milhares de pessoas ao longo dos 21 anos de poder. Por meio do discurso de “eliminar o subversivo” ou o “inimigo do governo”, a Ditadura buscou silenciar todos aqueles que se opunham à “ordem” vigente. Em 1985, após a saída dos castrenses do poder, a historiografia iniciou uma série de discussões sobre a memória do período, ascendendo questões via depoimentos, documentos e denúncias. Na última década, o ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS-ES), Cláudio Antônio Guerra, confessou seus crimes no livro *Memórias de uma Guerra Suja* (2012). Em 2014, foi encaminhado para depor na Comissão Nacional da Verdade (CNV). Na ocasião, novamente confessou crimes e ações que, supostamente, cometeu durante a Ditadura. Em 2018, foi produzido o filme/documentário *Pastor Cláudio*, e mais uma vez, o ex-repressor confesso menciona suas práticas e seu envolvimento com os militares. Ao afirmar estar imerso em uma experiência religiosa, Cláudio Guerra procura testemunhar seus crimes para mostrar a possibilidade de encontrar “luz” e “redenção”. Perante o exposto, esta Dissertação discute que através do deslocamento de memória, Cláudio Guerra busca assumir seus crimes até 1979, refugiando-se na Lei de Anistia (1979). Observa-se que após esse marco temporal, o ex-delegado tem negado o cometimento de práticas tipificadas como contravenção penal, crime de mando e contrabando. Finalmente, destaca-se que por intermédio de um *efeito litúrgico* no discurso, marcado pela redenção e o arrependimento dos pecados, o personagem naturaliza e normaliza a violência por ele praticada. Os documentos acima citados foram utilizados nesta Dissertação como fontes primárias de pesquisa, recorrendo-se à metodologia de análise documental.

Palavras-Chave: Cláudio Guerra. Ditadura Militar. Memória. Lei de Anistia.

ABSTRACT

The period between 1964 and 1985 is marked by the Brazilian Military Dictatorship. Through torture, repression, censorship, and other arbitrariness, the military persecuted, killed, and disappeared with thousands of people throughout its 21 years of power. Through the discourse of “eliminating the subversive” or the “enemy of the government”, the Dictatorship sought to silence all those who opposed the current “order”. In 1985, after the military left power, historiography began a series of discussions about the memory of the period, raising questions via testimonies, documents, and denunciations. In the last decade, the former delegate of the Department of Political and Social Order of the State of Espírito Santo (DOPS-ES), Cláudio Antônio Guerra, confessed to his crimes in the book *Memories of a dirty war* (2012). In 2014, he was referred to testify at the National Truth Commission (CNV). On that occasion, he again confessed to crimes and actions that he supposedly committed during the dictatorship. In 2018, the film/documentary *Pastor Cláudio* was produced, and once again, the confessed former repressor mentions his practices and his involvement with the military. By claiming to be immersed in a religious experience, Cláudio Guerra seeks to witness his crimes to show the possibility of finding “light” and “redemption”. Given the above, this Dissertation argues that through memory displacement, Cláudio Guerra seeks to assume his crimes until 1979, taking refuge in the Amnesty Law (1979). It is observed that after this time frame, the former delegate has denied committing practices typified as a criminal misdemeanor, crime of command, and smuggling. Finally, it is highlighted that through a liturgical effect in the speech, marked by redemption and repentance of sins, the character naturalizes and normalizes the violence he practiced. The documents mentioned above were used in this Dissertation as primary sources of research, using the methodology of document analysis.

Key Words: Cláudio Guerra. Military dictatorship. Memory. Amnesty law.

LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional

AI ‘S – Atos Institucionais

BNC – Brasil Nunca Mais

CCDT’s – Centros Clandestinos de Detenção e Torturas

CIE – Centro de Informações do Exército

CNV – Comissão Nacional da Verdade

DEOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DOI-Codi – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

DPF/DCDP – Divisões Públicas do Departamento de Polícia Federal

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ES – Espírito Santo

ESNI – Escola Nacional de Informações

HTP – História do Tempo Presente

IHTP – Instituto de História do Tempo Presente

IPMs – Inquéritos Policiais-Militares

MP – Ministério Público

MPF – Ministério Público Federal

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PC – Polícia Civil

PCR – Partido Comunista Revolucionário

PE – Pernambuco

PF – Polícia Federal

RJ – Rio de Janeiro

SNI – Serviço Nacional de Informação

STM – Supremo Tribunal Militar

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Cláudio Guerra: a Bíblia como símbolo de redenção	108
Imagem 2: Claudio Guerra: assassino confesso da Ditadura Militar	120
Imagem 3: Jair Bolsonaro: Presidente da República e militar da reserva	120

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: DO GOLPE À TORTURA: A DITADURA MILITAR ENTRE REPRESSÃO, JUSTIÇA E IMPUNIDADE.....	24
1.1 A construção do “esquecimento oficial” e a busca pela verdade.....	36
1.2 O anseio por justiça e verdade – A Nova República.....	41
1.3 A face da impunidade: Cláudio Guerra – entre silêncio, trajetórias e memórias	54
CAPÍTULO 2: O REPRESSOR FALA.....	61
2.1 Fiel e obediente: Guerra e a confortável narrativa de cumprir ordens	63
2.2 A guerra e os ganhos: crime organizado e terror de Estado	73
2.3 Contravenção Penal e Crimes comuns: o delegado e a invenção de si.....	85
CAPÍTULO 3: NASCE O PASTOR.....	91
3.1 História e documentário: uma análise do filme Pastor Claudio	92
3.2 Ditadura Militar, espaço público e consentimento: Pastor Claudio e a Naturalização da violência	101
3.3 O repressor e a “redenção”	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS.....	125
Fontes primárias.....	125
Bibliografia instrumental-teórica.....	126
Bibliografia de apoio	127
ANEXOS.....	133

INTRODUÇÃO

“Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo” (BENJAMIN, 1940). Esta declaração faz parte das célebres teses sobre o conceito de História de Walter Benjamin, nas quais, o ensaísta denuncia, primeiramente, que o passado não é, a partir do discurso, escrito. Como se fosse algo físico, possível de ser feito. Portanto, o passado é articulado ao presente, alimentando-se de suas angústias e de seus júbilos, que se revitalizam conforme as novas demandas experienciadas pelas sociedades.

Esta Dissertação buscou investigar as memórias do ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS-ES), e atual pastor evangélico, Cláudio Antônio Guerra, que atuou durante a Ditadura Militar brasileira (1964-1985) no Estado do Espírito Santo. Em prol do Regime Militar, o ex-agente praticou crimes, principalmente durante a década de 1980 no combate aos “subversivos e inimigos do governo”.

Durante esse período, Cláudio Guerra foi um policial civil (PC) muito conhecido no Espírito Santo. Em seus anos de atuação, foi cortejado e reverenciado pela mídia local e por boa parte da sociedade, por, teoricamente, prestar bons serviços ao Estado, assim como por fazer os “bandidos” temê-lo.

Segundo Cláudio Guerra, antes de ser delegado da Polícia Civil do Espírito Santo, foi servidor da Justiça de Minas Gerais, na cidade de Mantena. Ainda, afirma ter participado de várias operações para combater as ações de bandidos na fronteira do Espírito Santo. Entretanto, para além de suas memórias, tais relatos carecem de provas (GUERRA, 2012).

Guerra também afirma que sua carreira policial se ascendeu de forma acelerada. Nas oportunidades, trabalhou em diversas delegacias e aprendeu a lidar com a tortura e com os informantes. Destacou-se no DOPS-ES, onde trabalhava para os militares, e buscou aplicar suas ações no Espírito Santo, local que mais atuava (GUERRA, 2012).

Segundo Guerra (2012), as ações que praticava no Espírito Santo ocupavam manchetes de jornais. Era homenageado e cortejado no mundo político e empresarial. Suas atividades, portanto, eram vistas com bons olhos pela mídia capixaba.

Contudo, tal situação se modifica com o assassinato da jornalista Maria Nilce,¹ em 1989, creditado a Cláudio Guerra. Observa-se que Maria Nilce vinha se destacando pela crítica às elites capixabas que apoiavam as ações do policial. Nesse sentido, a alcunha de assassino contribuiu para o desaparecimento do prestígio da imprensa capixaba sobre o personagem. Em seguida, jornalistas de vários lugares do Brasil despertaram o interesse na trajetória do ex-delegado, descobrindo sua ligação com o mundo do crime no Espírito Santo (GUERRA, 2012).

A mídia nacional começou a noticiar uma série de desregramentos cometidos no espaço capixaba. “Suspeitando que Guerra tivesse o controle do aparelho policial, o então governador do Estado, Max Mauro (1987-1991), federalizou a investigação dos seus crimes, e um inquérito elaborado pela Polícia Federal o apontou como chefe do crime organizado no Espírito Santo” (GUERRA, 2012, p. 27).

O personagem também esteve envolvido com milícias relacionadas à jogatina capixaba, afirmando ter criado um sistema para o Jogo do Bicho que unificou todas as bancas, para que fosse possível comandar tudo. Segundo Guerra (2012), os bicheiros que não aderissem, eram eliminados.

Entretanto, pesquisas apontam que devido à desorganização da jogatina no Espírito Santo, o Capitão Ailton Guimarães² e o bicheiro José Carlos Gratz³ unificaram as bancas do Jogo do Bicho “na marra”. Cláudio Guerra, portanto, teria contribuído auxiliando, ao lado de sua milícia, concedendo suporte ao Capitão Guimarães para que pudesse assumir as bancas locais.

A revelação das memórias de Cláudio Guerra vem a público apenas em 2012, quando resolve por motivações pessoais trazer à tona todos os feitos e crimes que cometeu durante a Ditadura Militar, através de depoimento aos jornalistas Rogério Medeiros e Marcelo Netto. O conjunto

¹ Nascida em 1941, no Espírito Santo, Maria Nilce foi jornalista, estilista, apresentadora e escritora. A jornalista apresentava um programa televisivo que fazia críticas e denunciava os casos de narcotráficos cometidos no estado, assim como o envolvimento de policiais em roubos de veículos. Suas críticas visavam denunciar os suspeitos. No dia 5 de julho de 1989, ao sair de uma academia de ginástica, a jornalista foi morta, com três tiros. Um dos condenados pela morte de Maria Nilce, o ex-policial militar e pistoleiro, Cezar Narciso de Souza, foi preso, no dia 28/06/2022, ou seja, 33 anos após o crime, devido a uma força-tarefa da segurança pública do Espírito Santo. Disponível em: < <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2022/06/28/condenado-pela-morte-da-jornalista-maria-nilce-em-1989-e-preso-no-es.ghtml> >. Acesso em: 28 jun. 2022.

² Conhecido como Capitão Guimarães (1941-), é um bicheiro e ex-militar brasileiro, atuante da Ditadura Militar e acusado de participar de torturas com presos políticos.

³ Gratz (1948-) iniciou sua trajetória como personalidade importante e de destaque no Estado do Espírito Santo a partir da prática e associação nos jogos de azar. Uma figura carismática e de personalidade perspicaz, pouco tempo após o envolvimento com a jogatina, tornou-se um grande bicheiro e, tempos depois, encantou-se pela política e, devido a sua influência, elegeu-se deputado estadual. José Carlos Gratz entrou na cena política em 1990, presidiu a Assembleia Legislativa do Espírito Santo por três mandatos consecutivos, até 2002. O ex-deputado é investigado e apontado como um dos indivíduos de grande poder e prestígio, que comandou o crime organizado no Espírito Santo, tendo seu nome associado a atentados, corrupção e ilegalidades.

de suas histórias foram reunidas no livro *Memórias de uma Guerra Suja*, uma das principais fontes primárias desta pesquisa. Na obra, o ex-delegado sustenta sua atuação como agente da repressão no período que os militares estiveram no poder.

No depoimento, Cláudio Guerra apontou nomes de diversos agentes do Estado que fizeram parte do que nomeia “clandestinidade”. Afirmou ter participado e atuado na repressão nos chamados “porões da Ditadura”. Após essas revelações, em 2014 prestou depoimentos à Comissão Nacional da Verdade (CNV). Nessa ocasião, destacou todos os seus crimes, assim como os mecanismos e as técnicas utilizadas para conter os “inimigos da ordem”. Ainda, confirmou nomes de pessoas da esquerda que assassinou, e reconheceu fotos de diversos militantes, através do catálogo de mortos e desaparecidos, revelando os lugares onde os atos foram cometidos.

Sustentamos, portanto, que a partir de 2012 Cláudio Antônio Guerra se tornou um homem-memória, isto é, um indivíduo que passou a usar sua memória criminoso para entrar na História na medida que participava de programas televisivos e concedia entrevistas contando suas ações reiteradas vezes.

Em 2018 foi lançado o filme/documentário intitulado *Pastor Cláudio*, no qual o ex-delegado confessa, mais uma vez, todos os seus crimes cometidos durante a Ditadura Militar. Essa obra contribui de forma significativa para nossa pesquisa, uma vez que também será utilizada como fonte primária para fomentar nossas discussões acerca das ações do período repressivo no Brasil, especialmente sob o olhar de Cláudio Guerra.⁴

É importante pensar que, após o golpe de 1964, o aparato repressivo do governo organizou-se com o intuito de dar legitimidade à dita “revolução”, silenciando, torturando e matando seus opositores. Tais ações foram realizadas através de uma repressão policial clandestina. Dessa forma, a construção do aparato repressivo contou com uma grande engrenagem utilizada para perseguir milhares de brasileiros.

O discurso dos militares desde o início do golpe era pautado em combater a “subversão comunista”, uma vez que o presidente João Goulart (1961-1964) já havia sido associado pela oposição a tal ideologia. Inúmeras práticas foram adotadas em nome da Segurança Nacional, na tentativa de enfrentar os detentores de uma conduta contrária ao Regime. Além de mortos e torturados, milhares de homens, mulheres, jovens, idosos, crianças, políticos, militantes de

⁴ Nesta pesquisa, acredita-se que o período entre 1964-1985 foi, de fato, uma Ditadura. Portanto, o termo “Regime”, quando usado, não tem a pretensão de tornar o período aqui estudado mais brando, e sim, ser um sinônimo para Ditadura. Ver mais em Carlo Fico (2017).

esquerda e jornalistas, desaparecem forçadamente sem deixar rastros. Foram utilizados muitos meios para que a repressão atingisse seu objetivo.

Personagens como Cláudio Guerra emergem nesse contexto. O Estado buscava se legitimar, através de iniciativas para edificar uma imagem democrática da Ditadura Militar. Entretanto, era necessário, na mesma medida, conter os seus inimigos. É importante pensar, portanto, que existia no Brasil um pânico comunista, implantado pelo próprio governo, e logo, era necessário eliminá-lo. Os agentes do governo deveriam estar preparados para isso.

Em depoimento, Cláudio Guerra se assume como um homem muito poderoso durante a Ditadura. Integrava um sistema de repressão que respondia somente aos coronéis, e mesmo sendo um policial civil, teria gozado de mais poder e prestígio que os oficiais com maior cargo que ele. Fato é que, mais uma vez, essas afirmações carecem de comprovação. Não há fontes documentais e nem registros que atestem a atuação de Guerra na linha de frente da repressão da Ditadura Militar.

Ao nos debruçarmos sobre a trajetória do ex-delegado foi possível perceber o quanto eram restritos os estudos e os trabalhos acadêmicos realizados a respeito do personagem. O primeiro texto trata-se de uma resenha do livro *Memórias de uma Guerra Suja* (2012). Cláudio Guerra (2012). Intitulada *Para além da “guerra suja”: as revelações de Cláudio Guerra* (2013), a historiadora Sylvania Rubert traz os principais pontos em que o atual pastor evangélico revela suas ações durante o período que tinha poder.

Rubert (2013), assinala para uma característica bastante comum nos discursos de Cláudio Guerra. O personagem tenta se eximir da culpa de alguns crimes, por exemplo, quando tinha a missão de desaparecer com alguns corpos que já pegava morto. Logo, sua missão era “apenas” desaparecer com o cadáver, dando a entender que, nessas ocasiões, ele não estaria cometendo um grande crime.

Outro texto que gostaríamos de mencionar é o Trabalho de Conclusão de Curso de Lucas Begnami Bueno da Silva, intitulado *A tortura exercida no DOI-Codi durante 1968-1975 e seu viés político* (2016). Silva (2016) faz uma análise sobre as políticas que permitiam a utilização dos métodos de tortura durante os interrogatórios dentro das dependências do DOI-Codis, entre os anos 1960 e 1970.

Silva (2016) utiliza do livro de Guerra, Netto e Medeiros (2012) para fazer uma análise do cenário político que estava vigente na época, buscando compreender como era permitido os atos de tortura dentro de órgãos do governo.

Entretanto, o livro/depoimento (2012) não é utilizado no trabalho de Silva (2016), necessariamente, para compreender e investigar as ações do ex-delegado. A meta do autor é compreender o contexto e as ações políticas do Estado nesse momento.

Outro trabalho sobre Cláudio Guerra, e um dos mais recentes, é o artigo de Tânia Sarmiento-Pantoja, intitulado *A narrativa do perpetrador no Brasil: Memórias quase Póstumas de um extorturador e Memórias de uma Guerra Suja* (2019).

Sarmiento-Pantoja (2019) busca compreender a narrativa do perpetrador, analisando-o como fiscalizador punitivo, que faz parte do Regime de exceção em que está inserido. Esse indivíduo seria o responsável direto pelo funcionamento da máquina repressiva. A autora ainda identifica o protagonismo como característica fundamental do narrador perpetrador. Entretanto, esse protagonismo faz parte da memória, não compreendendo a história, necessariamente.

Essas características apontadas por Sarmiento-Pantoja (2019) fazem parte, segundo a autora, do depoimento do ex-delegado Cláudio Guerra. Observa ainda, que, em seus depoimentos, Guerra tem o cuidado de inserir paratextos, que tem como objetivo afirmar aquilo que está sendo dito.

Sarmiento-Pantoja (2019) observa a imagem do “mal” no discurso de Cláudio Guerra através da revelação das atrocidades. Logo, assevera que esse indivíduo, o perpetrador, é aquele que comete atrocidades e não se surpreende com as tais, sendo incapaz de demonstrar espanto por suas ações, o que é característico do personagem.

Por fim, o trabalho mais recente a respeito do ex-delegado e atual pastor evangélico é o da jornalista Denise Assis, intitulado *Cláudio Guerra: Matar e Queimar* (2019), realizado a partir de uma longa pesquisa e de uma entrevista que durou alguns dias com Cláudio Guerra.

Denise Assis (2019) ao ir ao encontro do ex-delegado não consegue enxergar, naquele senhor de idade, o homem com tanto poder de destruição que assumiu em seus depoimentos. Ali, com ela, sentado na mesa de sua residência, na cidade de Vila Velha, no Espírito Santo, confessa, mais uma vez, todos os seus crimes.⁵

⁵ Vila Velha é um município localizado na Região Metropolitana de Vitória.

Afirma que fez a confissão não por arrependimento, mas sim, por considerar, hoje, que sendo um homem “temente a Deus”, a vida humana não pode ser tirada, em qualquer circunstância que seja.

Denise Assis (2019) consegue reunir de Cláudio Guerra tudo o que ele já havia dito em oportunidades anteriores. Revela, sem conflitos de memória, todos os casos de terrorismo e crimes que participou durante a Ditadura Militar, confirmando, nomes, atentados e técnicas que ele e seus comparsas despunham para agir, em prol da ordem e contra os inimigos do governo.

Entretanto, embora mencione algumas vezes que já estava com a memória “cansada” e que não estava se recordando muito bem de nomes e acontecimentos, nessa obra de Assis (2019), Guerra deixa escapar alguns momentos que viveu durante a Ditadura Militar, assim como falas que antes, ainda não havia destacado, e que aqui, buscaremos abordar.

Observa-se, portanto, que a obra da jornalista Denise Assis (2019) auxilia compreender, mais uma vez, a mente de Cláudio Antônio Guerra, o ex-delegado do DOPS-ES, assim como indica novas possibilidades para que as ações do Estado durante a Ditadura Militar sejam de conhecimento da sociedade, que não acredita ou não sabe que ações como tortura, morte, repressão e censura, não só foram usadas pelos militares, como se tornaram uma política de Estado.

Essas foram as referências bibliográficas sobre Cláudio Guerra que conseguimos encontrar até o momento desta Dissertação. Todas têm por característica reforçar a ideia de um homem extremamente perigoso e poderoso durante a Ditadura Militar, seguindo fielmente as memórias do ex-delegado, e que agora, não seria capaz de fazer mal a ninguém, reforçando o próprio argumento do personagem demonstrado em seus relatos biográficos. Guerra, portanto, busca fazer uma autobiografia, gênero literário que tem por característica narrar a história da própria vida do indivíduo a fim de descrever sua perspectiva em determinado acontecimento ou momento histórico.

Ao tratar da “escrita de si”, Ângela de Castro Gomes (2004) revela, que, a partir do momento em que um indivíduo ganha notoriedade dentro da sociedade, busca escrever sobre si, até por um viés comercial. A escrita de si, portanto, para Gomes (2004), integra um conjunto de modalidades. Destaca que a partir do século XVIII, indivíduos comuns começaram a produzir memórias sobre si mesmos.

É importante pensar, portanto, que um acontecimento que torna a vida individual de um desconhecido importante, pode torná-lo digno de uma narrativa histórica, uma vez que “tem implicações fundamentais para o estabelecimento das modalidades de produção de si [...]. Isso porque, com essa nova categoria de indivíduo, transformam-se, entre outras, as noções de memória, documento, verdade, tempo e história” (GOMES, 2004, p. 12).

Giovanni Levi (2006) afirma que a biografia deve ser alvo de preocupação dos historiadores. Observa que o gênero possui uma ambiguidade, e que há, portanto, necessidade de reconstruir o contexto em que a memória foi resgatada.

Gomes (2004) assinala para a possibilidade de as memórias desses indivíduos serem subjetivas, fragmentadas, e ordinárias a suas vidas pessoais. Portanto, é necessário analisar as memórias a fim de que possa ser empregado nelas o valor de documento histórico.

É importante pensar, portanto, que, como afirma Gomes (2004), quando um indivíduo faz um relato de si, uma escrita de si, esses assumem a subjetividade de seu ator, logo, busca construir a sua verdade. Gomes (2004) analisa que a “produção do eu” tem por característica buscar o “efeito verdade”.

Logo, é fundamental compreender que a “escrita de si” pode se tornar a “invenção de si”, onde as temporalidades e os múltiplos papéis do indivíduo que faz o relato podem incorporar em si mesmo, trazendo para ele um espaço privilegiado (GOMES, 2004).

Cláudio Guerra faz da Ditadura Militar um lugar de memória,⁶ isto é, estabelece um amplo diálogo que o insere em lugares privilegiados a ponto de despertar resquícios de entusiasmos e bravura ao ser questionado sobre as pessoas ligadas aos militares que mencionaram a presença de mentiras em seus relatos.

Pierre Nora (1993, p. 14), ao investigar os lugares de memória, afirma que “a necessidade da memória é uma necessidade da história”. O historiador mostra que se fosse possível habitar as lembranças, não era necessário consagrar a ela lugares, pois essa não transpassaria pela história. Portanto, desde que exista um rastro ou mediações, nós passamos do atributo da memória para entender a história.

⁶ Lugar de memória é um conceito desenvolvido pelo historiador francês Pierre Nora (1993). O autor busca perceber as simbologias e representações sobre espaços em que a História e a Memória de grupos e indivíduos formulam lugares, assim como as relações existentes sobre esses.

A memória⁷, portanto, é viva, carregada por grupos e está em constante movimento, configura-se um fenômeno sempre atual, um elo vivido no presente. Os lugares de memórias se configuram e vivem do sentimento que não há memórias espontâneas, é preciso *criar arquivos*, defender uma minoria de uma memória refugiada sobre os focos privilegiados (NORA, 1993).

Iniciamos esta introdução com Walter Benjamin (1940), no qual o autor emprega suas teses a respeito do conceito de história. E é nessa perspectiva que se faz necessário, neste trabalho, o conceito de memória como peça fundamental para analisar as “memórias de Guerra”, do ex-delegado do DOPS-ES, Cláudio Guerra.

É necessário compreender que as memórias traumáticas e positivas da Ditadura Militar brasileira, estão, ainda hoje, em disputas e conflitos. O passado que está ligado a essas memórias têm momentos de visibilidade, outros de esquecimento e constante silêncio a respeito dos anos de autoritarismo.

Acreditamos, portanto, que as memórias sobre a Ditadura Militar ainda estão em disputas, e quem detém o poder consegue disseminar a narrativa que melhor lhe convém. Portanto, compreender o passado através do testemunho-confissão, como é o caso de Cláudio Guerra, torna-se uma possibilidade para captar novas interpretações e descobertas deste período estudado.

Márcio Seligmann-Silva (2008) entende o testemunho⁸ como parte de uma complexa política de memória, portanto, existe uma necessidade do testemunho, que se apresenta como uma condição de sobrevivência. Logo, *narrar o trauma* tem o sentido e o anseio de renascer. Seligmann-Silva (2008, p. 75) entende o trauma como a memória de um passado que não passa, sendo assim, “A memória da barbárie tem, portanto, também este momento iluminista: preservar contra o negacionismo, como que em uma admoestação, as imagens de sangue do passado”.

Entretanto, afirmamos aqui, como já sinalizou Benjamin (1940), que ainda que Cláudio Guerra tenha feito parte da repressão clandestina durante o período da Ditadura Militar, gozando de certos privilégios por parte de suas ações criminosas, é importante compreender que a memória do ex-delegado carrega consigo traços de equívocos e confissões questionáveis.

⁷É importante compreender que, ao tratar do conceito de memória, levando em consideração a passagem de um processo de transição (século XX – XXI), com a incorporação da internet, que contribui para o nosso deslocamento da leitura sobre tal conceito, a fim de pensar a memória no espaço digital.

⁸ Seligmann-Silva (2008) apresenta o testemunho como o instrumento de construção de uma memória contra o esquecimento, e esse, tem por características enfatizar os trabalhos de memória em relação aos traumas sociais.

Um dos problemas encontrados em nossa pesquisa é analisar como a confissão de Cláudio Antônio Guerra foi recepcionada pela sociedade mais de 30 anos depois de praticar seus crimes, para além disso, investigar o real motivo pelo qual o personagem só decidiu falar após esse período.

É importante pensar que o ex-delegado, ao se encontrar hospitalizado, imaginando que já estava perto de sua morte, viu a necessidade de transformar sua memória em história. Ora, um homem que, supostamente, teve tanto poder nas décadas de 1970 e 1980, segundo ele próprio, não podia sair da vida e ser esquecido, precisava ser lembrado pela História, ainda que por crimes que cometeu.

Entretanto, a hipótese central da nossa pesquisa é compreender que, ainda que se diga um grande repressor, integrante de decisões da Ditadura Militar entre as décadas de 1970 e 1980, Cláudio Guerra foi, na verdade, um criminoso comum, que fez parte da contravenção penal, dos grupos de extermínios e buscou, no contexto da Comissão Nacional da Verdade, deslocar suas memórias para o Regime de 1964, assim como negar todos os crimes que lhe foi atribuído depois 1979 para manter a cobertura da Lei de Anistia (1979), buscando minimizar suas condenações.

Para além disso, não descartamos o fato que o personagem participou da Ditadura Militar, assim como da repressão política, entretanto, isso ocorreu no contexto de Abertura Política, já no final da Ditadura. A pesquisa nos leva a defender que Cláudio Guerra nutre uma memória triunfalista a respeito dos seus possíveis feitos durante o período militar, nítida manifestação do contexto político de apologia à Ditadura que emergiu no Brasil durante a última década. Através de seus depoimentos e relatos, analisamos o ex-delegado como um indivíduo que se comporta, ainda hoje, como alguém que “cumpru sua missão”, ainda que se diga arrependido por suas ações.

Ao estudar o período da Ditadura Militar fica evidente o caráter violento do Estado. Nesse sentido, os estudos sobre o conceito de *Violência* propostos por Hannah Arendt (2018) estão presentes neste trabalho.

Para Hannah Arendt (2018), o século XX é marcado pela violência, e essa, tende a aparecer sempre que surgem condições propícias, tais como a perda de autoridade ou transformações na relação de poder entre dominador e dominado. É nessa reflexão que inserimos o caso brasileiro, cuja resistência dos opositores ao Regime Militar condicionou os atos de violência exercidos pelo Estado.

A violência pode ser pensada a partir de uma perspectiva em que Arendt (2018) a define por seu caráter instrumental, ou seja, pela forma que se é implementada, suas ferramentas, que visam multiplicar o vigor que possui, a fim de destruir seus inimigos. Fato é que a violência ganha espaço na medida em que o poder é questionado.

A violência em Hannah Arendt, portanto, pode ser entendida, também, no que tange à esfera dos aparelhos repressivos criados pelo governo durante a Ditadura Militar no Brasil, “os porões da Ditadura”, locais que eram exercidas as técnicas de torturas e desaparecimentos, além dos órgãos oficiais do governo, mostraram-se artefatos perfeitamente prontos para despejar nos opositores toda *desumanidade* que o período se configurou durante as décadas que esteve em vigor.

Segundo Hannah Arendt (2018), o poder é a essência de todo governo e não a violência. Essa se configura e aparece de forma instrumental, precisa ser justificada pelo fim que almeja. Entretanto, “a violência pode ser justificável, mas nunca será legítima. Sua justificação perde em plausibilidade quanto mais o fim almejado se distancia do futuro” (ARENDR, 2018, p. 69).

O conceito de violência em Hannah Arendt, portanto, expressa-se também na maneira de pensar que o poder, quando é questionado, torna-se um convite à violência, ou seja, aquele que detém o poder, quando se sente ameaçado, busca se legitimar, não resistindo à tentação de utilizar a violência.

Para além do conceito de violência, ao tratar da *banalidade do mal*, Arendt (2007) mostra que os seres humanos têm a capacidade de realizar ações inimagináveis quando se trata de destruição e mortes, sem ter, necessariamente, motivações malignas. A autora relata que o mal é entendido com uma certa naturalidade perante uma sociedade devido às ações e decisões das organizações contemporâneas. Isso acontece, pois o mal é abordado na perspectiva ético-política, e não moral ou religiosa.

Ao entender os feitos do Estado durante a Ditadura, entende-se uma *normalização do mal*. A memória que grande parcela da sociedade tem da Ditadura se configura uma relativa tolerância, mesmo que esse momento seja assumido como um período de grandes violações de direitos humanos cometidos pelo Estado ou agentes a seu serviço.

Nesse sentido, ainda que Cláudio Guerra, contraditoriamente, para explicar seus crimes durante a Ditadura Militar se apresente como um “grande matador”. Por outro lado, no presente ele justifica suas ações como as tarefas de um “um homem comum”, que seguia ordens do Estado,

sem ter, necessariamente, qualquer tipo de julgamento moral. Portanto, suas ações não eram consideradas más em sua própria concepção. Guerra acreditava ser um grande funcionário zeloso e extremamente preciso no que lhe era delegado, uma vez que a “linha dura” do Regime acreditava que era preciso manter a “Revolução” a qualquer preço.

O pensamento de Arendt ainda pode ser visto no cotidiano de nossa sociedade. Esse *Mal*, por vezes, configura-se como uma forma de afirmação perante um grupo social, que pode ser exposto através dos discursos de ódio, na banalização da violência, ao ferir os Direitos Humanos, na corrupção, desigualdade social, e afins.

A banalidade do mal, apresentada por Hannah Arendt, revela que o mal é produzido por homens e se manifesta apenas onde encontra espaço institucional para isso em razão de uma escolha política. *A banalidade do mal* se instala a partir da vulgarização da *violência*, questão principal nos anos da Ditadura, e traz o atordoamento dos prisioneiros, torturados e familiares das vítimas, que ficam traumatizados frente à brutalidade enfrentada no durante o Regime.

O primeiro capítulo desta pesquisa busca rememorar e analisar as práticas do Estado desde o golpe até o processo de redemocratização, compreendendo as práticas de tortura e morte, assim como a tecnologia e os aparatos repressivos que os militares e seus agentes usaram para eliminar o inimigo.

Para além disso, buscamos fazer uma análise a respeito do processo de Justiça de Transição, assim como as políticas de memórias que foram criadas desde o primeiro governo pós-Ditadura, compreendendo a efetivação que esse teve e contribuiu para o imaginário social, a respeito da memória deste período.

No nosso segundo capítulo, buscamos, de fato, analisar a memória de Cláudio Antônio Guerra. Encontramos, dentro do depoimento do ex-delegado, problemas e hipóteses que nos possibilitam interpretações a respeito das motivações pelas quais decidiu revelar seus crimes.

Um dos problemas que indicamos nesta Dissertação é tentar compreender as justificativas contraditórias que Guerra revela seus crimes, assim como a quantidade de vezes que o ex-delegado vai a público e faz essa confissão. Nossa hipótese para esse problema é que Cláudio Guerra se debruça em uma confortável narrativa de cumprir ordens, afirmando, por algumas vezes, que “apenas” fazia o que lhe era imposto, sem sequer questionar. Logo, falar a respeito dos seus crimes, levando a entender que era somente o executor, leva a Guerra, de alguma maneira, para uma espécie de alívio, pois o real culpado de tudo seria o Estado.

Ainda no segundo capítulo, após pesquisas no Arquivo Nacional, encontramos um acervo documental, tendo parte disponível nos anexos desta Dissertação, a respeito dos crimes praticados por Cláudio Guerra durante a década de 1980 e 1990. Tal documentação, aqui utilizado como objeto de pesquisa, nos possibilitou compreender que os crimes cometidos pelo ex-delegado do DOPS-ES foram realizados, em sua maioria, após a Lei de Anistia (1979).

No terceiro capítulo, portanto, faremos uma análise a respeito do cruzamento da História e o Documentário, abordando o filme/documentário *Pastor Cláudio*. No livro, Guerra se apresentada como um homem da Ditadura, um repressor. Já no filme, revela-se como alguém que encontrou a “redenção”.

Buscamos para essa pesquisa outras fontes e possibilidades para compreender Cláudio Guerra após seu exercício de pastoreio. Encontramos no *YouTube* diversos vídeos em que o ex-delegado aparece confessando seu crime, muitos em jornais e canais religiosos. Nos deparamos com o problema de o atual pastor evangélico não ser questionado por suas ações. É visto, por essas pessoas, como alguém que encontrou a “salvação”, contribuindo para perceber uma espécie de consentimento por parte de seu público.

Logo, nossa hipótese para esse problema passa por compreender que o *efeito litúrgico*, assim como o *simbolismo religioso* não só faz parte de nossa sociedade, mas de alguma forma, tem a capacidade de regê-la. Além disso, acreditamos que a naturalização da violência acontece pela forma que essa é abordada pela mídia e por canais digitais que transmitem essas informações.

Tendo como base as inúmeras possibilidades de ampliação da análise historiográfica por meio da *História do Tempo Presente*, que no campo histórico baseia-se nas fontes orais e na memória, a metodologia adotada para essa pesquisa é a análise documental das fontes primárias elencadas.

São elas: primeiro, as memórias do ex-delegado do DOPS-ES e agente do Estado, Cláudio Antônio Guerra, em depoimentos à Comissão Nacional da Verdade; segundo, as memórias descritas no livro *Memórias de uma Guerra Suja* (2012), assim como o filme/documentário *Pastor Cláudio*, no qual Guerra confessou os crimes cometidos pelo governo durante os anos de Ditadura. Vídeos disponíveis na plataforma *YouTube*, nos quais o personagem confessa seus crimes e concede entrevista como pastor evangélico, e, por fim, documentos digitais disponíveis no Arquivo Nacional do fundo Serviço Nacional de Informação (SNI).

Fato é que a repressão clandestina, assim como a violência na Ditadura, atrelada às memórias de Cláudio Guerra, pode ser compreendida a partir da redução de escalas, como sugere a análise a partir da micro-história.

Ronaldo Vainfas (2002), ao tratar da micro-história, mostra que essa é capaz de reduzir sua escala de observação, na intenção de focar em objetos específicos para apresentar novas realidades e possibilidades, sem deixar de levar em consideração as estruturas já estabelecidas pela história geral.

A micro-história, comprometida em analisar de forma precisa um determinado acontecimento ou indivíduo, consegue auxiliar a macro-história, resgatando os detalhes ou personagens que tenham passado despercebidos.

Para além disso, a micro-história tem a capacidade de ir além de fontes e documentos oficiais. Busca a singularidade dos detalhes e indivíduos, para que assim, consiga ser capaz de ilustrar todo um momento.

Portanto, entende-se que Cláudio Guerra, até o ano de 2012, passou como um “protagonista anônimo” do Regime Militar. No entanto, ao revelar suas memórias da Ditadura, contribui para iluminar o período aqui estudado, uma vez que a *violência e os abusos da Ditadura* sempre estiveram presentes em suas ações.

Nesse sentido, estudar as memórias de Cláudio Guerra aqui propostas, pode se enquadrar no berço da micro-história, pois, segundo Vainfas (2012), a partir da micro-história, pode-se perceber a capacidade de prevalecer procedimentos, assim como a possibilidade de nomear atores e de caracterizar perfis individuais dentro de um determinado grupo ou classe.

CAPÍTULO 1

DO GOLPE À TORTURA: A DITADURA MILITAR ENTRE REPRESSÃO, JUSTIÇA E IMPUNIDADE

O período entre 1964 e 1985 é analisado pela historiografia⁹ como um dos momentos de maior coerção e violação de direitos humanos na história do Brasil.¹⁰ Entre repressão, tortura, assassinatos e institucionalização da violência, a Ditadura Militar, oriunda de um golpe de Estado, perseguiu e silenciou todos aqueles que se colocavam contra o governo, estabelecido por longos 21 anos.

No final de março de 1964, os militares, com apoio de diversos setores da sociedade civil e empresarial, dirigiram-se para o Rio de Janeiro, e se uniram para dar um golpe de Estado e derrubar o então presidente, João Goulart. Este, assumiu o poder em 1961 de forma conturbada, enfrentando diversas crises econômicas, sociais e políticas. Tinha como pauta as chamadas reformas sociais, que prometiam tornar o Brasil mais democrático e menos desigual.

A ala conservadora do país não gostava da forma que João Goulart fazia política. Para esse grupo, o até então presidente era amigo dos comunistas, e não tinha competência o suficiente para estar no poder. Ainda era descrito como um homem irresponsável politicamente, pois prometia à população aquilo que não podia dar.

Fato é que o golpe militar de 1964 sugere a longa tradição de arbítrio político que as classes dominantes buscaram impor ao longo da república brasileira. A montagem do golpe tratou de convencer a opinião pública que as agitações sociais pelas reformas eram de inclinação comunista, buscando introduzir na sociedade o pânico comunista¹¹ na tentativa de afirmar o mal que este causaria ao país.

⁹ Ver mais em Daniel Aarão Reis Filho (2000) e Rodrigo Patto Sá Motta (2014).

¹⁰ Além da Ditadura Militar (1964-1985), o período do Estado Novo (1937-1945), liderado por Getúlio Vargas, também é caracterizado pela violência, brutalidade, repressão política, censura e propaganda populista. Ver Maria Celina D'Araújo (2000).

¹¹ Historicamente, a sociedade brasileira teve que conviver com esse medo. Qualquer política que se distanciasse de um padrão conservador e moral era associada ao comunismo. Isso se intensificou ainda mais durante o século XX. Ver Rodrigo Patto Sá Motta (2000).

A chegada dos militares ao poder mudou de forma significativa os rumos da história brasileira. Durante as mais de duas décadas de Ditadura, o Brasil passou por um turbilhão de acontecimentos,¹² seja no âmbito social, econômico ou político.

Segundo Maria José de Rezende (2013), o empenho da Ditadura Militar durante todo o tempo de sua vigência buscava demonstrar através de ações e medidas que seus atos estavam inscritos em ideais e valores democráticos, constituindo-se um dos pilares de sua pretensão de legitimidade.

No plano discursivo os militares afirmavam que o Regime duraria pouco tempo. Segundo a justificativa dos castrenses, o motivo para se estabelecerem no poder passava por reorganizar diversos setores sociais e econômicos, assim como acabar com a ideologia comunista que pairava o país. Posteriormente fariam uma redemocratização e o Brasil seria entregue a um civil.

O golpe de 1964 foi um forte empecilho no processo de crescimento da democracia brasileira. Com os militares no poder, iniciou-se uma fase de punições por meio da violência de Estado. Existia toda uma estrutura de vigilância e repressão para que se assegurasse a ordem e a segurança nacional.¹³

A Ditadura Militar atribuiu-se de Atos Institucionais (AI 's) para se manter no poder e dar longevidade ao Regime. Na busca por legitimidade e ordem, foram criados, até 1969, 17 AI's, que garantiam ao governo militar plenos poderes para tirar do jogo político seus opositores, assim como reprimir os “subversivos”¹⁴ que se colocavam contra os militares, ganhando, desta forma, apoio social.

Entre 1964 e 1967, Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente da Ditadura, foi o responsável por dar forma ao Regime instalado, criando órgãos e instituições. Responsável pelo Ato Institucional n° 1, que poderia cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos e afastar do serviço público todos que ameaçavam a segurança nacional, assim como garantir eleições indiretas para presidente, o general-presidente foi responsável por inflar o Poder Executivo, sobrepondo-o aos demais poderes.

Para Maria José de Rezende,

¹² Ver mais em Marcos Napolitano (2014).

¹³ Esses sempre foram os pilares da Ditadura Militar dentro de uma Doutrina de Segurança Nacional.

¹⁴ Na visão militar, todos aqueles que questionavam as ordens estabelecidas, ou tentavam rompê-las, eram descritos como subversivos.

[...] tanto o primeiro Ato Institucional quanto os demais atos e/ou medidas e ações não apareciam desta forma. Ou seja, o Regime lutava para construir um sistema de valores e ideias visando sedimentar na sociedade como um todo a crença de que o movimento de 1964 somente se legitimava porque ele expressava sob todos os aspectos os interesses do povo brasileiro (REZENDE, 2013, p. 33).

Nos primeiros meses a Ditadura Militar buscou adesão. A procura por apoio em diversos segmentos sociais era de extrema importância para que pudessem reafirmar a legalidade do Regime e agir contra os grupos de resistência.¹⁵ Portanto, com apoio civil, ficava mais fácil afirmar a legalidade das ações militares, assim como condenar tudo e todos que se colocavam contra as medidas adotadas pelo governo.

A oposição à Ditadura imperou logo nos primeiros dias após o golpe militar, expressando-se de variadas formas. Protestavam por meio de passeatas, abaixo-assinados, manifestos públicos e afins, que atraíam multidões contra o sistema que oprimia e cerceava a liberdade.

É necessário, portanto, compreender que os militares buscavam mostrar que a ordem social que impunha era o anseio da maioria da população, logo, “o Regime insistia em que ele possuía todos os elementos que permitiam a sua identificação com o povo” (REZENDE, 2013, p. 4).

Marcelo Ridenti (2014) identifica que o Regime instalado pelos militares nunca se assumiu como uma Ditadura.¹⁶ Tentava, de alguma forma, manter uma *fachada democrática*. Havia, de fato, um julgamento legal, mas esse era de acordo com a Justiça Militar do período, que perseguia, torturava e matava. Um dos objetivos da Ditadura Militar era centralizar o poder e conter todos seus opositores já nos primeiros meses do golpe.

Outro marco da repressão foram os acontecimentos de 1968, caracterizados por grandes contestações da oposição. Em 28 de março daquele ano, a polícia militar executou o estudante Edson Luís.¹⁷ Esse episódio foi o estopim para uma das maiores manifestações contra o governo até então.

Segundo Daniel Aarão Reis Filho (2000), com a estratégia de unificar a luta contra o sistema, movimento estudantil, religiosos, professores, intelectuais, artistas, escritores e afins, agruparam-se e traçaram estratégias para realizar reivindicações concretas contra a Ditadura Militar.

¹⁵ São eles: estudantes, professores, artistas, intelectuais e entre outros.

¹⁶ Muitos pregavam que o momento era uma “revolução” dos militares para colocar o país no “eixo” novamente.

¹⁷ Edson Luís Lima Souto, estudante secundarista brasileiro, foi assassinado por policiais militares durante um confronto com manifestantes no Rio de Janeiro.

O golpe foi duro, e veio. A montagem de uma estrutura repressiva e vigilante, buscando colher informações e afastar do país toda subversão fazia parte da dinâmica do Regime instaurado. A repressão foi posta de maneira brutal e ainda mais intensiva.

No dia 13 de dezembro de 1968 foi decretado, pelo presidente general Arthur da Costa e Silva, o Ato Institucional n.º 5 (AI-5). Essa legislação teria a função de completar a dita *revolução* proposta pelos militares.

O AI-5 acentuou a escalada repressiva. A partir desse momento, censura, punição, cassação e tortura integraram a política brasileira. O Ato legitimava a violência. Nesse sentido, os aparelhos repressivos dos governos estavam atentos para reprimir e/ou antecipar as ações de seus opositores.

A normalização da violência tomou forma no Brasil durante a Ditadura Militar. Os militares buscaram criar um ideário de democracia, rompendo com a consciência coletiva a respeito do terror que haviam implantado no país. Portanto, os militares visaram a todo momento esconder e anular suas ações repressoras para reafirmar a ideia de que o país vivia a democracia.

Desde quando assumiram o poder buscaram atuar a partir de uma “legalidade autoritária”. Sem qualquer limite ético, moral ou jurídico, a Ditadura buscou combater aqueles que contestassem o Regime instaurado. Desta forma, repressão, censura, tortura, mortes, vigilância e prisões foram algumas das ações patrocinadas pelo Estado durante os anos de 1964 a 1985.

Portanto,

[...] a repressão desatada punha em frangalhos os valores liberais e democráticos com os quais o governo dizia-se comprometido. As centenas de cassações e as operações desastradas de censura causavam escândalos e desgastes, sem falar no cortejo de Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) [...] formou-se assim, uma atmosfera de descontentamento. Não somente entre os derrotados, é claro, mas mesmo em setores expressivos da grande frente que havia apoiado o golpe (REIS FILHO, 2000, p. 40).

Assim como a repressão foi um marco da Ditadura Militar, é importante analisar a censura que existia durante o período. A liberdade de imprensa sofreu vários atentados ao longo dos anos, assim como a cultura, sufocada pela censura. Proibindo a circulação de livros, filmes e teatros, os militares fizeram do terror o método de governo. Após 1968, as manifestações artísticas passaram a ser censuradas de forma mais constante. A censura passou a ser sentida mais intensamente em diversos segmentos, desde jornais, teledramaturgias, teatros e livros. Havia uma ordem imposta. Os grupos contrários a essa assumiam para si o lugar de subversivo.

Marcos Napolitano (2014) destaca que havia um tripé repressivo formado para combinar e recolher informações. Primeiro, a vigilância-repressão policial, que tinha como responsável as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS). Segundo a inteligência militar, sob o comando do Codi/DOI (Centro de Operação de Defesa Interna - Destacamento de Operações e Informações). E terceiro, a censura, a cargo das Divisões Públicas do Departamento de Polícia Federal (DPF/DCDP).

Esses dois últimos órgãos foram criados pela Ditadura, e tinham como objetivo sofisticar o modo de agir contra os opositores “subversivos” do Regime. O governo tinha como premissa garantir a Segurança Nacional, e agia de acordo com as informações que obtinha, reprimindo, prendendo, censurando, torturando e matando. Era, de fato, um sistema muito bem montado e preparado para agir e despejar o terror em seus opositores a fim de manter a ordem estabelecida e constantemente reafirmada desde 1964.

A Ditadura Militar tratou de institucionalizar a violência¹⁸ através da malha repressiva criada a partir de 1968. A tortura era um instrumento de poder, e transformava-se em política de governo, uma vez que essa não era vista sob uma ótica moral, mas sim, como sugere Duarte-Plon (2016), uma “arma de guerra”, portanto, era entendida como necessária pelos militares, pois seu principal objetivo era obter informações.

Para conseguir controlar toda sociedade e os opositores dentro da dinâmica autoritária que o Regime impunha, o governo criou um grande sistema de repressão, baseando-se na divisão de tarefas. Existiam os órgãos que coletavam informações, outros que reprimiam e aqueles que matavam e desapareciam com os corpos.

Para Marcos Napolitano (2014), a repressão à base de tortura superou todos os limites jurídicos e humanitários, chegando a ferir a ética militar, que prega o tratamento digno aos prisioneiros. É importante pensar, todavia, a tortura a partir de um sistema, integrado à repressão de forma geral, imposta pelo governo.

Leneide Duarte-Plon (2016), ao tratar da tortura no Brasil durante a Ditadura Militar, revela a conexão dos militares franceses com o terrorismo de Estado criado no Brasil durante os anos 1964 a 1985. Teria sido a doutrina francesa que importou a tese de *inimigo interno* para o Brasil e fez valer a Doutrina de Segurança Nacional. Nesse sentido,

¹⁸ Atribuiu-se dos Atos Institucionais para tal.

O primado dos serviços de informação, o controle das populações civis, os interrogatórios “coercivos” em centros clandestinos, o uso do soro da verdade, os desaparecimentos forçados de opositores, os esquadrões da morte, de execuções sumárias e a prática de jogar de um avião os “subversivos” ou “terroristas” são elementos da prática de uma doutrina francesa da guerra “contrarrevolucionária”, o antídoto para a “guerra revolucionária”. Segundo definição de militares ocidentais, a “guerra revolucionária” era a “doutrina de guerra exposta pelos teóricos marxista-leninistas e explorada por movimentos revolucionários de várias tendências” (DUARTE-PLON, 2016, p. 38).

Durante a Ditadura brasileira a tortura era vista como um tabu, pois raros jornais da época, vinculados à Grande Imprensa,¹⁹ noticiavam evidências das práticas. Entretanto, os aliados ao Regime defendiam os militares negando as práticas de repressão. Fato é que os interrogatórios sob torturas foram praticados desde o início da Ditadura, em 1964.

É importante pensar a tortura para além de um mecanismo de reação contra os inimigos da Ditadura. Essa prática, tratou-se de uma política de Estado. Não eram casos isolados ou excessos como afirmaram vários militares, durante e após o período autoritário.

Portanto, existia uma cadeia de comando, as práticas eram de conhecimento do presidente, de civis, militares e instituições. Todos contribuía, assim como sabiam da tortura, e na ótica militar e de seus adeptos, era necessária.

Duarte-Plon (2016), revela, que, por vezes, o objetivo em sua totalidade não é buscar apenas a eficácia da tortura em matéria de obtenção de informações concretas, que levam os militares a descobrir algo, ao passo que,

No Brasil, a tortura não serve apenas para obter confissões ou informações. Por isso, se torturam familiares de suspeitos, mulheres são torturadas diante de seus maridos, presos são supliciados diante de outros presos: para que as testemunhas possam contar os horrores a que assistiram e ajudem a criar um clima de terror, medo e insegurança propício à submissão (DUARTE-PLON, 2016, p. 75).

Os militares buscavam deixar evidente que os simpatizantes da resistência teriam como destino a prisão, tortura e morte. Com isso, foi possível frear novas adesões através da intimidação e do medo.

Para além disso, a tortura era uma forma de destruir a subjetividade do inimigo, reduzir sua moral e o humilhar (NAPOLITANO, 2014). Portanto, a dor física causada por esses atos tem a

¹⁹ Neste contexto, a veiculação e a denúncia das práticas de tortura e crimes cometidos pelos militares eram feitos pela Imprensa Alternativa, que foi perseguida e censurada durante a Ditadura Militar.

propriedade de desagregar mentalmente um indivíduo, assim como o traumatizar de forma irreversível.

O DOI-CODI, criado após o AI-5, era o símbolo de repressão e tortura durante a Ditadura, sendo responsável por parte significativa dos crimes cometidos durante o período. A justificativa básica era combater os grupos armados de oposição ao governo. A partir deste momento, a tortura se tornou uma política sistemática do Estado. Os centros de tortura possuíam equipes médicas para reduzir danos físicos nos presos, assim como avaliar a resistência dos indivíduos torturados, para garantir que pudessem ser interrogados por mais tempo.

As torturas físicas e psicológicas faziam parte do cotidiano destes órgãos. Os presos políticos eram espancados, sofriam agressões físicas e sexuais, choques, afogamentos, entre outras práticas. Segundo Marcos Napolitano (2014, p. 193) “para os [...] que se envolveram com a luta armada e com as organizações clandestinas de esquerda, a prisão, tortura e mesmo a morte passaram a fazer parte da experiência sob o autoritarismo”.

Devido ao medo da repressão, as denúncias durante a Ditadura Militar não ganharam tanta força. Não havia uma circulação de fôlego a ponto de ampla parte da sociedade ter conhecimento do que se passava. Televisão, jornais, livros e folhetos eram vigiados e censurados.

Mariana Joffily (2014) revela que o termo “repressão” carrega uma diversidade de ações, algumas, das quais, já foram enunciadas anteriormente. Fato é que todos esses atos legaram consequências consideráveis para os cidadãos, provocando a eles medo e suspeitas, tudo isso, praticado pela polícia política e por órgãos de informação e segurança do Estado.

A máquina repressiva do Estado recorreu à extrema violência contra indivíduos contrários à ordem estabelecida. Amparada por aparelhos repressivos altamente burocratizados, o objetivo dos militares era o mesmo: eliminar os “subversivos” e manter a ordem.

Tendo em vista a lógica da Escola Superior de Guerra (ESG), pautada na Doutrina de Segurança Nacional, os aparatos repressivos comandados pelas Forças Armadas encontravam-se em um sistema integrado, amparados na Lei de Segurança Nacional.

O objetivo inicial do governo militar, como afirma Mariana Joffily (2014), era coletar informações sobre indivíduos e organizações vistas como perigosas. Nesse sentido, o presidente Castelo Branco criou, nos primeiros meses após a tomada do poder, o Serviço Nacional de

Informação (SNI). Esse órgão, em pouco tempo se multiplicou, espalhando-se por diversos pontos do país.

Alguns anos depois foram criadas as Divisões de Segurança e Informações (DSI's), pautadas, igualmente no recolhimento de informações e ligadas a ministérios civis; assim como as Assessorias de Segurança e Informação (ASI's), ligadas às universidades e empresas estatais.

Nesse sentido,

À coleta e ao armazenamento de informações sempre foi atribuída grande importância na esfera das tomadas de decisão governamentais. Nos anos 1960, porém, houve uma multiplicação dos esforços nesse sentido, derivada da centralidade que a guerra contrarrevolucionária assumiu na legitimação do novo Regime. Dois aspectos do contexto internacional tiveram alguma influência na maneira como os militares no poder estruturaram o aparato que lhes daria força para se manter 21 anos no comando do país: a independência das ex-colônias europeias situadas na África e na Ásia, e a Guerra Fria. [...]. Esse corpo de noções foi disseminado no Brasil por intermédio da Escola Superior de Guerra (ESG) (JOFFILY, 2014, p. 94).

Aloysio Castelo de Carvalho (2018) afirma que as leis de Segurança Nacional contribuíram de forma jurídica para a centralização dos poderes do Estado, assim como para o controle político da sociedade, pois se vinculavam com os temas referentes à subversão e inimigo interno, criminalizando as ações de contestação ao Estado.

Portanto, para o bom funcionamento dessa lógica militar, como afirma Reginaldo Cerqueira Sousa (2019), os dispositivos de controle e vigilância implantados pelo Estado tornaram-se comuns. Assim, era importante, por parte do Poder Executivo, valendo-se das possibilidades de ameaça, estabelecer regras e impor decisões para a sociedade, como eliminar quem não estivesse seguindo as ordens, os considerados inimigos do Estado.

Reiteramos que a consolidação da repressão ocorreu, de forma mais brutal, a partir de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5, o que coincide com a entrada das Forças Armadas entram, na repressão política, assim como a partir da aprovação de uma nova Lei de Segurança Nacional. Esses dispositivos de controle social foram se normalizando e espalhando-se para todos os estados, ainda, presentes em diversos segmentos da sociedade, intensificando a violência e o arbítrio, e retirando, desta forma, a liberdade. O que fez da segurança e da defesa temas marcadamente presentes durante a Ditadura Militar (SOUSA, 2019). Portanto,

Com base na estratégia psicossocial e na elaboração do discurso desenvolvimentista e de segurança, o Regime Militar procurou estabelecer as bases de legitimidade política no intuito de obter o consenso social, de modo que os militares procurassem se identificar com a população, sobretudo pela exaltação e a preservação dos valores

já inscritos no imaginário social: a família, a religião católica, a pátria, a ordem e a disciplina (SOUSA, 2019, p. 424).

A Ditadura Militar se organizou em forma de rede de serviços secretos que se conectavam às Forças Armadas. As atividades realizadas, como operações de segurança e informações não podiam ser dissociadas. Sua função, de forma conjunta, era política e ideológica.

Carvalho (2018) assevera que a interação desses órgãos marcou a trajetória dos aparelhos repressivos que tinham o objetivo de eliminar as ameaças e garantir a Ditadura Militar conforme a agenda de Segurança Nacional.

Ainda que a questão da ordem e vigilância gerasse um alinhamento com os militares e órgãos responsáveis, era notório que não existia um projeto preciso de governo, pois as tensões políticas e as disputas pelo poder se faziam presentes no contexto pós-golpe. Nesse sentido, isso explica, como revela Adriano Nervo Codato (2004), os ciclos de repressão existentes durante a Ditadura Militar, assim como a gradativa militarização do sistema.

Quadro 1: Ciclos políticos do Regime ditatorial-militar

CICLO DE “REPRESSÃO”	CICLO DE “LIBERALIZAÇÃO”
1) 1964-1965: eliminação dos atores ligados ao populismo (líderes partidários, sindicais) e a oposição de “esquerda” em geral (AI-2);	1) 1965: adoção de uma “política de retorno à normalidade” pelo governo Castelo Branco a fim de “constitucionalizar” o Regime (AI-4);
2) 1966-1967: consumação dos expurgos políticos após a edição do Ato Institucional nº 2, em novembro de 1965;	2) 1967-1968: adoção da “política de alívio” pelo governo de Costa e Silva, que envolvia tentativas de negociação com a oposição;
3) 1969-1973: enfrentamentos com a Luta Armada e constituição de um aparelho repressivo-militar;	3) 1974-1976: “política de distensão”, adotada no início do governo Geisel;
4) 1975-1976: concentração da repressão em São Paulo a fim de enfrentar a emergência de uma grande frente de oposição;	4) 1977-1979: retomada da “distensão” pelo governo Geisel após o “pacote de abril” de 1977, tendo como objeto final a revogação do Ato Institucional nº 5;
5) 1979-1984: repressão aos movimentos de trabalhadores rurais e urbanos, principalmente, o novo movimento sindical.	5) 1979-1984: continuidade da “política de distensão” na “política de abertura” do governo Figueiredo.

Fonte: (CODATO, 2004, p. 14).

Para Reginaldo Sousa (2019),

Percebe-se, com isso, que a violência se tornara parte constitutiva do novo Regime político. A lógica do inimigo interno, com o seu potencial de agressividade e de destrutividade, imposta pela Doutrina de Segurança Nacional, e a própria implantação

da Doutrina, garantida pelas armas, buscou na construção de um estado de exceção a tentativa de legalização. Neste contexto, a atividade repressiva, como um braço do Estado autoritário, carregava a concepção de autodefesa e de autoproteção do Estado contra os seus opositores (SOUSA, 2019, p. 425).

Nessa perspectiva, é possível compreender que a burocratização do aparelho do Estado, assim como suas ramificações espalhadas por diversos âmbitos sociais; o medo, que a todo momento era “fabricado”; e as formas de enfrentar e caracterizar o “inimigo”, fez com que essa lógica, do inimigo interno, já enunciado por Codato (2004) se efetivasse.

Tratando-se do SNI, Sousa (2019) aponta que esse órgão foi criado para aprimorar o serviço de inteligência da Ditadura Militar, assim como para equipar, de forma preventiva, o país, para possíveis investidas e ações da “esquerda”. O SNI, portanto, foi o responsável por coordenar todas as ações repressivas durante os anos de 1964 a 1985.

Diretamente ligado à Presidência da República, as atividades do SNI apontavam três principais dimensões: 1) conjuntura brasileira; 2) segurança nacional; 3) orientação e instrução dos membros da máquina repressiva. Nesse sentido, o SNI era responsável por boa parte da organização da Ditadura instaurada, encontrando-se ligado a todas as esferas do Regime e atuando em várias frentes da sociedade (SOUSA, 2019).

Para além disso, com o passar dos anos e a efetivação dos militares no poder começaram a surgir órgãos responsáveis para a análise de informação. Um desses órgãos foi a Escola Nacional de Informações (ESNI), que, segundo Sousa (2019), foi inspirada nas escolas de informação da Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos. O propósito desse órgão, era, portanto, formar uma espécie de elite de informação, oferecendo cursos, de diferentes níveis, para civis e militares.

Dessa maneira,

[...] estruturou-se, no período da Ditadura, uma “comunidade de informação” com um conjunto de órgãos de informações civis e militares. Além das instituições oficiais, a “comunidade” fora composta por uma miríade de pessoas da sociedade dispostas a colaborar com o governo fornecendo informações e vigiando setores da sociedade. Por meio desse instrumento, a máquina repressiva estendeu os seus tentáculos por toda a sociedade conquistando adesão via propaganda mais restrita, disseminada por meio de panfletos e informativos (SOUSA, 2019, p. 427-428).

Essas informações e contrainformações chegaram até as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS), intensificando-se principalmente a partir da década de 1970, momento no qual a Ditadura Militar se recrudesce.

Reginaldo Sousa (2019, p. 430) ainda afirma que,

Para que essa máquina pudesse funcionar, o papel dos colaboradores, em diferentes níveis, foi essencial para o fornecimento de dados necessários aos órgãos do governo. O fato gerou um aumento no número de informações e os cidadãos logo passaram a ser vistos como suspeitos. Qualquer ato ou indivíduo era passível de investigação. A matriz da vigilância eram os informes que compreendiam toda informação fornecida pelos agentes e informantes, mesmo aquela cujo conteúdo não tinha sido investigado e nem confirmado pelos serviços de inteligência. Tudo fazia parte do arquivo da repressão.

Aloysio Castelo de Carvalho (2018), reverberando Dillon Soares (1989), ao tratar da censura, afirma que todas as intervenções censórias, realizadas pelos mais diversos órgãos e instâncias de poder, assim como departamentos de polícias e afins, pautados na proibição, tem como potencial evidenciar a centralização do poder no aparelho repressivo do Estado, pois todos os órgão e cargos importantes eram chefiados pela alta patente do Exército.

Nessa perspectiva, Carvalho (2018) afirma que os aparelhos repressivos estavam articulados em suas ações, uma vez que, encarregados de exercer a vigilância e a repressão direta, prendendo e fazendo interrogatórios, esses órgãos ocupavam um lugar central no combate ao inimigo do Estado.

A lógica de um aparato repressivo controlado pelas Forças Armadas e a nível nacional, pautada na vigilância e informação, que a todo momento buscou o controle e a centralização de todas as ações de indivíduos e organizações que divergiam do governo, tiveram muito apoio das DOPS. Nesse sentido, o Regime instaurado desde 1964 aproveitou a experiência repressiva desse órgão e a incorporou em sua rede de informação, funcionando, em linhas gerais, como um elo eficiente na repressão, espalhados por todas as regiões do país.

Nessa perspectiva, levando em consideração a rede de repressão criada e controlada pelos militares, assim como os “tentáculos” repressivos, as DOPS atuavam em âmbito estadual, auxiliando e atuando em conjunto com a máquina repressiva e os sistemas de informação.

As DOPS foram aproveitadas como mais um “tentáculo” da rede repressiva da Ditadura Militar, e tinham por objetivo formar um elo entre a repressão regional e os órgãos centrais de

informação e segurança, “coletando, difundindo informações, e contendo a subversão no âmbito estadual”, como revela Leonardo Baptista (2020, p. 228).

Portanto,

As DOPS, enquanto polícias políticas subordinadas às Secretarias Estaduais de Segurança Pública, são parte integrante dessa rede. Esses órgãos atuaram em âmbito regional por meio da vigilância, da censura e das operações de contenção [...] nesse sentido, a produção da informação a partir dos trabalhos dos agentes das DOPS, baseou-se em diversas atividades que almejaram construir o máximo de conhecimentos possíveis acerca dos suspeitos, o que servia à legitimação e ao direcionamento das operações de controle que empreendiam na sociedade brasileira (BAPTISTA, 2020, p. 229).

No contexto do Estado do Espírito Santo, lugar de atuação do delegado Cláudio Guerra, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-ES) foi criada oficialmente na década de 1930. Baptista (2020) revela que essa instituição ficou conhecida na sociedade capixaba pela sua dedicação à repressão política.

Pedro Ernesto Fagundes (2011, p. 304) afirma que,

Entre os anos de 1964 e 1985, o DOPS-ES desempenhou papel essencial na manutenção da Ditadura Civil-Militar, especialmente na vigilância e contenção de qualquer movimento contestatório ao poder estabelecido. Por meio da pesquisa da massa documental desse órgão é possível constatar que o DOPS-ES atuou em sintonia com o denominado “sistema de informação”.

Nessa perceptiva, o DOPS-ES, em sintonia com a Ditadura Militar e os centros de vigilância e repressão, atuava no sentido de vigiar e conter os movimentos de contestação do poder vigente. Portanto, como aponta a massa documental do DOPS-ES, tudo e todos eram vigiados.

A importância da Polícia Civil, assim como dos DOPS, em âmbito regional, é incontestável no contexto da Ditadura Militar. Nesse sentido, observa-se que o personagem pesquisado nesta Dissertação, Cláudio Guerra, esforça-se para se projetar como alguém altamente importante, que fez parte das tomadas de decisões, assim como das mais relevantes missões realizadas pelos militares. Mariana Joffily (2014) afirma que a

A Polícia Civil, além de limitada à esfera estadual, não conhecia bem os meandros da política e era considerada corrupta e ineficiente pelos militares. Os Dops foram amplamente aproveitados pelo sistema repressivo, mas, por seu caráter policial e por sua jurisdição restrita, teriam um papel auxiliar na máquina repressiva. Combater na guerra interna seria atribuição dos militares, em especial do Exército. Portanto, era necessário, do ponto de vista dos artífices da ditadura, criar novos órgãos, diretamente

controlados pela Presidência da República e cujo raio de ação extrapolasse o âmbito estadual (2014, p. 93).

Para a historiadora, portanto, o combate à “guerra interna” seria atribuição dos militares, os demais órgãos, criados em sintonia com a Ditadura e comandados pela Presidência da República, buscavam explorar o âmbito estadual, controlando todo território nacional.

Isso ajuda a compreender o deslocamento de memória em Cláudio Guerra, uma vez que o ex-delegado se coloca como um indivíduo altamente respeitado pelos militares, assim como um policial que gozou de prestígio e de valor inestimável durante a Ditadura Militar.

1.1 A CONSTRUÇÃO DO “ESQUECIMENTO OFICIAL” E A BUSCA PELA VERDADE

Entre 1979 e 1985, sob organização de Dom Paulo Evaristo Arns²⁰ e do pastor Jaime Wright,²¹ foi realizado o projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM),²² um dossiê completo com milhares de páginas de documentos, que buscava denunciar as práticas de tortura e repressão que os militares praticavam durante a Ditadura.

O relatório final do projeto resultou em mais de 6 mil páginas, divididas em 12 volumes. Essa parte ficou conhecida como Projeto A. O livro, conhecido como Projeto B, tornou-se uma espécie de resumo e foi publicado em 1985.

O projeto buscou mapear a repressão política durante a Ditadura Militar no Brasil, a partir de processos contra os presos políticos. Para além de contribuir com a historiografia e com as pesquisas no país, o *Brasil: Nunca Mais* reafirmou a importância do direito à informação, à verdade e à memória.

Quando os militares saem do poder e o projeto *Brasil: Nunca Mais*²³ se torna livro, há um impacto profundo na opinião pública do país (NAPOLITANO, 2014). Era a primeira vez que

²⁰ Paulo Evaristo Arns foi um padre franciscano, cardeal e escritor brasileiro e arcebispo de São Paulo.

²¹ Pastor Jaime Nelson Wright foi um grande defensor dos direitos humanos no Brasil.

²² Projeto realizado clandestinamente durante os anos de 1979-1985, enquanto vigorava a Ditadura Militar, transformou-se em um importante documento para a História do país, quando se trata de tortura, violência, dignidade e direitos humanos.

²³ É importante compreender que, os militares, desde a criação do *Brasil: Nunca Mais*, se organizaram a fim de responder o mesmo, através do Projeto Orvil, que buscava criar uma narrativa afim de proteger os militares que atuaram na repressão. Ver mais em: Ustra, 2006.

de maneira detalhada e documentada, apresentava-se para a sociedade os mecanismos de repressão no Brasil, assim como as formas de tortura que eram praticadas contra os presos durante a Ditadura.

Quando Cláudio Guerra revela suas ações, em 2012, e isso repercute em diversos jornais, manchetes e programas televisivos, a sociedade, de modo geral, não se sente impactada. A violência, portanto, em Guerra, normalizou-se.²⁴

Apesar de várias tentativas dos setores militares, foi difícil negar a veracidade da documentação utilizada para dar origem ao projeto, assim como o livro. Uma vez que esses documentos foram retirados dos arquivos do Supremo Tribunal Militar (STM) e possuíam a propriedade de legitimar os testemunhos dos torturados pelo Regime.

Carlos Fico (2012) analisa que a partir do *Brasil: Nunca Mais* muitas pessoas atingidas pela tortura durante a Ditadura prestaram depoimentos e levaram a público os casos de abusos dos agentes do governo. Os militares sempre buscaram negar a tortura, justificando seus *excessos* devido às práticas que a esquerda adotou para enfrentar o governo.²⁵

Desde o início do projeto, os organizadores deixaram evidente que o objetivo não era a busca por algum tipo de “revanchismo”, tal qual os militares afirmavam. O objetivo do projeto, assim como do livro, era levar ao conhecimento público as práticas de violação de direitos humanos, assim como buscar por justiça e reparação.

Desta forma, o *Brasil: Nunca Mais* procurou retratar o que acontecia nos ditos “porões” da Ditadura.²⁶ O foco do livro é fazer denúncias sobre a tortura durante esse período, os abusos cometidos pelos interrogadores, assim como revelar os mecanismos de torturas e as metodologias adotadas pelos militares em suas mais variadas práticas.

Tamanha foi a importância do livro, que após sua publicação, ficou por meses como a obra de não ficção mais vendida no país. Para além de sua importância jurídica, devido às denúncias de violação de direitos humanos, sua relevância acadêmica contribuiu com estudos a respeito de temas sensíveis, tornando-se uma referência nas denúncias contra a Ditadura.

²⁴ Conforme veremos doravante.

²⁵ Os militares afirmavam que a prática de violência, por parte do governo, só aconteceu devido à luta armada, por parte da resistência à Ditadura. Portanto, no discurso do Estado, tratava-se de casos isolados e não de uma política de governo.

²⁶ Expressão utilizada para indicar os locais de práticas clandestinas utilizadas pelos militares. Eram lugares anônimos, que aconteciam práticas de violência de forma oculta dentro da máquina do Estado.

Para Caroline Silveira Bauer (2012), após a publicação do *Brasil: Nunca Mais*, a memória sobre a tortura presente na obra passou a ser considerada oficial, uma vez que os militares afirmaram ter vencido a guerra contra os subversivos, mas perdido a batalha pela memória do período.

Bauer (2012) afirma que não houve apenas reflexos positivos após a publicação do *Brasil: Nunca Mais*, pois iniciou aberturas de “queixa-crime” contra a editora responsável pela publicação e edição do livro. Nesse caso, citava-se um médico legista que teria falsificado laudos para acobertar os crimes dos militares. Tempos depois, o processo foi arquivado pela justiça.

O projeto *Brasil: Nunca Mais* conseguiu reunir provas e fontes oficiais a respeito da repressão, violência e autoritarismo proveniente do Estado, denunciando as ilegalidades que o governo militar cometeu entre 1964 e 1985.

A equipe que atuou na organização do projeto trabalhou de forma silenciosa e anônima. De acordo com Bauer (2012), quase que clandestina. Entretanto, entregaram para o país uma memória que adquiriu uma certa categoria de oficial, uma vez que os militares buscavam mantê-la subterrânea.

Para Pedro Ernesto Fagundes (2019),

O projeto Brasil: Nunca Mais foi um marco na história da transição política brasileira. Seu conteúdo da obra serviu para denunciar como a tortura, a perseguição e a censura foram práticas recorrentes e rotineiras durante a ditadura. A partir do contato com o texto, uma parcela expressiva da sociedade, em especial as novas gerações, tomou conhecimento das técnicas, dos locais, dos instrumentos de tortura, bem como dos nomes de torturadores (FAGUNDES, 2019, p. 294).

É importante pensar, igualmente, que a realização do *Brasil: Nunca Mais* só foi possível pois a Lei de Anistia (Lei 6.683/1979), fruto de uma ampla mobilização da sociedade civil e sancionada em 1979, pelo então presidente militar João Figueiredo, permitiu que os cidadãos que cometeram atos considerados “ilegais” pelo Estado, entre 1961 e 1979, pudessem ter suas punições anistiadas. Desta maneira, os advogados desses indivíduos poderiam retirar os processos de crimes no Superior Tribunal Militar.

Ademais, os advogados viram a necessidade de, além de garantir o perdão de seus clientes, guardar e preservar as informações que continham nesses documentos e processos, a fim de conseguir provas condenáveis ao Estado.

Destacamos que a Lei de Anistia está diretamente conectada aos crimes cometidos durante a Ditadura Militar, e deveria buscar, de algum modo, lidar com o legado autoritário e de violações de direitos humanos cometidos durante os anos que os militares estiveram no poder.

Essa legislação beneficiou presos e exilados políticos perseguidos pela Ditadura Militar. Entretanto, possibilitou a impunidade dos agentes dos órgãos de segurança do Estado. Segundo Fagundes (2019), a principal marca da Lei de Anistia é a ambiguidade. A “autoanistia” adquirida pelos agentes da repressão do Estado contribuiu para que eles tivessem os mesmos direitos dos militantes presos, mortos, torturados e exilados pelo governo militar. Permitindo, portanto, a isenção de processos judiciais futuros.

E é nessa perspectiva que analisamos a trajetória do ex-delegado do DOPS-ES, Cláudio Antônio Guerra. O atual pastor evangélico busca refúgio na Lei de Anistia para os seus crimes comuns até 1979. Já os atos praticados nos anos 1980 e 1990 são negados, documentados pelo Arquivo Nacional, assim como noticiado pela mídia local da época.

Na sua gênese, a Lei de Anistia buscava a libertação dos presos políticos, o retorno de exilados e cassados e a própria redemocratização do Brasil. Entretanto, com o desenvolvimento das mobilizações pela Anistia, entre 1975 e 1979, ocorrem uma série de discordâncias sobre a necessidade política de responsabilizar os torturadores e repressores do Estado. Para parte considerável dos Movimentos de Anistia, a medida deveria se restringir aos “crimes” políticos cometidos pelas oposições, e não aos atos cometidos pelos agentes em nome do Estado.

Napolitano (2014) afirma que, quando o presidente João Figueiredo (1979-1985), último presidente militar, tomou posse, não existia no Brasil uma lei formal a respeito da anistia, entretanto, essa era uma pauta prioritária do governo durante o processo de Abertura Política, pois crescia o movimento por uma “anistia ampla, geral e irrestrita”.

Na prática,

A Lei nº 6.683 era basicamente o projeto do governo. Já no seu primeiro artigo anunciava a anistia aos crimes políticos e a polêmica conectividade destes “crimes”, estendendo a anistia aos crimes correlatos. Em bom português, isso significava a possibilidade legal de anistiar torturadores e assassinos a serviço das forças de segurança. Como se não bastasse, a lei deixava de fora aqueles envolvidos em “crimes de sangue”, ou seja, os militantes de esquerda que pegaram em armas contra o Regime, o que à época totalizava cerca de 195 pessoas. Estes, na prática, foram sendo libertados por outros recursos jurídicos, como revisões de pena e indultos (NAPOLITANO, 2014, p. 268).

A Lei foi aprovada a partir de uma conciliação apertada e por intensas mobilizações no Brasil e no exterior. O Estado conseguiu aprovar parte considerável do projeto inicial de Anistia proposto por Figueiredo, assegurando a impunidade para seus agentes, como foi o caso de Cláudio Guerra.

Para Daniel Aarão Reis Filho (2013), a Lei de Anistia configurou um pacto com a sociedade, mesmo não havendo unanimidade e consenso com todos os setores sociais. Buscavam uma lei “ampla, geral e irrestrita”, porém, essa não agradava aos agentes do Estado. Prevaleceu uma lei aprovada por uma pequena maioria de caráter restritiva.

Sobre a Lei de Anistia, Reis Filho (2013) destaca o fenômeno do silêncio. Destaca que após o processo de Abertura Política, boa parte da sociedade preferiu se calar a respeito do apoio civil à Ditadura, assim como não se falavam nos torturadores e torturados. Não teriam, evidentemente, esquecido. Apenas buscaram se desvencilhar do passado, e aceitar a proposta militar. “Por que não olhar para frente, evitando o espelho retrovisor?” (REIS FILHO, 2013, p. 218).

Portanto,

No contexto de um processo marcado por uma prolongada transição, negociada e barganhada, embutiu-se na Lei da Anistia um dispositivo matreiro que foi interpretado como abrigo sob suas asas para torturados e torturadores. Uma incongruência, pois os primeiros eram conhecidos, haviam sido presos, batidos, exilados, julgados (muitos, desaparecidos ou mortos) (REIS FILHO, 2019, p. 275).

A ideia dos militares era colocar uma “pedra” sobre todos esses assuntos que os condenavam. O desejo do Estado era esquecer as graves violações de direitos humanos, buscando silenciar e o apagar da memória da sociedade os crimes que cometeu.

A Lei de Anistia é considerada por muitos historiadores como a lei do esquecimento.²⁷ Seria, perante a justiça, não só uma forma de não investigar o passado. Para além disso, obrigavam as pessoas a esquecerem as violências praticadas pelo Estado (REIS FILHO, 2000).

²⁷ Ver trabalhos de Pedro Ernesto Fagundes (2019). Ver balanço historiográfico sobre a Anistia na Dissertação de Brenda Soares Bernardes (2021).

Para Fagundes (2019), a busca por informações sobre os mortos e desaparecidos foi interdita pelos militares que tiveram grande contribuição do Poder Legislativo e da imprensa. Afirmando, portanto, que não era momento de “remexer no passado”, mas sim, “mirar para o futuro”.

Nesse sentido, a Anistia, ao tentar fazer esquecer os crimes cometidos, acaba criando uma “democracia incompleta”, que só é capaz de funcionar a partir do esquecimento, com o apagamento do passado. A Lei surge, portanto, como uma esperança aos presos políticos, e se apresenta à sociedade como uma forma de impedir que se tornassem públicos todos os acontecimentos do período.

Portanto, a Lei de Anistia de 1979 se configurou uma marca da história do Brasil que evidencia a impossibilidade de reconstrução da história do país, uma vez que buscou resolver os problemas através do esquecimento.

Fagundes (2019) afirma ainda que, as disputas existentes sobre o passado recente do Brasil estão diretamente ligadas aos debates sobre a Lei de Anistia, que ainda no tempo presente ocupa um grande destaque nas controvérsias a respeito da Ditadura Militar. E se intensifica ainda mais na chamada Nova República (1985-2016).²⁸

Nesse sentido, nosso objetivo é enquadrar Cláudio Antônio Guerra, um delegado do DOPS-ES, que se utilizou da contravenção penal e do crime organizado para ter benefícios nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Observamos que Guerra negou seus crimes comuns, como crimes de mando e participação em grupos paramilitares após 1979, a fim de se promover enquanto agente e indivíduo importante da repressão política, que gozou de prestígio perante os militares do alto escalão do Exército, na busca de ser beneficiado pela Lei de Anistia, assumindo participação em crimes e ações da Ditadura militar apenas até 1979.

1.2 O ANSEIO POR JUSTIÇA E VERDADE – A NOVA REPÚBLICA

Não se pode negar que o caráter violento da Ditadura Militar se manifestou e se fez presente em diversos segmentos sociais desde os primeiros meses que os militares estiveram no poder. Na medida em que esses buscavam se afirmar, crescia a oposição, assim como a violência.

²⁸ A Nova República é o nome dado ao período Pós-Ditadura Militar, onde um civil assume a Presidência do Brasil. Para Fagundes (2019), isso se rompe em 2016, com o golpe sofrido pela então presidenta Dilma Rousseff.

A violência na Ditadura Militar atingiu homens, mulheres e crianças. Os militares viam aqueles que discordavam do Regime como um “inimigo interno”, e para conter esses inimigos, era necessário usar a violência.

Hannah Arendt afirma que

[...] a violência não depende de números ou de opiniões, mas de implementos, e, [...] os implementos da violência, como todas as ferramentas, amplificam e multiplicam o vigor humano. Aqueles que se opõem a violência com o mero poder rapidamente descobrirão que não são confrontados por homens, mas pelos artefatos humanos cujas desumanidade e eficácia destrutivas aumentam na proporção da distância que separa os oponentes (ARENDR, 2018, p. 70).

A violência institucionalizada durante a Ditadura se confirmou através do AI-5. Os militares viram a necessidade de criar um modelo de segurança pública baseado em controle social e autoritarismo. Embora tenha se efetivado em 1968, Carlos Fico (2020) revela que desde o início, quando os militares deram o golpe, as práticas de repressão, tortura e mortes eram exercidas. O AI-5, todavia, só tratou de institucionalizar.

A Ditadura Militar no Brasil deixou suas marcas através do fim da liberdade de expressão, da violação constante aos direitos humanos, dos abusos da violência física e psicológica, assim como dos episódios de repressão clandestina, censura e tortura.

Carlos Fico (2012, p. 22) destaca que,

[...] a compreensão da censura e da propaganda política são essenciais para se entender o período, indicando que a violência da ditadura brasileira foi em grande medida ocultada da população em geral, sendo esse, evidentemente, o caminho para perceber a peculiaridade daquele momento, e não a ocultação do fato de que realmente houve o apoio ao Regime.

Fico (2012) observa que diferentemente da memória da Ditadura argentina, que é marcada pelo *trauma*, as marcas deixadas na memória da Ditadura brasileira são a *impunidade* e a *frustração*. O caso brasileiro não foi exposto à sociedade como um todo por parte da justiça. Portanto, essa frustração ocorre devido à impunidade e à falta de uma verdadeira ruptura com as marcas deixadas pela Ditadura, e pelo processo de uma Abertura Política *lenta, gradual e segura*.

Foram praticados diversos abusos ao longo de mais de duas décadas de Ditadura Militar. Nesse sentido, foram mobilizados diversos processos e denúncias contra os militares, na esperança de que fosse feita alguma forma de justiça pós-Ditadura. Entretanto, a historiografia do período revela frustração e impunidade. Para Carlos Fico (2012, p. 23),

Se o traço fundamental da transição argentina é o trauma diante da violência brutal, as marcas da transição brasileira são a impunidade e a frustração. A frustração diante da impunidade e da ausência de uma verdadeira ruptura torna a transição brasileira um processo que não terminou, uma transição inconclusa.

O fenômeno da Justiça de Transição²⁹ está associado a períodos de transformações políticas e tem por objetivo dar respostas legais a respeito de confrontos do passado, oriundos de regimes repressivos, a fim de que as sociedades em transição enfrentem seu passado repressivo.

Para Berber Bevernage (2018, p. 38), se a Justiça de Transição ocupa um lugar específico no campo jurídico, tal qual comparado às outras, como a criminal e a social, isso ocorre pelo fato de que o contexto de transição política e social tem como propriedade criar um conjunto específico de restrições, pois “fazer o uso dos mecanismos de justiça torna-se uma tarefa muito difícil”.

Isso acontece quando as transições não rompem de fato com os regimes repressivos e a sucessão democrática negocia essa transição, a fim de unir novas e antigas forças políticas. O resultado é um equilíbrio precário de poder, pois o antigo governo mantém influência na democracia que se restaura e ameaça a paz e a instabilidade política (BEVERNAGE, 2018).

Deve-se compreender a noção de Justiça de Transição a partir de mecanismos jurídicos ou não, uma vez que é preciso que a sociedade reconheça e consiga superar seu passado violento e de abusos de direitos humanos. Para tal, o novo governo deve cumprir seu papel jurídico.

Para Fabiana Godinho McArthur (2012), a transição democrática brasileira tem por característica dois fatores importantes a serem analisados. A princípio, compreender que se trata de uma transição negociada, sem uma ruptura concreta com a Ditadura Militar, conseguindo combinar a manutenção e a influência dos militares no poder e ainda, não envolvendo o debate mais amplo com a sociedade.

Fagundes (2019) afirma que através das manobras praticadas pelo governo desde a Lei de Anistia foi possível criar uma narrativa “oficial” que compreendesse o período e as ações dos militares como brandas. Como resultado, os militares passaram a ser vistos como “moderadores da transição política” (FAGUNDES, 2019, p. 295). Desta forma, a Lei de Anistia era defendida como um “pacto de reconciliação”, e assim se seguiu na Nova República.

²⁹ Em termos gerais, Justiça de Transição é um conjunto de medidas judiciais e políticas, que tem como objetivo reparar vítimas e familiares de crimes e violações de direitos humanos praticadas pelo Estado.

Não obstante, McArthur (2012, p. 86) destaca que a pacificação e a reconciliação da sociedade, fruto da Anistia aprovada de forma “ampla, geral e irrestrita”, promoveu perdão e esquecimento, a fim de conciliar agressores e agredidos no novo Estado de Direito, sem se questionar os abusos autoritários do Estado durante os anos de 1964 e 1985. Desta forma, trata-se de uma Justiça de Transição atrasada. Mesmo anos após a retomada democrática, com a nova Constituição Federal,³⁰ ainda carece de um intenso desenvolvimento e concretização e “ademais, criticada por sua “descontinuidade lógica”, ao alternar, sem uma maior sistematização temporal ou estratégica, mecanismos de responsabilização do Estado, de reparações às vítimas, e de busca da verdade”.

Caminhando nesse sentido, Marcos Napolitano (2014) afirma que a transição negociada com os militares contribuiu para criar no país uma cultura de impunidade, pois os torturadores e seus superiores escaparam de possíveis sanções da justiça, o que é fundamental para estabelecer bases para a nova democracia que se iniciava com o fim da Ditadura Militar.

O que nos restou foi o trauma e a herança da repressão, uma vez que Napolitano (2014) afirma que o processo de transição para a democracia estava subordinado à segurança dos militares que tinham estratégias e buscavam diálogo seletivo com a sociedade civil. De forma geral,

A transição brasileira foi longa, tutelada pelos militares, com grande controle sobre o sistema político, apesar do desgaste de anos ocupando o poder de Estado. Foi altamente institucionalizada na forma de leis e salvaguardas. Foi negociada, ainda que as partes fossem assimétricas, posto que os civis liberais e moderados foram ganhando um espaço paulatino no sistema político até voltarem ao Poder Executivo federal em 1985. Além do mais, a hegemonia liberal e moderada, nesse processo, neutralizou as demandas por justiça da esquerda atingida diretamente pela repressão (NAPOLITANO, 2014, p. 290).

Conforme analisa Alexandra Barahona de Brito (2013), quanto maior for a ruptura com o passado, maior será o espaço para que se faça Justiça de Transição. Nos primeiros governos pós-Ditadura, a influência dos militares era tamanha que José Sarney, primeiro presidente após os militares saírem do poder, teve apoio militar para governar. Os governos pós-Sarney não foram diferentes. Fernando Collor de Melo³¹ e Itamar Franco³² não criaram ações que de fato abrissem um amplo diálogo com a sociedade a respeito das graves violações de direitos humanos que ocorreram enquanto os militares estavam no poder.

³⁰ Constituição Federal de 1988.

³¹ Foi o 32º presidente do Brasil, de 1990-1992, quando renunciou em contexto de processo de *impeachment*.

³² Foi o 33º presidente do Brasil, de 1992-1994, substituindo Fernando Collor de Melo após renúncia.

É certo que Fernando Henrique Cardoso³³ se mostrou um pouco mais sensível e foi o primeiro presidente pós-ditadura a reconhecer e responsabilizar o Estado por diversos crimes de forma pública, a incluir a prática de desaparecimento e tortura. A Lei nº 9.140/1995, conhecida como Lei dos Mortos e Desaparecidos, foi a “peça fundamental da ‘justiça de transição’ de Cardoso”, reconhecendo a responsabilidade do Estado pela morte de 136 militantes políticos, criando a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos para analisar os casos e as devidas pendências e se comprometendo a pagar indenizações às famílias das vítimas. Em 2002, foi aprovada a Lei nº 10.559/2002 que criou a Comissão de Anistia, responsável pelas compensações financeiras. Entretanto, de certa forma, recuou nas medidas de justiça de transição ao emitir um decreto mantendo os arquivos secretos militares por mais de cinquenta anos inacessíveis (BRITO, 2013, p. 240-244).

Portanto, a força militar era muito forte no início da nova Democracia,

Durante muito tempo, dados os constrangimentos de uma transição controlada, um elevado número de continuidade da elite no período pós-autoritário e a ausência de vontade política, não houve uma política de justiça de transição. Todavia, à medida que os esforços dos grupos da sociedade civil apelando à verdade e à justiça começaram a dar frutos, que o poder dos militares diminuiu e que governos mais empáticos foram eleitos, emergiu uma política de justiça de transição (BRITO, 2013, p. 257).

Nesta passagem, Alexandra Barahona de Brito (2013), refere-se aos anos pós-2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva³⁴ assume a Presidência da República, seguido por Dilma Rousseff.³⁵ Os dois governos criaram mecanismos para fomentar pesquisas sobre o passado autoritário do Brasil, revelando para a sociedade a partir de provas documentais excertos de nossa história, a incluir as inúmeras violações de direitos humanos. Entretanto, nos atentarmos a isso mais adiante.

Neste momento, portanto, é importante pensar a relação entre história e memória, assim como a relação que a sociedade brasileira estabeleceu a respeito de seu passado autoritário pós-Ditadura. Para Marcos Napolitano (2015), história e memória podem se confundir e entrar em choque ao falar sobre o mesmo passado, principalmente quando esse passado ainda assombra o presente.

³³ Foi o 34º presidente do Brasil, conhecido como FHC, governou o Brasil por dois mandatos seguidos (1995-1998; 1999-2002).

³⁴ Foi o 35º presidente do Brasil, governou o Brasil por dois mandatos seguidos (2003-2006; 2007-2010).

³⁵ Foi a 36ª presidenta e primeira mulher a assumir tal cargo. Governou entre 2011 e 2016. O primeiro mandato foi concluído com êxito (2011-2014) e o segundo mandato para o qual foi eleita (2015-2018) foi interrompido por processo de *impeachment* em 2016.

Segundo Michael Pollak (1989), as memórias tendem a entrar em disputas, e assim, os objetos de pesquisas são escolhidos preferencialmente onde há conflitos e competições de memórias recorrentes, configurando-se em “batalhas de memórias”. O historiador afirma que o *silêncio*, longe de conduzir ao esquecimento, é um atributo de memórias traumáticas, no qual a sociedade civil, impotente, resiste aos discursos oficiais. Pollak (1989), portanto, analisa ainda que o silêncio, em primeiro lugar, está associado a um *modus vivendi*, ou seja, uma maneira de conseguir se situar após o trauma. Uma vez que,

Em face dessa lembrança traumática, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora” preferem, elas também, guardar o silêncio [...] (POLLAK, 1989, p. 3).

Daniel Aarão Reis Filho (2000), ao tratar da memória a respeito do período ditatorial no Brasil, afirma que quando a sociedade teve a oportunidade de tratar desta, aconteceram algumas reconstruções históricas, que ele chama de *deslocamento de sentido*, que se fixaram na memória da sociedade como verdades irrefutáveis. Seria, portanto, três situações, segundo Reis Filho (2000).

A princípio, o historiador acredita que o primeiro *deslocamento de sentido* teria vindo dos partidários da Anistia, apresentado a esquerda revolucionária como uma resistência democrática, apagando a perspectiva ofensiva, que era o que alimentava esses indivíduos, ao passo que não tinham uma paixão pela democracia.

Por conseguinte, os grupos que apoiavam à Ditadura retomaram esse discurso e afirmaram que existia, de fato, uma autêntica *guerra revolucionária*, portanto, segundo Reis Filho (2000), se houve uma guerra, deve ser considerado os dois lados. Logo, foi possível introduzir uma “anistia recíproca”, perdendo os dois lados, ou seja, os torturadores foram anistiados com os torturados.

Por fim, em terceiro lugar, Reis Filho (2000) revela que a sociedade se reconfigurou, assumindo uma oposição maciça contra à Ditadura “desde sempre”, redesenhado o quadro das relações sociais com o Regime. Teria se apagado da memória os movimentos de massa, assim como as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, que buscavam legitimar o governo dos militares, apoiando-o.

É importante pensar que,

Na história da memória e da sua relação com a história, a transformação operada pela mudança, de uma cultura oral para uma cultura escrita, dos modos de transmissão da memória teve como consequência fundamental a cisão entre história e memória. Na ausência de formas escritas de perpetuação das lembranças, a memória coletiva não existe senão através das memórias individuais: o indivíduo isolado se torna seu guardião, e a memória social se confunde com a memória pessoal, trazendo ainda o peso marcante do subjetivismo (NICOLAZZI, 2003, p. 220).

Nesse sentido, diversas circunstâncias levaram à construção de uma memória em que existia um conflito marcante durante a Ditadura Militar na perspectiva de “luta armada vs. repressão política”, ou seja, a história da Ditadura se resumiria, segundo Carlos Fico (2012), em uma história da repressão e dos reprimidos, e isso contribuiu para a manutenção da impunidade. Entretanto, isso está muito longe do que realmente aconteceu.

Um dos grandes legados da história da Ditadura Militar é a frustração. É uma história incômoda que assombra a sociedade até os dias atuais, porém, de acordo com Fico (2012), esse passado se encontra ocultado sob a ótica de uma memória confortável.

Segundo Marcos Napolitano (2015), com o fim da Ditadura Militar e a posse do novo presidente, abriu-se na memória da Ditadura uma lacuna histórica, pois o Estado teria “usurpado”, através do autoritarismo, a violência política a ser superada.

Essa frustração significa a ausência de um rompimento com as marcas deixadas pela Ditadura. Como já mencionado, desde o processo de Abertura Política, no qual os militares conseguiram conduzir sua saída do poder, assim como a Lei de Anistia, via negociação, a memória da Ditadura Militar se apresentou confusa à sociedade.

Isso fez com que a nova Democracia se construísse a partir de uma memória pós-Ditadura, em que não tivesse condições de se livrar de seus legados institucionais e jurídicos, criando conflitos e equívocos na memória a respeito deste período.

Comparado aos governos anteriores, o governo Lula adota maiores esforços no campo da Justiça de Transição (BRITO, 2013). Lula teria sido o primeiro presidente que se esforçou de forma oficial para revelar a verdade para a sociedade sobre os crimes que a Ditadura Militar cometeu, a fim de reparar os indivíduos e familiares que haviam sofrido enquanto os militares estavam no poder.

Segundo Alexandra Barahona de Brito (2013), no que tange a políticas de memórias e compensações, o governo Lula tratou de criar diversas leis e projetos para levar à sociedade os crimes que o Estado cometeu. Para além disso, moveu esforços para julgar os repressores, conseguiu contornar a Lei de Anistia e responsabilizar agentes do Estado que eram conhecidos por seus crimes, e o primeiro caso em que condenava o Brasil foi levado ao tribunal, responsabilizando o Estado.

Todavia, o governo Lula estava dividido em relação a fazer justiça. Muitos se colocavam ora contra outros ora a favor das condenações. Brito (2013) mostra que ainda que fossem promovidas diversas audiências públicas a respeito dos limites e possibilidades de condenar os agentes responsáveis pelos crimes da Ditadura, assim como reinterpretar a Lei de Anistia, muitos foram contrários. Havia aqueles que analisavam os esforços feitos pela justiça como uma mera “vingança”.

Entretanto, essa pauta ainda não havia chegado ao fim. Quando Lula sai do poder, assume, em 2010, Dilma Rousseff, mulher e militante política torturada durante a Ditadura. Dilma se compromete a analisar os crimes e as violações de Direitos Humanos praticados pelos militares e seus agentes.

Um dos grandes marcos deixados pela presidenta Dilma Rousseff foi a lei que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV),³⁶ que trabalhou para investigar os crimes e violações de direitos humanos ocorridos durante os anos de Ditadura.

Segundo Marcos Napolitano (2015), a Comissão Nacional da Verdade tinha por missão, esclarecer os fatos criminosos ligados à repressão política contra os opositores da Ditadura, assim como produzir uma narrativa única e oficial sobre o período a partir da perspectiva de uma democracia que foi interrompida por um golpe de Estado.

Napolitano (2015) revela que

O longo relatório elaborado por esta comissão, publicado em dezembro de 2014, aponta para uma série de ações simbólicas que sinalizam o triunfo da memória hegemônica crítica no plano do discurso oficial, embora seu resultado não tenha agradado plenamente as organizações de direitos humanos mais combativas, como os grupos da linhagem “tortura nunca mais” e familiares. Foram recomendadas 29 medidas, sendo que algumas delas incidem diretamente sobre a questão da memória: a proibição de comemorações oficiais do golpe de 1964; o reconhecimento pelas Forças Armadas das violações cometidas contra os direitos humanos; a reformulação do conteúdo curricular das academias militares (sobretudo em relação ao ensino de

³⁶ Lei 12. 528/2011, em vigor a partir de 16 de maio de 2012.

história); o incremento de uma política de preservação da memória das violações dos direitos humanos durante o Regime, devidamente articulada a políticas educacionais. Foram reconhecidos, oficialmente, 434 mortos e desaparecidos políticos (dos quais 210 continuam desaparecidos), e responsabilizados 361 agentes de Estado por “graves violações aos direitos humanos” (NAPOLITANO, 2015, p. 25).

A Comissão Nacional da Verdade concluiu que não houve apenas excessos, como afirmavam os militares em seus discursos oficiais. O terror e a violência eram uma política de Estado conectados em todo país.

É importante ressaltar que, a Comissão Nacional da Verdade deixa de estabelecer um marco na memória. Com as denúncias e confissões, apresentou-se o cenário ideal para debater e trazer à tona os fatos deste período. Seria a oportunidade, portanto, de propor um amplo debate a respeito dos direitos humanos que revelasse à sociedade todos os crimes da Ditadura e seus respectivos responsáveis.

Entretanto, isso não aconteceu. Esse assunto se apresenta ainda restrito ao campo acadêmico e jornalístico, e diante disso, aparece de forma mal resolvida perante a sociedade, uma vez que uma parcela da população faz apologia à Ditadura e pede a volta dos militares ao poder. É mais uma vez, o passado assombrando nosso presente. O passado que não passa, e que se faz presente, no presente.

Não obstante, Pedro Ernesto Fagundes (2019) afirma que

Em contraste com as narrativas dos defensores dos legados da ditadura, as críticas dos familiares dos desaparecidos e militantes dos direitos humanos firmaram-se na ausência de medidas efetivas no sentido de condenar e, principalmente, alterar a situação de absoluta impunidade em relação aos agentes do Estado. Segundo esses grupos, finalizados os trabalhos da CNV, permaneceu a imputabilidade dos torturadores da ditadura. Tal situação foi mantida durante a Nova República (FAGUNDES, 2019, p. 303).

Ao tratar do termo *o passado que não passa*, é necessário remeter-se à História do Tempo Presente (HTP), nascida a partir da criação do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), na França, em 1978. A HTP contempla uma preocupação especial com as demandas do nosso presente, e que está diretamente conectada ao nosso passado mais recente. Nesse sentido, no Brasil, os estudos acerca da Ditadura Militar dialogam de forma direta com esse campo historiográfico.

A História do Tempo Presente é descrita como uma história em aberto, uma história-processo. Segundo Christian Delacroix (2018), a HTP foi um dos principais vetores para a promoção de memórias, assim como se mostrou importante para os debates entre a relação de história e memória. Essa segunda, tem o potencial de produzir uma história mais reflexiva, atenta aos desafios de fazer história hoje.

Henry Rousso (2016), um dos expoentes da História do Tempo Presente, compreende que um determinado acontecimento na sociedade pode ocasionar uma ruptura, ou transformação da cultura política vigente. O historiador associa esse acontecimento à *última catástrofe*, portanto, “[...] toda história contemporânea começa com a *última catástrofe em data*, e em todo caso a última que parece a mais loquaz, senão a mais próxima cronologicamente” (ROUSSO, 2016, p. 24).

A História do Tempo Presente tem, segundo Delacroix (2018), uma demanda de caráter cívico, pois busca justiça às vítimas que passaram por regimes autoritários e foram esquecidas. Portanto,

[...] a historicização do passado recente, suas teorizações e suas institucionalizações foram realizadas, em sua maioria, a partir e pela exigência de demandas sociais de reconhecimento e de justiça – que podem ser rotuladas como “reivindicações memoriais” – relativas a passados traumáticos difíceis de assumir por parte das comunidades nacionais e que emanam de pessoas ou de grupos que não pertencem ao meio dos historiadores profissionais. O reconhecimento de uma *dívida* a saldar em relação ao passado parece, portanto, comum a essas reivindicações memoriais (DELACROIX, 2018, p. 47).

No Brasil do tempo presente, existem batalhas pela memória que são fruto de um passado que não passa, pautado na *impunidade* e de *não fazer justiça*, apesar da presença recente da Justiça de Transição e dos mecanismos de responsabilização.³⁷ As disputas pela memória são, igualmente, disputas de poder. Quem detém o poder, consegue disseminar a narrativa que melhor lhe convém.

No dia 30 de julho de 2018, o então deputado federal e futuro presidente da República, Jair Messias Bolsonaro,³⁸ em uma entrevista a um programa televisivo, afirmou que “não houve

³⁷ Entendemos por responsabilização, no contexto da Ditadura Militar, um conjunto de procedimentos que faz parte da Justiça de Transição, visando, todavia, responsabilizar, a partir da menção de nomes, julgamentos públicos, Caravanas da Anistia e entre outros. Nesse sentido, a busca por responsabilizar, ou seja, identificar sujeitos, deu-se a partir, por exemplo, da Lei de Mortos e desaparecidos (2002), dos relatórios finais da CNV e entre outros.

³⁸ 38º presidente do Brasil (2019-2022).

golpe militar em 1964”.³⁹ Antes mesmo de ganhar as eleições de 2018, Jair Bolsonaro buscou, ao longo dos anos que esteve na política, glorificar o que ele chama de *Revolução*⁴⁰ de 1964, assim como minimizar os crimes cometidos durante os 21 anos de Ditadura Militar no Brasil.

Para Caroline Silveira Bauer (2019, p. 48),

Bolsonaro solamente puede existir en un país en el que se asume vivir en una guerra interna, razón por la cual él trata de alimentar esa guerra. La determinación oficial de festejar el golpe de 1964 es parte de esta estrategia y tememos mucho que la violencia simbólica del negacionismo y de la “batalla de la memoria” termine convirtiéndose en violencia concreta y real.

Quando os militares saíram do poder, em 1985, e aprovaram a Anistia (1979) de acordo com seus interesses, isto é, perdendo seus próprios atos, escaparam de possíveis sanções da justiça, contribuindo para a elaboração de uma *memória positiva* no imaginário coletivo, ainda presente atualmente.

É importante compreender que o autoritarismo sempre esteve enraizado na cultura política brasileira. O próprio início da República ocorre com a tomada do governo pelos militares. Em 1964, o país passava por um turbilhão de acontecimentos e insatisfação popular. A Ditadura não só foi apoiada por setores civis, mas também celebrada. Naquele momento, a sociedade buscou, diante da crise, uma saída autoritária. Nas eleições de 2018 não foi diferente.

A partir de 2013 ocorreu no Brasil uma onda de protestos e manifestações, oriundos de insatisfação popular devido ao preço da passagem dos ônibus, buscando melhorias na saúde, educação e afins. Essa crise teve por base o desgaste com a política cômoda realizada nos governos anteriores, precária no quesito renovação.

Jair Bolsonaro surge na esfera pública como um político proveniente de fora do “sistema”, apesar de ocupar cargos políticos seguidos desde o final da década de 1980. Buscava apoiar e valorizar a moral e os bons costumes. O na época deputado federal percebeu as brechas que existiam no sistema político brasileiro, assim como soube captar as insatisfações populares e transformar isso em potencial político, que o elegeu presidente da República em 2018.

Para Esther Solano (2018), o bolsonarismo atropelou a política brasileira de forma inesperada. Bolsonaro fez a política da inimizade, no qual ergueu sua candidatura e a potencializou na

³⁹ Disponível em: < https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/07/30/interna_politica,976764/nao-houve-golpe-militar-em-1964-afirma-bolsonaro.shtml >. Acesso em: 28 dez. 2020.

⁴⁰ Termo utilizado pelos defensores dos militares para se referir à Ditadura Militar.

negação das diferenças morais e políticas, apresentou seus adversários como inimigos, não só de ordem política, mas também religiosa e moral. Portanto,

No Brasil, um país cujas feridas históricas não foram fechadas, Bolsonaro consegue mobilizar essas cicatrizes, os ressentimentos, as raivas, as angústias ontológicas de muitos. Nesse sentido, a extrema direita está trazendo a política de volta porque faz a disputa de imaginários e subjetividades, coloca a emoção no centro do debate (SOLANO, 2018, p. 320).

O negacionismo histórico sempre esteve presente no discurso de Jair Bolsonaro ao negar os crimes da Ditadura, banalizar a repressão e relativizar a tortura. O político fez, e ainda faz deste uma espécie de instrumento político, buscando invalidar o conhecimento científico através de intolerância e de uma agenda pautada em *pós-verdade*⁴¹ e *fake News*.⁴²

François Bédarida (1998) afirma que o procedimento dos negacionistas tem como base sólida três vícios redibitórios. Primeiro, tem repulsa à cientificidade. Busca recusar a documentação, apontando os possíveis erros que possa conter, desqualificando, inclusive, os testemunhos. Segundo, os textos negacionistas têm caráter repetitivo de fazer denúncias e afirmações desarticuladas, sem enraizamento histórico e metodológico. Em terceiro lugar, o negacionismo repousa num esquema gasto e simplista, seria tudo um grande complô.

Sônia Meneses (2019), ao tratar do negacionismo, afirma que existe uma dificuldade de encontrar protocolos de constituição desses argumentos, pois eles se constroem e se realizam, na maioria das vezes, pela forma que se apresentam e não necessariamente pelo seu conteúdo.

Segundo Meneses (2019), compreender as apropriações do passado, no tempo presente, pode nos levar a entender que esses espaços transformam, de forma significativa, a maneira pela qual tratamos a história, assim como seus usos políticos. E desta forma, a narrativa histórica é atingida de forma frontal pelos problemas próprios desses tempos que somos confrontados pelas ideias de pós-verdade.

Diante disso,

O saber histórico não é um objeto estanque, estável, a-histórico, evidente por ele mesmo. Tampouco é uma espécie de monopólio dos historiadores, como se eles possuíssem alguma forma de cláusula pétrea que lhes concedesse o direito exclusivo de se falar *a partir da* história, todos os outros sendo meros amadores ou, pior, “apenas

⁴¹ Dicionário Oxford: Informação ou asserção que distorce deliberadamente a verdade, ou algo real, caracterizada pelo forte apelo à emoção, e que, tomando como base crenças difundidas, em detrimento de fatos apurados, tende a ser aceita como verdadeira, influenciando a opinião pública e comportamentos sociais.

⁴² Compartilhamento de notícias falsas para interferir na opinião pública.

jornalistas”. O historiador é mais um participante deste jogo, que é jogado muitas vezes de forma tensa, com uma torcida pouco amistosa e com jogadas desleais por parte de muitos jogadores (historiadores incluídos). Por isso, quanto à formulação sobre sua função social, desde logo uma distinção deve ser feita, entre a função da história e aquela do historiador (BAUER; NICOLAZZI, 2016, p. 818).

Existe no Brasil recente batalhas pela memória que são frutos de um passado que insiste em não passar. Fato é que as memórias estão sempre em disputas e quem detém o poder, consegue disseminar a narrativa que melhor lhe convém.

Ao longo dos últimos anos a sociedade brasileira vem aceitando em suas bases democráticas um projeto autoritário, que se instalou em vários países ao redor do mundo. Mas é necessário observar que Bolsonaro não é fruto do acaso. Não aconteceu do nada. Ele advém de circunstâncias criadas ao longo dos anos, que se afluíram nas últimas décadas.

A Lei de Anistia de 1979, que garantiu o *perdão aos torturadores*, absteve-se de uma política verdadeiramente punitiva contra aqueles que praticaram violência e infringiram os direitos humanos, baseando-se em um *não revanchismo*. Como saldo, tivemos a impunidade aos torturadores e sua manutenção na política, ocupando cargos públicos, assim como, sendo cortejados e homenageados.

Por fim, Fagundes (2019) deixa evidente que,

Diante desse cenário, a [...] Lei da Anistia transcorre numa conjuntura memorial desfavorável aos familiares de mortos e desaparecidos políticos. Inclusive, reforçando esse cenário, desde 2013, emergem grupos de extrema-direita, em especial pelas redes sociais. Esses apologistas de uma “intervenção militar” relativizam a recente experiência autoritária brasileira, postura que, no presente, busca estabelecer uma versão “paralela” da história recente do Brasil.

Paradoxalmente, no presente, um tema unifica a maioria dos integrantes dos três poderes em âmbito federal: a defesa da narrativa da Anistia como um “pacto”. Em nossa opinião, esse consenso serve para enfatizar o protagonismo dos militares na condução da redemocratização. Discurso que ganhou ressonância durante a Nova República. Longe de ser um mero debate sobre “quem” e “quando”, estamos diante de questões historiográficas que têm como pano de fundo as discussões sobre o caráter da ditadura militar e as disputas de narrativa sobre a transição política brasileira (FAGUNDES, 2019, p. 303-306).

Caminhando nesse sentido, observamos que a memória acerca da Ditadura se mantém equivocada, uma vez que o atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, em seus mandatos como deputado federal, foi diversas vezes à tribuna glorificar a memória da ditadura

e homenagear torturadores do período. No dia 31 de março de 2019, já no cargo de presidente, determinou uma comemoração do Regime Militar.⁴³

As memórias de Jair Bolsonaro a respeito da Ditadura são triunfantes. Buscam glorificar os feitos do Regime, assim como relativizar e desprezar todos que foram perseguidos, torturados, mortos e presos pelos militares.⁴⁴

Instalou-se no Brasil a política de memória “Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça”, apresentando uma narrativa da memória traumática da Ditadura. Esse lema não assume dentro desse contexto um consentimento ao silêncio, nem exclusivamente à prática de negar outro regime ditatorial, um novo golpe. Mas, evidencia, principalmente, a denúncia das arbitrariedades, a necessidade de reparações e a extrema urgência de se fazer justiça, uma vez que tal tema ainda permanece no centro do debate público.

Todavia, assim como diversos ex-agentes do Estado e repressores vão a público confessar seus crimes, *vide* Cláudio Guerra, a sociedade, ao ter conhecimento dos casos, apresenta-se anestesiada. Acreditamos, portanto, que tal fato se dê devido à falta de punição e à banalização, por diversos indivíduos, assim como do atual presidente, das ações repressivas e das violações dos Direitos Humanos cometidos durante a Ditadura Militar.

1.3 A FACE DA IMPUNIDADE: CLÁUDIO GUERRA – ENTRE SILÊNCIOS, TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS

Como já observado, é possível compreender que os crimes da Ditadura Militar, assim como a repressão política, as práticas de torturas, as mortes e os desaparecimentos forçados não eram acontecimentos do acaso ou exceções. Eram, de fato, uma política de Estado violenta e clandestina, de um sistema organizado que buscava silenciar a oposição à Ditadura, assim como, acobertar esses crimes.

A Ditadura Militar no Brasil deixou suas marcas através do fim da liberdade de expressão, da violação constante dos direitos humanos, dos abusos da violência física e psicológica, assim como dos episódios de repressão clandestina e de desaparecimento.

⁴³ Disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/www1.folha.uol.com.br/amp/poder/2019/03/bolsonaro-determinou-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-1964-diz-porta-voz.shtml>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

⁴⁴ Para maiores detalhes sobre os usos políticos da Ditadura Militar por Jair Bolsonaro, ver Dissertação de Ariel Chexes Batista (2020).

A clandestinidade contava ainda com outros setores da sociedade civil, configurando-se então em um sistema muito bem articulado e estabelecido, como é o caso de muitos médicos legistas que forneciam laudos fraudulentos com objetivo de ocultar as causas das mortes e as marcas, que eram sempre provenientes da tortura. Atribuíaam a causa da morte a atropelamentos, acidentes, tiroteios e suicídios.

Nesse sentido,

Além da repressão institucionalizada, grupos paraestatais foram criados. Os esquadrões da morte (nome dado aos grupos que agiam ilegalmente no combate aos opositores ao regime, e formados, em sua maioria, por civis) criavam suas próprias leis no combate aos militantes de esquerda no Brasil. Esse tipo de atitude era, inclusive, indicada pelos militares. Exemplo disso foi a Política de Segurança Interna, criada pelo então presidente ditador Arthur da Costa e Silva. [...] Não tardou para ficar visível que os repressores agiam fora da lei e também fora da cadeia de comando militar, ganhando cada vez mais autonomia e poder. As teses criadas pelos órgãos estatais sempre objetivavam justificar os crimes políticos, mostrando que as ações não deveriam ter limites, a fim de que se banisse totalmente da ameaça comunista do território brasileiro (RUBERT, 2013, p. 460).

No período dos chamados “anos de chumbo”,⁴⁵ o governo combateu de forma intensa à oposição. Dessa forma, surgiram diversos grupos militares e paramilitares que agiam nos “porões da Ditadura”, a fim de ampliar o terror de Estado, conseguindo dar longevidade ao Regime.

A partir deste momento, segundo Rubert (2013), os militares começam a espalhar prisões secretas por todo país. Utilizavam casas, apartamentos, sítios e fazendas. Tratavam-se dos Centros Clandestinos de Detenção e Torturas (CCDT's), onde se realizavam torturas, mortes, sepultamentos e desaparecimentos forçados.

Diante disso, segundo Napolitano (2014), o indivíduo, oficialmente, não estava nem preso, nem morto, encontrava-se desaparecido. Logo, isso fazia com que o governo não obtivesse a culpa, além de conseguir enganar os familiares das vítimas, dando a eles pistas falsas do paradeiro do seu ente.

Portanto,

Para o sistema repressivo, essa solução tinha a vantagem de desobrigar o governo e as autoridades como um todo de qualquer informação oficial sobre o militante desaparecido. Oficialmente, nem preso nem morto. Logo, o sistema repressivo, parte estrutural do regime, elaborou uma sofisticada técnica de desaparecimento, cujo primeiro momento era o desaparecimento físico do corpo, seja por incineração,

⁴⁵ Expressão criada inicialmente na Europa Ocidental e relacionada com a Guerra Fria, ganhou destaque no Brasil durante o período de maior violência, entre 1968 e 1974.

esquartejamento, sepultamento como anônimo ou com nomes trocados (NAPOLITANO, 2014, p. 122).

A partir de determinado momento, essas práticas foram se tornando mais comuns e corriqueiras. Os militares tinham a necessidade de silenciar os opositores e se manter no poder, mas também, não podiam levar a culpa dos crimes cometidos de forma oficial. A repressão clandestina, portanto, foi fundamental nesse momento.

Para além disso, os mesmos repressores buscavam instaurar o pânico na sociedade, forjar ataques, explodir bombas, assaltar bancos e afins, culpando a oposição, no intuito de mostrar para a sociedade que estavam correndo perigo. Nesse sentido, segundo o argumento construído, a manutenção dos militares no governo era a melhor saída para o país. O terrorismo de Estado era peça fundamental para legitimar a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e seus mecanismos de ação adotados ao longo da Ditadura.

Entretanto, tais ações clandestinas ajudaram a preservar o governo de denúncias de violações de Direitos Humanos, pois se configurava um poder anônimo, o que facilitou que os crimes cometidos pelo Estado passassem impunes, sem a responsabilização do Estado e dos repressores.

Com o fim da Ditadura Militar, e com a autorização da abertura dos documentos produzidos durante o período, depois de décadas de reivindicações sobre esses acervos, foi possível identificar e localizar diversos repressores e responsabilizá-los pelos crimes cometidos.

Para além disso, alguns indivíduos, anos depois, foram a público e confessaram seus crimes.⁴⁶ O motivo para tal pode ser diverso: motivações próprias, religiosas assim como por peso na consciência por carregar por anos suas práticas de terror. Ao confessar, foi possível dar algumas respostas à sociedade e aos familiares de vítimas que permanecem desaparecidas.

Um dos mais fiéis e efetivos integrantes dos “porões” da Ditadura Militar, segundo ele mesmo, foi o delegado do DOPS-ES Cláudio Antônio Guerra. O hoje pastor Cláudio, revelou suas ações pela primeira vez em 2012, através de um depoimento a dois jornalistas, revelando as práticas de desaparecimentos e ocultamentos de cadáveres durante o período militar.

Parafraseando Michel Pêcheux (1993), Elaine Daróz, Maria Silva, Matheus Gomes (2021), afirmam que

⁴⁶ Ver em: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

[...] a memória é o elemento estruturante do discurso, na medida em que por movimentos de desestruturação/reestruturação dos sentidos relativamente estáveis no seio social são sempre passíveis de se tornarem outros. Isso porque, segundo o autor, a memória é um “espaço móvel de disjunção, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização, um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÉCHEUX 1999 [1983], p. 56). Nesse movimento contínuo e ininterrupto no e pelo qual sujeitos e sentidos se constituem que determinados sentidos são reproduzidos, com vistas à sua naturalização, enquanto sentidos outros são silenciados ou até mesmo apagados (DARÓZ; SILVA; GOMES, 2021, p. 17).

Nesse sentido, Cláudio Guerra teria sido, segundo suas próprias palavras, um policial muito poderoso da Ditadura Militar durante os anos 1970 e 1980, que circulava e tinha grande influência nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Seu mentor se tratava do coronel Freddie Perdigão Pereira.⁴⁷

Entretanto, como já mencionado, para além de pesquisas, existe um acervo documental que revela as ações de Cláudio Guerra no final da Ditadura Militar e início do período da redemocratização. Suas ações, portanto, são realizadas no final da década de 80. Cláudio Guerra, busca, durante suas falas, realizar o deslocamento de memória de suas ações, para o Regime de 1964.

Guerra (2012) relata que os militares não dominavam as mesmas técnicas de combater a Esquerda Armada como a repressão clandestina civil. Quem detinha a experiência em “eliminar os suspeitos” de forma eficiente era a clandestinidade. Prática aperfeiçoada nos esquadrões da morte e na pistolagem anteriores à época dos “anos de chumbo”. Tanto que os policiais civis sabiam como “matar e desaparecer” com os corpos sem deixar rastros.

O ex-delegado do DOPS-ES ainda relata que em nome da segurança de Estado brasileiro, os membros da Comunidade de Informações tinham legalidade para fazer tudo: “[...] perseguir, grampear, investigar, julgar, condenar, interrogar, torturar, matar, desaparecer com os corpos e alijar famílias do paradeiro de seus entes queridos” (GUERRA, 2012, p. 98). Desta forma, não existia um código de conduta estabelecido. Tudo era permitido.

Portanto,

Não demorou muito para que uma sucessão de casos de violência, escândalos de lavagem de dinheiro, extorsão e suposta ligação de políticos com o narcotráfico e o

⁴⁷ Mais conhecido como Coronel Perdigão, foi membro do Centro de Informações do Exército (CIE) e do Serviço Nacional de Informação (SNI). Perdigão é descrito como um dos militares mais duros da repressão clandestina durante a Ditadura Militar.

crime organizado fizesse o Espírito Santo ser chamado de “terra sem lei”. As autoridades federais custaram a acordar (JUPIARA; OTAVIO, 2015, p. 165).

Guerra se envolveu com o Jogo do Bicho no Espírito Santo. Seguindo os passos de Fleury,⁴⁸ criou modalidades e enriqueceu de forma ilícita através do crime e organização ilegal. Foi condenado algumas vezes à prisão durante a Ditadura, mas nunca cumpriu pena.

Tempos depois ficou preso por seis anos em um presídio de segurança máxima, acrescido de mais quatro anos em regime semiaberto a partir de 2010, aos 71 anos. Guerra se tornou pastor evangélico, por esse motivo resolveu confessar suas práticas. Em 2019 foi condenado e preso novamente.

Cláudio Guerra esteve envolvido com algumas mortes durante a Ditadura Militar. Seja de forma direta ou indireta. O ex-delegado diz ser um dos principais agentes do Regime de 1964, agia de forma secreta, e nunca teve seu nome vinculado a entidades de Direitos Humanos, até porque, segundo ele, não torturava. Sua missão era matar.

Logo,

[...] as versões dadas aos crimes eram distorcidas pelos órgãos oficiais de perícia e investigação. Além disso, a imprensa da época era censurada e raramente conseguia dar elementos mais contundentes para esclarecer as mortes. Muitas nem foram noticiadas (GUERRA, 2012, p. 38).

Como sugere Cláudio Guerra (2012), a repressão clandestina tinha um aparato montado para ocultar os crimes do Estado e por vezes atribuir a responsabilidade desses a grupos de esquerda. Evidencia ainda que esses crimes, além de eliminar o inimigo do governo, ao atribuí-los a seus opositores, transmitia à população uma sensação de insegurança e assim, freava o processo de Abertura Política, que não era um desejo de muitos coronéis e generais.

No livro escrito pelos jornalistas a partir do depoimento de Guerra (2012), o atual pastor afirma que esteve envolvido com mortes e ocultamentos de cadáveres de vários adversários, assim como explosões e atentados políticos, a ponto de se responsabilizar por crimes que nem havia

⁴⁸ Sergio Fernando Paranhos Fleury (1933-1979), mais conhecido como delegado Fleury, foi um policial muito poderoso e atuante durante a Ditadura Militar no DOPS de São Paulo.

cometido. “Mas na cadeia eu passei a conhecer Jesus. Ao me aprofundar no conhecimento da palavra do senhor, vi a necessidade de caminhar para além do perdão” (GUERRA, 2012, p. 32).

Rogério Medeiros (2012), um dos jornalistas que colheu o depoimento de Guerra, o chama de ardiloso e implacável matador. Segundo o autor, Guerra possuía todos os atributos que era necessário para a Ditadura o recrutar.

Os jornalistas que colheram o depoimento de Guerra (2012), afirmam que a partir deste, será possível que familiares e vítimas entendam as circunstâncias e extensões políticas para as mortes causadas pelo Regime.

Ao ser indagado o porquê de ter esperado tanto tempo para falar, Guerra afirma que

[...] à fidelidade aos militares e sua formação anticomunista impunham que apagasse as lembranças da memória em favor de uma causa comum, mas que o tal silêncio quebrou-se ao evangelizar-se numa igreja da Assembleia de Deus, na região metropolitana de Vitória [...] (GUERRA, 2012, p. 15).

Ainda que a fala de Cláudio Guerra demostre, de fato, o que foi a Ditadura Militar, pois a luta política clandestina gerou barbaridades e dores a diversos indivíduos e familiares, o momento de revelar suas ações foi muito oportuno, contexto da Comissão Nacional da Verdade e busca por isenção de seus crimes comuns.

O depoimento de Cláudio Antônio Guerra se transformou em um livro chamado *Memórias de uma Guerra Suja*, um trabalho que durou três anos, realizado através de conversas, gravações e chamadas de vídeo pelos jornalistas Marcelo Netto e Rogério Medeiros. O livro revela os bastidores da repressão contra a esquerda que se opunha aos militares.

O livro foi publicado em 2012. A partir daquele momento as memórias de Guerra foram espalhadas e estavam à disposição de toda sociedade. Entretanto, nesse período, era instaurada no Brasil a Comissão Nacional da Verdade, momento no qual ex-militares foram chamados para depor e reconhecer seus crimes durante a Ditadura. Assim Cláudio Guerra o fez. Para além disso, em 2017, Guerra aceitou contar mais uma vez suas práticas durante a Ditadura. Dessa vez, foi realizado o filme/documentário intitulado *Pastor Cláudio*.

À Comissão Nacional da Verdade, Guerra contou novamente todos os seus crimes, repetiu suas ações que já tinha relatado aos jornalistas. Segundo destacou, estaria fazendo uma confissão pública, estaria se acertando com Deus.

Já no filme/documentário *Pastor Cláudio* (2018), e dirigido por Beth Formaggini, Guerra contou novamente as práticas de violência que conviveu e exerceu durante o período da

Ditadura. Guerra contou quem matou e onde matou, e revelou o paradeiro dos corpos das vítimas.

Portanto, desde a publicação de seu livro, Cláudio Antônio Guerra se transformou em um homem-memória. Seus relatos e práticas ganham novas entonações e episódios. Sua memória parece ganhar novos episódios a cada depoimento. Isso acontece principalmente com seu filme/documentário, no qual reformula algumas memórias, comparado ao seu livro.

Em *Pastor Cláudio* (2018), Guerra deixa evidente a existência de um sistema repressivo atual, com mudança apenas de alvo. “Por que a tortura não acaba? Não houve punição para ninguém. Hoje as práticas de tortura estão dentro dos presídios. Dentro dos quartéis, dentro das delegacias. Continua a mesma coisa” (PASTOR Cláudio, Direção de Beth Formaggini, 2018).

Ao analisar a tortura no presente, Cecília Coimbra (2001), relata que as práticas exercidas no passado recente do Brasil continuam. Hoje são aplicados aos pobres de maneira geral, aos excluídos e aos considerados *perigosos*. Essa demanda para eliminar os subalternos é justificada por uma necessária *limpeza social*, que é vista com bons olhos pela elite social. Assim como na Ditadura Militar, na História presente do Brasil o *inimigo* não deve ser somente silenciado, mas também exterminado.

Fato é que, nas memórias de Cláudio Guerra, ele ocupou um lugar de destaque durante a Ditadura Militar. Chegou a ocupar um cargo paralelo ao de chefe de polícia, respondia apenas ao Secretário de Segurança Pública.

Por se dizer tão fiel e prestativo ao Regime, segundo Guerra (2012), conseguiu ocupar esse lugar de destaque e prestígio perante os militares. Diz ter sido um dos principais homens da linha de frente da Ditadura. Conquistou, igualmente, lugar de destaque no mundo do crime organizado, e gabou-se de ser um dos mais importantes agentes da repressão. Entretanto, mais uma vez, suas afirmações não são comprovadas de forma documental.

A trajetória de Cláudio Guerra, assim como suas ações e condutas frente à Ditadura Militar e contra os inimigos do governo, foi realizada, de fato, dentro dos grupos de extermínio e contrabando. Entretanto, seu deslocamento de memória nos possibilita compreender toda a organização do sistema repressivo clandestino, que foi o grande aliado do Estado. Esse, não só contribuiu para dar longevidade à Ditadura, mas a sustentou por muito tempo, através do crime e terror, implantado pelo próprio Estado.

CAPÍTULO 2

O REPRESSOR FALA

Cláudio Antônio Guerra foi a público pela primeira vez em 2012. Apresentou-se como um homem que combatia a subversão com eficácia, gozando de prestígio e confiança dos seus superiores. Era fiel ao ideal de “Revolução de 1964”, e assim, tinha como objetivo e missão, eliminar tudo e todos que fossem contrários aos militares. Guerra não pede perdão ou se diz arrependido, pelo contrário: justifica suas ações como necessárias para “impedir o comunismo”.

Após realizar seu testemunho em forma de livro e apresentar sua versão sobre os fatos, Cláudio Guerra ficou conhecido no meio público. Ainda, concedeu diversas entrevistas entre 2012 e 2019, participando de programas televisivos e reportagens.

Uma pergunta comum a todos que o entrevistava era o questionamento da motivação pela qual estaria revelando seus crimes. A resposta unânime girava em torno de sua conversão ao cristianismo. Deus estava em sua vida e ele precisava contar, para que servisse de exemplo para as pessoas, que mesmo com um passado ruim, ainda haveria tempo para se arrepender.

Com o passar dos anos, Cláudio Guerra se transformou em um homem-memória. Após confessar seus crimes para a Comissão Nacional da Verdade, o Ministério Público decidiu que o que Guerra contava fazia sentido, logo, seu testemunho apresentava traços de veracidade.

Ao realizar leitura e análise do livro *Memórias de uma Guerra Suja*, assim como ao assistir às reportagens e ao filme *Pastor Cláudio*, várias questões e inquietações surgiram nesta pesquisa. Guerra afirma ser um executor da Ditadura. Nunca teria torturado, pois em suas palavras seria muito desumano (GUERRA, 2012).

Essa afirmação de Cláudio Guerra é, no mínimo, estranha, uma vez que seu maior mentor, o Coronel Freddie Perdigão Pereira, foi um dos maiores torturadores da Ditadura Militar. Guerra se assume um agente fiel do governo, sempre cumpria as ordens e nunca as questionava, fazia o que era ordenado pelos seus superiores com perfeição e eficácia.

Outra inquietação foi pensar o porquê de Cláudio Guerra ter demorado tanto tempo para testemunhar seus crimes? Essa pergunta ele não responde em seus relatos, talvez nunca alguém o tenha questionado. A resposta, vinda do repressor, não se sabe. Fato é que grande parte dos

nomes que ele cita em seu livro já estão mortos. Outros, todavia, doentes e impossibilitados de responder.

Mas aqui acreditamos, mais uma vez, assim como buscamos provar que o ex-delegado do DOPS do Espírito Santo procura deslocar suas memórias para a Ditadura Militar de 1964, a fim de se livrar das sanções da justiça pelas práticas dos seus crimes comuns.

Além disso, é possível pensar que Guerra já estava de idade avançada e com a saúde debilitada, portanto, revelou seus crimes quando já estava vulnerável, doente em um leito de hospital presidiário. O que pode ter motivado para contar seus crimes, de forma que possivelmente esperou o momento certo para testemunhar. Para além de admitir que precisava fazer um acerto de contas com o passado, o personagem nutria uma experiência religiosa ao se tornar pastor evangélico.

Para além disso, certamente Cláudio Guerra é um conhecedor da legislação brasileira, assim como do Código Penal, e sabia, que muitos dos seus crimes já estavam em prescrição penal, o que o faria ter uma pena reduzida, uma vez que os atos já haviam sido cometidos há mais de 30 anos. O que nos ajuda a refletir, mais uma vez, a respeito da Lei de Anistia (1979) e sua aplicação para os “dois lados”, perdando os agentes do Estado que cometeram “crimes conexos” aos praticados por motivação política.

Outro fato que Guerra devia conhecer, refere-se a não prescrição do crime de tortura, por sua natureza de lesa-humanidade. Logo, seria conveniente revelar que não havia cometido tais atos durante os anos em que gozou de prestígio e poder, sendo fiel aos seus comandantes durante a Ditadura Militar.

Guerra se dizia muito eficiente e por isso, ocupou os espaços que lhe foram delegados. Também afirmava estar em uma guerra contra os inimigos do governo, sempre comprometido com os militares e nunca, jamais, questionando uma ordem dos seus superiores.

Neste Capítulo, vamos nos debruçar em algumas questões que o perpetrador do Regime aponta, e que aqui, é necessário discuti-las a fim de formular possibilidades para melhor interpretar Claudio Guerra, que é símbolo de, no mínimo, repressão e morte enquanto os militares estavam no poder.

Cláudio Guerra se dizia fiel aos militares, um homem que cumpria ordens. A jornalista Denise Assis (2019), ao ir até Guerra, entrevistando-o em sua residência, revela que esperava encontrar

um homem horrível, que só de olhar, sentiria medo. Entretanto, ao se deparar com ele, vê um “senhor de idade”, que aparentemente, seria incapaz de cometer os crimes que confessou.

Isso nos faz remeter a Hannah Arendt (2007), ao tratar de *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*. O atual pastor se posiciona como um cumpridor de ordem, sem questionar, envolvido em um sistema maior que ele já não tinha desejos próprios.

Nesse sentido, Cláudio Guerra relata como o crime organizado e o terror de Estado fizeram parte da Ditadura Militar, e como, os militares e agentes do Estado estavam, não somente envolvidos, mas chefiavam e comandavam as ações ilícitas que ocorriam no Brasil a fim de obter benefícios.

Para além disso, é importante discutir como Cláudio Guerra foi visto pela sociedade após ser um repressor confesso. Apareceu em noticiários, concedeu entrevistas, foi alvo de discussões e comentários em diversos segmentos de mídias. É preciso compreender, portanto, como a sociedade e os meios de comunicação o receberam.

2.1 FIEL E OBEDIENTE: GUERRA E A CONFORTÁVEL NARRATIVA DE CUMPRIR ORDENS

Hannah Arendt ao tratar do Tribunal de Nuremberg, em 1961, quando o soldado nazista Adolf Eichmann foi julgado pelos seus crimes cometidos durante a Segunda Guerra Mundial, relata detalhadamente o lugar, chamado “Casa da Justiça”. Ao destacar a arquitetura do lugar, a filósofa vê o julgamento como uma espécie de espetáculo, orquestrado pelo primeiro-ministro israelense, e divulgado pela mídia israelense e mundial.

Fato é que Arendt não classifica esse momento como algo lúdico ou falso. Pelo contrário, busca transmitir que a arquitetura armada para o julgamento, é uma tentativa de inserir, de alguma forma, a plateia e os judeus que assistem o julgamento. A filósofa capta, portanto, situações que são extra julgamento.

O Tribunal fez um esforço para colocar Eichmann como um monstro, responsável por todo horror causado aos judeus, mas Hannah Arendt relatou dificuldade em enxergar aquele indivíduo, de carne e osso, sentado na cabine de vidro no centro do Tribunal, com tal caracterização. A filósofa analisou que o objetivo fundamental de julgar Eichmann pelos seus crimes foi confundido com os interesses do governo israelense.

Em 20 de maio de 2018, o Jornal *Opção* publicou matéria intitulada *História cruenta do mini-Eichmann dos trópicos nos tempos de Médici e Geisel*⁴⁹. Tratou-se de um resumo das revelações que Cláudio Guerra discorreu no livro *Memórias de uma guerra suja* (2012). O jornalista que escreveu a matéria, Euler de França Belém, editor-chefe do Jornal, deixa explícito no texto, e aqui buscamos reafirmar, que não se pode equivaler ou comparar a Ditadura brasileira com o regime nazista, assim como Cláudio Guerra a Eichmann.

Entretanto, é importante compreender que os relatos de Guerra trazem novas possibilidades de compreender como os militares agiam, os esquemas e estratégias traçadas pelos menos para conseguir silenciar o inimigo que lhes incomodava. Portanto, consegue levar para a cena pública personagens ocultos, e que teriam, segundo relatou, cometido diversos crimes.

Como já mencionado, não há dimensão histórica para comparar a Ditadura no Brasil com o nazismo, assim como Cláudio Guerra a Adolf Eichmann, entretanto, ao tratar da *Banalidade do Mal*, conceito usado por Hannah Arendt, é possível pensar que Guerra, ao relatar seus possíveis crimes de forma natural e sem desprendimento, discursiva de forma banal. Paralelo a isso, Cláudio Guerra, fazia questão de se apresentar como a face do mal. Vestia-se de forma extravagante, aterrorizando por onde passava. Apresentando-se, de fato, como uma figura intimidadora.

Diferente de Adolf Eichmann, Cláudio Guerra não foi levado à força para o tribunal. Mergulhado em uma experiência religiosa, tornando-se pastor evangélico, procurou o jornalista Rogério Medeiros, que já lhe fazia acusações durante muito tempo, para confessar seus crimes. Pelo menos, isso é o que o ex-repressor diz.

Em 2012, ano que saiu o livro *Memórias de uma Guerra Suja*, o Jornal *Gazeta do Povo*, publicou matéria intitulada *Banalidade do Mal, versão brasileira*.⁵⁰ Nesse texto, o colunista Alberto Dines sugere a possibilidade de aplicar, em Cláudio Guerra, a teoria de Hannah Arendt.

No mesmo artigo o autor afirma:

Enviada a Jerusalém em 1961 para cobrir o julgamento do nazista Adolf Eichmann, estrategista e gerente do Holocausto, impressionada pela frieza do burocrata da morte, Arendt formulou uma doutrina assustadora: o demônio não veste túnica vermelha, seu rosto não ostenta rictos, seus olhos não são arregalados – o demônio é gente como a gente. O demônio cumpre ordens, por mais sinistras que sejam. O demônio é um feixe

⁴⁹ Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/historia-cruenta-do-mini-eichmann-dos-tropicos-nos-tempos-de-medici-e-geisel-125781/>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

⁵⁰ Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/banalidade-do-mal-versao-brasileira-2d8zrmrjr05wupmaoikj5npse/>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

de doutrinas hediondas que seres humanos absolutamente normais inventam e outros aceitam sem vacilar (DINES, 2012).

Cláudio Guerra, no decorrer das suas revelações, insiste no argumento de que era apenas “um cumpridor de ordens”. Um agente fiel e obediente ao regime instalado, fazia o que lhe era mandado, sempre sem questionar. Seu depoimento, portanto, o coloca na posição de um executor/cumpridor de ordens.

Em seu livro, Guerra (2012) deixa evidente o tamanho do compromisso que tinha com os militares, revelando que enquanto serviu aos interesses da Ditadura, foi absolutamente leal, aceitando a autoria, inclusive, de crimes que nunca havia cometido. Ao reafirmar seu comprometimento com o Regime, ele assinala:

Na maioria das vezes não se sabia nem a motivação da missão, tampouco o nome da vítima. As informações eram mínimas. Eu recebia as ordens, me levavam ao local, apontavam o alvo e eu agia. Nunca participei dos levantamentos preliminares. Por isso, tenho muita dificuldade em lembrar nomes, datas e locais (GUERRA, 2012, p. 38).

A palavra *ordem* aparece por diversas vezes durante o livro. Nesse sentido, Guerra mantém uma confortável narrativa de cumpridor de ordens. Quando Eichmann foi julgado, o mesmo diz que deveria ter sua pena concedida de acordo com as leis do momento que atuou. Cláudio Guerra, por sua vez, assumiu sua culpa, embora se afirmasse ser apenas uma espécie de “engrenagem” em um sistema muito bem articulado.

Ainda que Guerra faça afirmações fantasiosas a respeito de sua participação na Ditadura Militar, não podemos descartar o fato de que sua participação ocorreu em um contexto específico, de distensão política, durante a Abertura Política, da Ditadura Militar e da repressão.

Muitos militares, ao serem convocados para depor durante as oitivas da Comissão Nacional da Verdade, afirmavam que quem deveria estar ali não eram eles, mas sim, o Exército Brasileiro, as Forças Armadas, que teria sido os verdadeiros culpados por tudo que aconteceu durante a Ditadura Militar, eximindo-se dos crimes cometidos. O ex-coronel e torturador da Ditadura, Carlos Alberto Brilhante Ustra (1987; 2006), nunca assumiu seus crimes da Ditadura, mas afirmou, na audiência, que quem deveria estar em seu lugar era o Exército Brasileiro, baseando-se no princípio da obediência devida.

Ainda que tenha assumido sua culpa, Cláudio Guerra busca afirmar que estava em uma “guerra”, e era necessário eliminar o inimigo e manter o que eles chamavam de “revolução” no poder. Sua missão e a dos demais perpetradores da repressão era essa.

Ao se assumir como um cumpridor de ordens, o ex-delegado, de alguma forma, busca justificar suas ações, ao passo que para sobreviver à guerra, era necessário, a repressão, trabalhar na perspectiva de sobrevivência, logo, obedecer às ordens é uma forma de sobreviver.

Portanto, assentar-se nessa confortável narrativa, assim como se assumir um indivíduo que encontrou a “salvação” e se arrependeu de seus crimes e “erros”, faz Guerra se sentir preparado para falar de seus atos, sem demonstrar nenhum grande compromisso. Seria, de fato, como já disse, uma espécie de acerto de contas com o passado, pois com Deus, já estava tudo certo. Talvez pensasse que ao se tornar evangélico e convertido, estaria livre da justiça e da lei dos homens.

A Revista *ISTOÉ*, em maio de 2012, publicou a manchete *Auschwitz da ditadura*⁵¹, na qual trazia à tona reportagens a respeito dos crimes confessados por Cláudio Guerra. Desta vez, a matéria se referia a uma prática já existente, utilizada pelo nazismo, de queimar corpos dos judeus.

Cláudio Guerra (2012) revela que a Ditadura precisava inovar seus mecanismos de ocupação de cadáveres. Desse modo, suas ações precisavam ser cada vez mais precisas, sem deixar rastros, para que nunca se chegasse ao corpo da vítima, assim como aos culpados pelas mortes.

Na época, o personagem afirma ter grande amizade com um fazendeiro do Rio de Janeiro, Heli Ribeiro, dono de uma usina de cana chamada Cambahyba, em Campos do Goytacazes (RJ).⁵² Nesta usina, Guerra afirma ter incinerado, pelo menos, 12 corpos de militantes e presos políticos que eram contra os militares, o que explica o título empregado pela Revista na manchete, isto é, a prática nazista de incinerar corpos durante a Segunda Guerra Mundial.

Guerra (2012) conta com detalhes como funcionava esse novo mecanismo adotado pelos militares e executado por ele. Os corpos chegavam em sacos plásticos pretos e eram queimados dentro de um forno grande o suficiente para um corpo de um ser humano adulto entrar. O dono

⁵¹ Disponível em: <https://istoe.com.br/203976_AUSCHWITZ+DA+DITADURA/>. Acesso em: 3 abr. 2022.

⁵² Campos dos Goytacazes é uma cidade localizada na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro, próxima ao Estado do Espírito Santo.

da usina recebia benefícios por emprestar a usina para a repressão, assim como vantagens em relação a outros fazendeiros.

A Comissão Nacional da Verdade, ao lado do Ministério Público (MP), foi até a usina. No local, Guerra encenou como fazia com os corpos, e foi concluído que as declarações dadas por ele eram coerentes. É importante compreender, todavia, que ainda que a usina fosse usada para essa finalidade, Cláudio Guerra não consegue apresentar provas cabíveis para o seu envolvimento nas ações lá praticadas.

Fato é que a filha do ex-proprietário da usina, Maria Cecília Gomes, concedeu uma entrevista à ISTOÉ, nessa mesma reportagem citada, referindo-se a Cláudio Guerra como um “doido”, na tentativa de desmentir o envolvimento do pai a ações ilícitas e crimes cometidos durante a Ditadura. Afirmava ainda que Guerra teria que provar tudo que havia falado, ameaçando acionar a justiça contra o ex-delegado.

Desde 2012, Cláudio Guerra tem aparecido, por diversas vezes, na cena pública. Após a divulgação do filme *Pastor Cláudio* (2018), isso ficou ainda mais constante. Desde entrevistas a aparições em jornais ou reportagens. Como consequência, alguns militares e pessoas que faziam parte da Ditadura buscaram desmentir o ex-delegado, destacando que suas afirmações eram fantasiosas e inventadas, observando ainda que o personagem nunca teve a relevância que busca reivindicar em seus depoimentos. Para além disso, após sua confissão, e ao revelar a incineração dos corpos na usina, Cláudio Guerra afirmou, segundo o portal de informação do G1 e ao Ministério Público Federal (MPF), ter recebido ameaças, solicitando, desta forma, escolta armada, o que não foi concedida.⁵³

Não obstante, em 2019, os antigos fornos da usina Cambahyba, em que Guerra afirma ter incinerado corpos, havia sido destruído.⁵⁴ Foram encontrados apenas os escombros daquilo que era para ser um *lugar de memória* às famílias que perderam seus entes para a repressão.

Até a entrevista com Denise Assis (2019), Cláudio Guerra afirmava não saber da destruição dos fornos e lamentou muito a ausência de uma perícia no local, afirmando ainda que o ambiente,

⁵³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2019/08/01/ex-delegado-do-dops-atribui-a-religiao-o-reconhecimento-dos-erros-apos-incinerar-12-corpos-na-ditadura-no-rj.ghtml>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

⁵⁴ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2019/03/27/fornos-investigados-pelo-mp-como-pontos-de-incineracao-de-corpos-na-ditadura-militar-sao-destruidos-no-rj.ghtml>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

deveria ser uma espécie de memorial, para que as famílias pudessem homenagear os mortos, sugerindo essa ação em todos os seus depoimentos.

Para a jornalista,

Numa espécie de lamento, diante da impossibilidade da realização da perícia pela qual diz que sempre torceu, encerrou a conversa, dizendo: “eu confessei o que eu fiz, agora, se querem dar credibilidade ou não querem é problema de cada um. Eu confessei, dei os detalhes, expliquei como foi, quais as pessoas que participaram. Agora, se houvesse uma prova técnica, se tivessem feito a perícia acabaria toda a discussão. Infelizmente não aconteceu” (ASSIS, 2019, p. 180)

Nesse sentido, cabe aqui discutir as motivações de Cláudio Guerra ao confessar seus crimes. Esta pesquisa, ao se debruçar sobre as narrativas do ex-delegado e analisar seus desejos e fundamentos, coloca em questão quais são, realmente, seus estímulos para revelar seus supostos crimes depois de anos, a incluir crimes que carecem de comprovação.

Acredita-se que a questão religiosa pode, de fato, ter sido um motivador e serviu como uma espécie de combustível para alimentar a memória de Guerra. Não obstante, em todos os seus relatos, o personagem parece ter necessidade de ser lembrado pela História recente e traumática do Brasil. Entretanto, busca reescrever as memórias de si. Tentando, de diversas formas, atribuir responsabilidade ao sistema.

Quando Assis (2019) revela a destruição dos fornos da usina na entrevista, Cláudio Guerra se indigna, como se ali fosse destruída sua verdade, sua memória, que tanto os militares como os familiares dos donos da usina afirmam ser mentiras contadas por ele.

Isso se apresenta como algo complexo, como se o personagem nutrisse a necessidade de mostrar para todos que está certo, uma vez que o Ministério Público, ao colher seus depoimentos, já havia declarado a coerência de sua fala. Entretanto, nesse momento, Guerra cumpria prisão domiciliar pela prática de outros crimes, negando os delitos pós-Ditadura Militar.⁵⁵

Caminhando neste sentido, é possível pensar na perspectiva de Mariana Joffily e Maud Chirio (2014). No texto, as autoras buscam traçar o perfil e as justificativas para a concessão de honorárias para os membros do aparato de informação e repressão da Ditadura.

⁵⁵ Disponível em: <<https://conexaoto.com.br/2013/05/23/policia-civil-prende-em-palmas-acusado-de-praticar-crimes-no-periodo-da-ditadura-militar>>. Acesso em: 14 de ago. 2021.

Destacam para o fato de que o combate, à base da violência contra a oposição política, por parte dos militares e seus agentes, era, como já sugeriu Guerra (2012), uma diretriz do Exército. Assim como essas ações não só eram conhecidas pelas Forças Armadas, mas também aceitas, incentivadas e até mesmo premiadas (JOFFILY; CHIRIO, 2014).

É importante compreender, portanto, como afirmam Joffily e Chirio (2014), que premiar esses indivíduos, sejam eles militares ou civis, que estão a serviço do Estado, impondo um projeto político, faz dos atores da violência de Estado, indivíduos que defendem a ordem e a coesão nacional, valorizando, desta forma, sua imagem de indivíduo fiel, obediente e eficaz para o governo vigente.

É verdade que Cláudio Guerra nunca recebeu honrarias, em forma de medalha, ou objeto simbólico que representasse, de alguma forma, os “bons” serviços prestados ao Estado durante a Ditadura Militar. Entretanto, sua recompensa veio em forma de benefícios e prestígio local, através do crime organizado.

Capta-se, nas entrelinhas do discurso de Cláudio Guerra, o orgulho que sentia, ou ainda sente, em fazer parte do esquema repressivo e violento da Ditadura Militar, mesmo que já no processo de Abertura Política. Guerra (2012) revela que era um policial experiente e famoso no Espírito Santo, temido e respeitado por onde passava, assim como um exímio atirador de elite.

Portanto, é possível pensar que

O perpetrador é desse modo o ser humano capaz de cometer monstruosidades ou aquele que não se surpreende ou é incapaz de manifestar espanto diante da monstruosidade do outro e sua conduta é um espelho do que representa. Nesse sentido, [...] as narrativas são perturbadoras tanto pelo modo como manuseiam a linguagem, quanto pela figuração monstruosa do protagonista. Nesse percurso, o léxico sanitizado e a sintaxe organizada, econômica, de *Memórias de uma Guerra Suja* é tão perturbadora [...] (SARMETO-PANTOJA, 2019, p. 153).

Como já mencionado, Cláudio Guerra não recebeu honrarias, mas em sua conversa com Denise Assis (2019) contou de uma ocasião, na qual estava reunido com outros delegados e agentes para planejar um atentado no país. O objetivo da ação passava por jogar a culpa na esquerda na tentativa de barrar o processo de abertura.

Segundo a jornalista, no momento que Guerra era entrevistado por ela, ele retirou alguns recortes que guardou do encontro citado e a mostrou. Esse encontro ocorreu na década de 1970, seria, portanto, mais uma memória dos tempos de prestígio perante os militares, guardada por

vários anos (ASSIS, 2019). Entretanto, como aqui já afirmamos, mesmo os “recortes” que Guerra apresenta, não comprovam, de fato, sua participação efetiva. Suas ações principais acontecem nos anos 1980.

Outro fato revelado pelo atual pastor, e que nos aprofundaremos mais adiante, trata-se da insígnia do ex-delegado Sérgio Fleury, guardada por Cláudio Guerra. Os jornalistas Rogério Medeiros e Marcelo Netto afirmam que Guerra teria assumido o lugar do delegado morto. A insígnia seria, portanto, uma espécie de honraria (GUERRA, 2012).

Ainda que não fosse condecorado de forma oficial, segundo seu testemunho, Cláudio Antônio Guerra teria gozado de muito prestígio social e viu sua carreira policial ascender de forma acelerada. Passou por diversos espaços que, de forma natural, não conseguiria ocupá-los tão rápido, transitando por variados setores ao longo da Ditadura Militar.

Nesse sentido, Guerra se apresenta como um policial ambicioso, pois viu a possibilidade de uma carreira para além das paredes de uma delegacia, onde inicialmente era escrivão da Polícia Civil.

Em entrevista ao Jornal *Presença*, em 2017,⁵⁶ Cláudio Guerra afirmou, mais uma vez, que tinha uma “boa vida” durante a Ditadura Militar. Revelou que era sim um cumpridor de ordens, e que o poder, o dinheiro e os benefícios foram um motivador para o que viveu no período.

Em 2012, o blog *A verdade* lançou uma matéria intitulada *PCR desmente Cláudio Guerra, assassino da Ditadura Militar*,⁵⁷ na qual o partido político encontra mentiras contadas pelo ex-delegado do DOPS do Espírito Santo, que estaria, por conveniência, acobertando seus ex-parceiros de repressão. Essa reportagem busca desmentir diversas mortes de ex-militantes do Partido Comunista Revolucionário (PCR).

Em seu depoimento, Guerra (2012) afirma ter matado o militante Manoel Aleixo da Silva, tendo apenas recebido passagens até a cidade que residia. O ex-delegado teria sido levado até o seu encontro, encontrou-o em um bairro, que não se recorda o nome, caminhando sozinho. O ex-militante estava desprevenido. Teria passado por Manoel e o executado. Logo depois, retiraram Guerra do lugar e sumiram com o corpo morto.

⁵⁶ Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=JgmzA-xhQN4&t=318s>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

⁵⁷ Disponível em: <<https://averdade.org.br/2012/06/pcr-desmente-Cláudio-guerra-assassino-da-ditadura-militar/>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

Segundo a reportagem do *blog*, já mencionada, Manoel Aleixo, conta sua esposa, Izabel Simplício, foi sequestrado dentro de sua própria residência em 1973. Teria sido levado para o DOI-CODI do IV Exército, local onde foi torturado e morto. Pensando na lógica da repressão, como Manoel Aleixo era um líder importante, era valioso capturá-lo com vida para que conseguisse retirar dele informações. O militante, segundo o PCR, não revelou nada, e acabou morrendo. Não fazia sentido, portanto, segundo o PCR, a Ditadura Militar importar um executor do Rio de Janeiro para matar Manoel Aleixo.

O PCR atribui a morte de Manoel Aleixo a Sérgio Paranhos Fleury, o delegado Moacir Sales de Araújo (DOPS-PE), o delegado José Oliveira Silvestre, o torturador da Polícia Civil Luís Miranda, o então capitão de Exército Vilarinho Neto e o Major Gabriel Antônio Duarte Ribeiro.

Esses e outros casos são desmentidos pelo PCR, na tentativa de desqualificar a versão que Guerra dá às mortes. Como já indicado aqui, o discurso de Guerra é motivado pela ambição de se revelar alguém poderoso e respeitado durante a Ditadura Militar. Guerra foi sim, segundo o MPF, um homem da Ditadura. Mas acreditamos, todavia, que desfrutava de poder e prestígio local, sem grande relevância para a repressão a nível nacional.

Não seria simples, portanto, desqualificar as memórias de Guerra se o personagem apresentasse provas palpáveis. Ele ocupou lugar de poder local, mas as fontes desta pesquisa apontam para o fato de que o ex-delegado falou menos do que realmente sabe. Ou mais do que fez. Seu compromisso é, além de tudo, ser lembrado pela História como um indivíduo poderoso e ambicioso que impunha medo por onde passava, além de um homem fiel e comprometido com algo maior: a invenção de si.

Na teoria de Hannah Arendt (2007), cumprir ordens significa estar inserido em um processo maior que o indivíduo que as realiza. Abrem mão, por sua vez, de seus desejos pessoais e liberdade. Guerra (2012) afirma que não podia se apegar a desejos carnisais como mulheres ou família. Estava a todo tempo a serviço dos militares, podendo deslocar-se a qualquer momento.

Nesse sentido, ao tratar da *banalidade do mal* (2007), Arendt mostra que os seres humanos têm a capacidade de realizar ações inimagináveis quando se trata de destruição e mortes, sem ter, necessariamente, motivações malignas. A autora relata que o mal é entendido com uma certa naturalidade perante uma sociedade, devido às ações e decisões das organizações contemporâneas. Isso acontece, pois o mal é abordado na perspectiva ético-política, e não moral ou religiosa.

A banalidade do mal, apresentada por Hannah Arendt, revela que o mal é produzido por homens comuns e se manifesta apenas onde encontra espaço institucional para isso em razão de uma escolha política. *A banalidade do mal* se instala a partir da vulgarização da *violência*, questão principal nos anos da Ditadura, e traz o atordoamento dos prisioneiros, torturados e familiares das vítimas, que ficam traumatizados frente à brutalidade enfrentada durante o Regime.

É importante pensar, todavia, que Guerra (2012, 2018) busca justificar suas ações a partir da ideia de que o Estado as legitimava. O personagem integrava um sistema estabelecido, logo, seus feitos eram apenas obediência. Cumprir ordem, portanto, é o lugar de refúgio para Cláudio Guerra.

Não obstante a esse fato, Arendt (2007), ao se tratar de Eichmann, revela que esse passou de uma vida discreta, para um lugar que lhe era confortável e honroso, portanto, sentia-se dentro de um movimento em constante marcha, o que pode ser interpretado para Cláudio Guerra. O personagem central desta pesquisa passou de um policial civil a um dos homens mais poderosos do Espírito Santo na década de 1980.

Compreender o conceito de *banalidade do mal* empregado por Hannah Arendt (2007) significa entender que indivíduos como Cláudio Guerra se enxergam como uma “peça” em um grande mecanismo, que agiam pelo dever, fazendo com que o mal praticado fosse banalizado em prol de algo maior, fazendo os personagens sentirem que desempenhavam um papel significativo.

Ao mergulhar no passado, Cláudio Guerra revela que todos em sua volta se comportavam a favor da Ditadura e das ações dos militares, portanto, o ex-delegado tinha a opção de se reunir a eles, e ver sua carreira decolar com benefícios, ou não ser lembrado pela História, portanto, as ações que praticava e as ordens que cumpria, se eram certas ou erradas, não faziam diferença naquele momento.

Assim como Eichmann, Cláudio Guerra tentou se apresentar como um indivíduo que, de certa maneira, renunciou a sua capacidade de julgar, para fazer parte e ser fiel e obediente a um sistema que dizia restabelecer a ordem, assim como eliminar inimigos. Fato é que ao participar desse sistema, o indivíduo, refugia-se, no passado, em um lugar seguro, confortável.

As políticas de memórias criadas pelo Estado, assim como a Comissão Nacional da Verdade, ao tomar conhecimento das práticas desses ex-agentes atuantes durante a Ditadura Militar, tratou de desacomodar essas figuras, fazendo com que fossem julgados e condenados, contribuindo assim para um lugar propício para a potencialização do futuro.

Nesse sentido, é importante a compreensão de que se inserir como um “dente da engrenagem”, assim como um “soldado cumpridor de ordens”, por si só, assenta o indivíduo em uma narrativa confortável, como se enquanto exercesse sua função, deixasse de existir. O que não se verifica.

Cláudio Guerra guardou seu segredo durante muitos anos, parecia estar confortável com o passado. Sua maior motivação não era um acerto de contas com a justiça ou com os familiares das vítimas. Revelou seus segredos, em suas palavras, devido sua recente experiência religiosa de pastoreio de uma igreja evangélica.

Ainda que estivesse seduzido por vantagens, poder, benefícios e honrarias durante a Ditadura, ao confessar suas ações, o personagem não pôde se auto isentar dos seus crimes, ou esperar que a justiça fizesse isso.

Portanto, a confissão pública de perpetradores da Ditadura Militar, como Cláudio Antônio Guerra, deve servir como combustível para que a justiça vá atrás de novos atores, investigue e os responsabilize perante a sociedade.

2.2 A GUERRA E OS GANHOS: CRIME ORGANIZADO E TERROR DE ESTADO

Em seu depoimento (2012), Cláudio Guerra analisa a Ditadura Militar como uma guerra, e diz que estava, de fato, em uma batalha contra o comunismo, principal inimigo do governo. Dentro dessa perspectiva, era necessário eliminar os grupos subversivos para que se mantivesse a ordem no país, evitando o “perigo vermelho”.⁵⁸

O sentimento anticomunista seria o grande motivador, e a narrativa para justificar a tomada de poder pelos militares, buscava afirmar que o comunismo tentava criar raízes e se afirmar no poder.

Fato é que, essa “guerra suja” não era apenas ideológica. Os militares viram, durante a Ditadura, meios e oportunidades para ter ganhos e vantagens usando o Estado e sua máquina repressiva. Desta forma, os esquadrões da morte, os agentes paraestatais e a polícia serviram como um meio para expandir o crime organizado, assim como o terror de Estado.

No seu livro, Cláudio Guerra faz revelações sobre as contravenções da Ditadura Militar, confessando sobre os meios de financiamento do crime organizado, assim como os benefícios

⁵⁸ Ver tese de doutorado de Rodrigo Patto Sá Motta (2000).

que os militares concediam a esses. Para além disso, o enriquecimento ilícito era um motivador para aqueles que agiam em prol da Ditadura.

É importante afirmar, que, de acordo com o depoimento de Guerra (2012), a repressão clandestina gerou barbaridades. Cláudio Guerra, assim como outros agentes da repressão, nunca teve seu nome exposto na mídia, ou em listas de organizações de Direitos Humanos. Pelo menos não antes de confessar seus crimes.

Isso significa que diversos personagens da repressão ainda não foram descobertos, não pagaram por seus crimes perante a justiça, assim como, muitos, já não estão vivos, levando para o túmulo seus crimes e segredos da Ditadura.

Os militares afirmavam que era necessário conter o terrorismo de esquerda, mesmo que fosse preciso ações extremas para tal. E essa lógica era passada para seus agentes da repressão. Essas ações, portanto, não tinham limites, tudo era permitido, incentivado e premiado.

O crime organizado ganhou muita força durante os anos de 1964-1985. Isso se intensificou ainda mais com o AI-5, de 1968. A historiografia tem a década de 1970 como o período mais “sangrento” da Ditadura Militar. Isso se confirma, pois, a partir desse momento, a máquina repressiva, segundo Jupiara e Otávio (2015), realiza as primeiras missões dos Destacamentos de Operações e Informações (DOIs).

Cláudio Guerra revelou outra faceta da repressão: a máquina de “fazer dinheiro” que se configurava a Ditadura Militar e a repressão clandestina, beneficiando seus agentes e os incentivando a realizar ações ilícitas em prol do governo.

A repressão clandestina durante a Ditadura Militar foi incentivada e financiada pela iniciativa privada em troca de benefícios e serviços prestados. Um fato aqui já mencionado, da usina de cana, no qual Guerra (2012) revela que supostamente queimava corpos. O ex-delegado tinha, de fato, uma amizade com o proprietário da usina. Entretanto, não era por essa relação que obrigatoriamente iria permitir as ações de Guerra em sua propriedade.

O personagem afirma que temia a reforma agrária e que participou de esquemas de contrabando de armas para fazendeiros locais. Além disso, possuía vantagens em relação aos demais fazendeiros da região. Outro aspecto da repressão clandestina esteve voltado para ações que diminuía a concorrência com a usina de Helo Ribeiro, incinerando e destruindo com plantações de concorrentes diretos do proprietário. O objetivo da ação era aumentar os lucros do usineiro.

Para além disso, na tentativa de criar laços com aqueles que eram aliados da Ditadura Militar, Guerra afirma ter fornecido uma espécie de identidade do DOPS a cidadãos civis, permitindo que esses pudessem tirar o porte de arma.

Em seu depoimento, Guerra (2012) cita um restaurante localizado no Rio de Janeiro, chamado de “Angu do Gomes”. Esse estabelecimento havia sido inaugurado em 1977, tendo como proprietários Basílio Pinto Moreira e João Gomes. O local possuía uma sauna, associada à repressão clandestina. Os agentes do Estado se reuniam para planejar suas ações.

Muitas revelações de Cláudio Guerra passam por esse restaurante, sendo notável a importância que o ambiente tinha para os militares:

O Angu do Gomes fazia parte de um complicado esquema que arrecadava fundos para as nossas atividades. Ali aconteceram vários encontros da nossa irmandade, manipulados habilmente pelo coronel Freddie Perdigão. Ali conspiramos contra Geisel, Golbery e Figueiredo. No restaurante foram planejados assassinatos comuns e com motivações políticas [...] (GUERRA, 2012, p. 118-119).

A “irmandade”, relatada por Cláudio Guerra, trata-se um grupo de militares e agentes do Estado, que planejava e executava ações para a manutenção do governo, tendo como objetivo principal eliminar os “inimigos internos”, os militantes de esquerda e todos que fizessem oposição ao governo. Era uma espécie de comunidade, que nutria princípios semelhantes à maçonaria, na qual um ajudava o outro, dando a vida pela causa (GUERRA, 2012).

No estabelecimento havia dois tipos de encontro. O que acontecia no restaurante, discutindo-se política e buscando captar novos adeptos ao Regime, assim como à repressão clandestina. Esses encontros, afirma Guerra (2012), eram formais, tendo a presença, inclusive, de artistas importantes e simpatizantes da Ditadura.

Ainda segundo Cláudio Guerra, a sauna, que era associada ao restaurante, era um estabelecimento comercial que tinha como objetivo justificar a movimentação dos recursos arrecadados para a clandestinidade. Nesse ambiente, frequentado por militares, policiais e artistas, e comandado pelos militares, exercia-se e incentivava-se a prostituição.

Em seus depoimentos, o ex-delegado revela que recebia, pelos seus serviços prestados à Ditadura Militar, assim como à repressão, uma quantia de dinheiro que o permitia comprar, todo mês, um carro zero, caso quisesse. Fato é que o coronel Perdigão o havia orientado a se

tornar sócio da sauna, para que o pudesse justificar seus rendimentos, caso fosse necessário (GUERRA, 2012).

Não obstante, Cláudio Guerra afirma ter sido sócio de outros estabelecimentos, como uma loja de material de construção, a finalidade para tal era a mesma, era uma empresa de fachada que buscava justificar os ganhos de Cláudio Guerra, assim como arrecadar fundos para a repressão clandestina.

O ex-delegado revela que esses financiamentos não vinham apenas de proprietários de pequenas e médias empresas. Na verdade, os grandes financiadores do crime organizado eram os bancos Mercantil e Sudameris, nos quais o ex-delegado afirma que tinha uma conta clandestina. Portanto, havia movimentações regulares e oficiais, de modo que retirava dinheiro proveniente de seu salário de servidor público e acrescia os recursos advindos de serviços extraoficiais, tratando-se da remuneração por atividades prestadas à clandestinidade (GUERRA, 2012).

Destaca-se que Cláudio Guerra teve ligação direta com o crime organizado, incluindo o grupo extraoficial *Scuderie Le Cocq*,⁵⁹ que tinha como objetivo, a princípio, homenagear um ex-policia, e que passou a matar “bandidos e criminosos”. Segundo Guerra, o *slogan* do grupo era “bandido bom é bandido morto” (ASSIS, 2019).

Segundo Cláudio Guerra:

Nós, os associados, nós tratávamos como “irmãozinhos; nossa relação era de estreita confiança. O grupo tinha tentáculos em setores influentes da sociedade – políticos, juízes, delegados -, que se uniam para tornar impunes suas ações, muitas vezes criminosas. O discurso ideológico de combate ao crime e a articulação entre os membros da *Scuderie* colocavam-nos acima das leis, e tudo era permitido (GUERRA, 2012, p. 128).

Grande parte da irmandade fazia parte desta organização, e estava diretamente associada à maçonaria. A Irmandade, como Guerra sugere, era uma espécie de braço militar dentro das instituições religiosas e assistencialistas, tornando-se uma forma de conseguir controlar tudo. A irmandade, portanto, coordenava e financiava tudo, com dinheiro vindo dos empresários e maçonaria (ASSIS, 2019).

Outro personagem importante do crime organizado, assim como da repressão clandestina,

⁵⁹ Criada oficialmente em 1965 por policiais, teve forte atuação nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Essa organização extraoficial matou milhares de pessoas. Estima-se que só no Estado do Espírito Santo tenha sido algo em torno de 1,5 mil pessoas. Ver mais em GUIMARÃES, 1978.

O deputado Camilo Cola, dono da Viação Itapemirim, foi um grande apoiador das nossas ações clandestinas. Ele era um dos poucos a realmente acreditar que o Regime militar iria durar para sempre. Muito próximo do coronel Perdigão, ele arrecadava recursos entre grandes empresas, como a Gasbrás e a White Martins, e levava em mãos para o coronel. Camilo Cola sempre contou com os préstimos do coronel Perdigão e do comandante Vieira. No início dos anos 1980, bem depois da fase áurea da nossa comunidade, ele procurou Perdigão para resolver um problema. [...] Já fora do SNI, o coronel havia criado uma empresa de investigação, e Camilo encomendou um crime de mando. O jornalista José Roberto Jevoux, dono de um periódico de pouca expressão em Vitória, o *povão*, estaria chantageando o empresário. Ele tinha perdido a paciência e queria uma solução definitiva para o caso. Perdigão escalou uma equipe mista, com gente do Rio e de Minas, para dar um fim ao jornalista. Seu corpo nunca apareceu (GUERRA, 2012).

Camilo Cola transitou no cenário político do Espírito Santo, financiou a Ditadura Militar e foi um importante empresário capixaba. Morreu em março de 2021, aos 97 anos, por causas naturais, sem pagar pelos supostos crimes, assim como sem contar tudo que sabia, afinal, segundo Guerra, o empresário era muito próximo aos militares do alto escalão da repressão.

O Espírito Santo não contou apenas com financiadores do crime organizado, mas com cenas de mortes e perseguições. Vale ressaltar, mais uma vez, que Cláudio Guerra foi delegado do DOPS no estado. O personagem atuou no Espírito Santo envolvido no Jogo do Bicho, onde ao lado de sua “milícia” trabalhava para arrecadar fundos para a repressão. Em nível nacional, o Jogo do Bicho teve como líder Castor de Andrade, que se tornou chefe da contravenção no Estado do Rio de Janeiro, e tempos depois, conseguiu expandir seu império através da violência e repressão, levando a jogatina para todas as regiões do país (JUPIARA; OTÁVIO, 2015).

Guerra (2012) afirma ter adquirido experiência sobre o Jogo do Bicho no Rio de Janeiro, onde se tornou chefe de segurança dos bicheiros. Tempos depois, quando retornou ao Espírito Santo, teria comprado parte das bancas e se tornado sócio do negócio, afirmando a lucratividade do “empreendimento”.

Para além disso, segundo Jupiara e Otávio (2015), o crime organizado tomou conta do Espírito Santo. Começaram a surgir casos de violência e escândalos de lavagem de dinheiro, além de suposta ligação de políticos com o narcotráfico, portanto, o crime organizado fez o Estado do Espírito Santo ser considerado “terra sem lei”.

A Polícia Federal sabia que o ex-delegado havia conquistado um lugar de destaque no crime organizado no estado. Tempos depois, após investigações, concluiu que Cláudio Guerra era chefe do crime organizado no Espírito Santo, sendo em seguida condenado e preso.

Guerra é apontado como responsável por latrocínios, assassinatos, ocultação de cadáveres, espancamentos, torturas em presos, furtos de armas das Forças Armadas. Crimes como roubos de carros e falsificação de documentos estão entre os delitos listados na obra de Ewerton Montenegro Guimarães (1978), realizados no Espírito Santo e em todo Brasil por uma organização denominada Esquadrão da Morte, que tinha participação da alta cúpula da Polícia Civil.

A *Scuderie Le Cocq* e o Esquadrão da Morte são grupos que estavam diretamente conectados, sendo o segundo, sucessor do primeiro. Caracterizadas como organizações paramilitares e extraoficiais, tinham como princípio básico eliminar bandidos e inimigos do governo, desta forma, trabalhavam em prol dos militares, espalhando o terror por onde passavam.

Os militares buscavam um controle total, e nesse sentido, necessitavam de um aparato que apresentasse duas faces: a legal e a ilegal. Portanto, seria por meio do Estado que o agente do governo atuaria, reprimindo o inimigo interno, investigando-o. Não obstante, esse mesmo agente estatal ganhava muito poder, e atuava acima das dimensões legais.

A corrupção e a chantagem foram marcas dessa organização paramilitar. Para Guimarães (1978), o Esquadrão da Morte afrontava o Poder Judiciário estadual. Diversos foram os cemitérios clandestinos criados por essa organização para enterrar os corpos que haviam matado.

Segundo Guimarães (1978), a repercussão dos crimes que aconteciam no Espírito Santo ultrapassou as fronteiras estaduais. A mídia nacional começava a divulgar, em tom de revolta, o tanto de derramamento de sangue que acontecia nas terras capixabas.⁶⁰

O Esquadrão da Morte se formou no Espírito Santo no momento em que havia grande corrupção na polícia, fazendo suas ações por ambição e lucros, garantindo benefícios econômicos, tais como carros roubados, Jogo do Bicho, prostituição, drogas, contrabando, armamento, etc. (GUIMARÃES, 1978).

Entretanto, para além da motivação econômica, afirma Guimarães (1978), o Esquadrão da Morte era motivado pela vingança e ocultação de crimes do Estado, assim como proteção a políticos corruptos, que estavam sendo ameaçados e chantageados a ter suas ações ilícitas

⁶⁰ Maiores informações encontram-se no livro de Ewerton Montenegro Guimarães (1978).

expostas para a mídia e para a sociedade. Era um instrumento utilizado, principalmente, pelas elites da época.

Cláudio Guerra esteve diretamente ligado e conectado ao crime organizado, principalmente no Espírito Santo. A ascensão da carreira de Cláudio Guerra foi rápida, entretanto, sempre foi muito homenageado e cortejado pela elite capixaba e pela mídia.

Como já mencionado nesta Dissertação, esse cenário se alterou já no final dos anos 1980, com a morte da jornalista Maria Nilce. Seu assassinato atraiu a mídia, e revirou a vida de Guerra pelo avesso, atribuindo a ele a culpa pela morte. Desta forma, foi abdicado o culto à personalidade de Guerra pela mídia capixaba, que passou a seguir a linha da grande mídia, culpando-o por diversos crimes (GUERRA, 2012).

É importante pensar, todavia, que a influência de Cláudio Guerra vai além de ações que apontam para o crime organizado no Espírito Santo. Guerra fez parte de um sistema que espalhava o Terror de Estado por todo o país, como da chamada “Casa da Morte”. Esse ambiente foi considerado um dos mais famosos centros de detenção e tortura, situada no Rio de Janeiro.

Nesse local, o mentor de Cláudio Guerra, Coronel Perdigão, exercia, o que chamou de “lado mais sombrio da repressão”. Cláudio Guerra, todavia, afirma que nunca entrou na casa. Quando ia até o local, ficava do lado de fora, sua missão era apenas retirar os corpos e fazê-los desaparecer. Observamos neste discurso mais uma tentativa de se desvencilhar da prática da tortura.

Ainda que buscasse se afirmar como um executor, um indivíduo cumpridor de ordens, que afirmou nunca torturar, “apenas” matar, Guerra revela como o Terror de Estado foi praticado durante a Ditadura Militar, espalhando medo e caos na sociedade.

Após a Lei de Anistia (1979), iniciou no país o processo de redemocratização. Isso não soou de forma positiva para os militares chamados de “linha-dura”, a exemplo do Coronel Perdigão. Segundo Guerra, esse grupo de militares estava acostumado com o poder e a impunidade.

A partir desse momento, a repressão clandestina, afirma Guerra (2012), vai atuar na tentativa de frear o processo de redemocratização, planejando atentados para culpar as organizações de esquerda.

O objetivo era explícito: criar um clima de incerteza e insegurança no país, fazendo com que a sociedade continuasse a temer a volta dos civis à Presidência. Nesse sentido, estariam, de

alguma forma, minando o projeto de abertura que os generais estavam construindo. Cláudio Guerra revela como era planejado esses atentados, assim como sua execução.

Justificando a eficiência da repressão clandestina, Cláudio Guerra afirma:

É como eu sempre digo: os militares não tinham experiência para combater a esquerda armada. Quem tinha éramos nós, que sabia investigar, fazer campana, tocaiar, matar. Nós, policiais civis. E, nas delegacias civis, a Delegacia de Roubos e Furtos era a que tinha os melhores quadros. Ela e o DOPS.

Em nome da segurança do Estado brasileiro, os membros da comunidade de informações podiam tudo: perseguir, grampear, investigar, julgar, condenar, interrogar, torturar, matar, desaparecer com o corpo e alijar famílias do paradeiro de seus entes queridos. Não havia um código de ética, nem formal, nem informal, que direcionasse nossas condutas. Tudo era permitido (GUERRA, 2012, p. 98).

Antes de adentrarmos no terrorismo de Estado praticado pela repressão clandestina, é importante retornar a um ponto discutido no subcapítulo anterior, que se refere ao delegado Fleury e sua morte. Guerra (2012) afirma que a morte de Fleury foi uma decisão unânime da comunidade. Todos haviam se reunido em um local público e votado se eram a favor ou contra a execução do delegado. O que Percival de Souza (2000) nega.

O motivo para tal é que Fleury não aceitava ordens. Segundo Guerra (2012), ele o delegado paulista eram os “todo-poderosos” agentes civis da repressão clandestina. Sempre impunes, arrotavam poder por onde passavam. Para Guerra, o delegado Fleury morreu porque era muito ambicioso e não respeitava a autoridade dos coronéis, queria apenas receber vantagens, atuando por conta própria, e para além disso, estava mergulhado no uso de cocaína. Guerra (2012) afirma que quem discordasse da morte do mesmo estaria assinando sua sentença.

Entretanto, o que buscamos discutir aqui não é, exatamente, a morte de Fleury nem as motivações, mas sim, o papel que Guerra diz ter assumido após o ex-delegado paulista morrer. O Jornalista Rogério Medeiros, no livro *Memórias de uma Guerra Suja* (2012) afirma que após a morte de Fleury, Guerra teria assumido seu lugar. Tanto que havia ficado com a insígnia daquele.

A insígnia teria sido presenteada a Cláudio Guerra pelos agentes de Fleury, que o traíram e concordaram com sua morte. Essa insígnia seria, portanto, um gesto simbólico de lealdade dos policiais paulistas ao delegado do DOPS-ES.

A partir desse momento, o poder de Guerra teria aumentado. Esse, de alguma forma, afirma ter passado de executor, para estrategista da repressão clandestina, atuando e planejando atentados por todo o país, em bancas de jornal, livrarias, eventos da elite brasileira e afins.

Entretanto, ainda que apresente um objeto, afirmando pertencer ao ex-delegado paulista, Cláudio Guerra não consegue comprovar o fato. É, mais uma vez, a busca por se colocar em lugares que não ocupou, assim como deslocar suas memórias.

Fato é que na lógica militar e da repressão clandestina era necessário conter o processo de Abertura Política e colocar a culpa no terrorismo de esquerda. Ainda segundo o próprio Guerra, essa mudança de patamar na comunidade permitiu que passasse a discutir com os militares diversos atentados a bomba, para impedir ou dificultar a redemocratização no país.

No depoimento, outro ponto polêmico do discurso de Guerra diz respeito à participação do ex-delegado na chamada Operação Condor,⁶¹ que foi uma espécie de fachada para que oficiais de diversos países que passaram por Ditaduras e tinham militares do poder se reunissem, para que fossem traçadas estratégias de combate violento à esquerda e à abertura democrática. A decisão, portanto, foi de implantar bombas e atentados por todo país. Guerra afirma que concordou sem questionar, pois, de acordo com sua formação anticomunista, acreditava que os civis não estavam preparados para governar o país.

Cláudio Guerra revela que os primeiros passos da “abertura lenta, gradual e segura”, como sugerido pelo general Ernesto Geisel, enfrentou forte resistência da repressão clandestina, uma vez que diversos militares estavam acostumados com o poder e benefícios, logo, buscaram agir por conta própria, fora da cadeia de comando.

Cláudio Guerra revelou atentados a jornais, a veículos de comunicação, eventos e shows, assim como falsas ameaças, de modo que não só executou, como também planejou, tornando a rotina da população em pânico constante.

Outro atentado que chamou atenção nas confissões de Cláudio Guerra foi a explosão no jornal *O Estado de São Paulo*, em 1983, idealizado, segundo Guerra, por ele próprio. Segundo a narrativa, o atentado aconteceu de forma perfeita, e o governo, por sua vez, atribuiu o episódio à esquerda.

⁶¹ Sistema de troca de informações e prisioneiros entre as Ditaduras da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Guerra (2012) revela que esse e outros atentados foram executados e planejados por eles na busca de incriminar a esquerda, colocando evidências e agindo da forma que a esquerda e os cubanos agiam em suas ações de protesto e reivindicações. A mídia já começava a alertar que essas ações podiam ser de militares que estavam insatisfeitos com o processo de redemocratização.

Ao decorrer de seu depoimento, Guerra (2012) revela a dezena de atentados que participou, idealizou e executou durante os anos que atuou na repressão clandestina. O motivo era explícito: dificultar o processo de abertura democrática. Assim como a motivação era incriminar a esquerda pelos crimes e atentados que ocorreram pelo país no final da década de 1970 e durante a década de 1980.

Um dos atentados marcantes orquestrados pela repressão clandestina, durante o processo de Abertura Política, foi a bomba ao Riocentro, em 1º de maio de 1981. Cláudio Guerra (2012) revela que participou desse atentado. Segundo destacou, tudo foi muito bem planejado pela inteligência clandestina. O objetivo era colocar três bombas no local e explodir, fazendo com que houvesse muito fogo, barulho e vítimas. Sua participação nesta operação seria fazer a perícia do local após a explosão, e culpar a esquerda pelos danos. Prendendo, inclusive, os responsáveis, pois segundo Guerra, nesse evento estavam grandes personalidades da resistência de esquerda.

Segundo o ex-delegado, a ideia era que esse atentado tivesse grande repercussão, mobilizando todo o país. Entretanto, o capitão Wilson Machado teria cometido um grave erro. Ele carregava uma das bombas junto com o sargento Rosário, em um carro. O primeiro teria estacionado o carro embaixo de um fio de alta tensão, o que teria motivado a explosão da bomba, fazendo o corpo do sargento absorver todo o impacto.

Guerra (2012) afirma que o objetivo desse atentado era ter grande impacto para a sociedade, gerando consequências desastrosas. Guerra afirma que esse episódio foi um divisor de águas para ele e a repressão clandestina, uma vez que o ocorrido havia frustrado os militares, pois teria sido pensado cada detalhe do mesmo, passado pela inteligência do DOI-Codi, nada podia dar errado, pois os militares “linha-dura” de todo país tinham se deslocado de suas cidades para assistir o “espetáculo”.

É fato que esse atentado em questão foi orquestrado pela repressão clandestina, na tentativa de frear o processo de Abertura Política. Entretanto, mais uma vez, essa versão de Cláudio Guerra

é controversa. Não há sinais algum, assim como provas documentais e vestígios que Guerra esteve inserido no planejamento dessas ações.

Guerra afirma que estava envolvido “até o pescoço” com atentados, crime organizado e terror de Estado para impedir e tumultuar a abertura democrática. Entretanto, após falhas em algumas ações e má execuções em outras, ainda com a possibilidade de Abertura Política cada vez mais real, sua equipe foi aos poucos desmontada, e foram sendo afastados das missões.

Guerra (2012) afirma que o processo de “abertura lenta, gradual e segura” gerou desconforto nas bases da repressão clandestina. Ficava a dúvida do que aconteceria com as centenas de funcionários que trabalharam para o Estado e para a repressão durante muitos anos.

É verdade que a Anistia “ampla, geral e irrestrita” cuidou de absorver, de forma sumária, os crimes praticados pelos agentes repressivos durante os anos de Ditadura. De acordo com Guerra (2012), diversos militares viviam e recebiam pelas missões executadas, portanto, como conseguiriam sobreviver? Além da quantidade de conhecimento que tinham, dispunham de muito armamento e segredos de Estado.

Guerra (2012) afirma que muitos se esconderam sob falsas identidades e continuaram ativos no governo recebendo os mesmos proventos como servidores públicos, por exemplo. Outros, porém, mergulharam em operações da contravenção, agrupando-se em organizações.

Aloy Jupiara e Otávio Chico (2015) revelam que esses agentes eram treinados para perseguir, matar e torturar os inimigos do governo. Com a redemocratização, assim com o desmonte do aparelho repressivo, esses indivíduos começaram a cair no ostracismo, abandonados pelo governo e pelos militares.

Portanto, esses agentes que trabalharam durante anos para a Ditadura Militar, com a experiência adquirida na inteligência dos órgãos do governo, assim com a prática de torturar e matar, começaram a se infiltrar e trabalhar para organizações criminosas, tal como o Jogo do Bicho, com quem esses indivíduos já mantinham relações corruptas. Assim, saíram do seu espaço de poder e foram em busca de outro (JUPIARA; OTÁVIO, 2015).

Esse foi o caminho seguido por Cláudio Guerra. O ex-delegado revela que foi “ajudado” pelo Jogo do Bicho. Mas na verdade, para muitos, após a redemocratização, Cláudio Guerra teria se tornado uma espécie de “matador de aluguel”, a serviço da elite rural e urbana do Espírito Santo.

Não obstante, Guerra (2012) relata que houve um momento em que todos queriam o “liquidar”, principalmente, no Espírito Santo, isso porque havia perdido o poder da Ditadura, e estava

vulnerável, entretanto, ainda tinha prestígio na irmandade, e seus amigos de repressão o visitavam para dar apoio.

Mesmo com o fim da Ditadura Militar, Guerra (2012) revela que a irmandade não foi extinta. Muitos militares e delegados continuaram agindo na clandestinidade. O ex-delegado do Espírito Santo teria auxiliado as polícias de São Paulo e do Rio de Janeiro, assim como o ajudavam no Espírito Santo, caso fosse necessário.

Em seus relatos, Cláudio Guerra revela que a irmandade não só foi, como ainda é um grupo de muito poder, atuante dentro do Estado, mantendo uma fachada legal. Guerra, portanto, denuncia a existência de um sistema clandestino e repressor (GUERRA, 2012; 2018). Mas isso discutiremos no capítulo seguinte.

Nesse momento, é importante pensar que Guerra fez parte de um sistema idealista, que motivava seus agentes a estarem em uma constante guerra contra o inimigo do governo. Cláudio Guerra fez parte do crime organizado e espalhou o Terror de Estado por todo o país. O ex-delegado do DOPS-ES confessa os ganhos que obteve na guerra, assim como o prestígio e a eficiência que tinha, conseguindo, desta forma, ocupar lugares de destaque e prestígio perante os militares.

Ainda que tenha revelado seus crimes, assim como de seus comparsas, e falando, uma única vez, em seu livro, que “não se orgulhava dos seus feitos”, Guerra não demonstrou a vontade de um acerto de contas com a justiça, mas sim com Deus, devido a sua experiência religiosa.

A todo momento, o discurso de Cláudio Guerra tinha por objetivo não apenas revelar os crimes, mas enfatizar que era extremamente preciso em suas missões, gozando de poder e prestígio, e estando, a todo tempo, reunido com militares do alto escalão, não só fazendo parte de um grupo, mas opinando e planejando as ações. Nesse sentido, acreditamos, nessa pesquisa, que o ex-delegado apresenta uma *memória triunfalista* a respeito da Ditadura Militar, assim como de sua atuação no período repressivo.

É importante pensar que, a partir da construção social e política, a memória, por si só, é carregada de intencionalidade e interesses, impondo exclusão de ações ou sujeitos, assim como a valorização de outros. Nesse sentido, ao tratar dos encontros e desencontros entre a História e Memória, Le Goff assevera que o documento deve ser analisado enquanto monumento, uma vez que lhe são retirados o caráter objetivo e a inocuidade (LE GOFF, 1996).

Cláudio Guerra possui, portanto, uma memória triunfalista de suas ações durante a Ditadura Militar. Revela, em suas confissões, uma narrativa enaltecida dos seus feitos, assim como o orgulho de ter participado de uma organização clandestina que reprimiu, matou e torturou os inimigos do governo, assim como lucrou através do crime organizado e do terror de Estado, apresentando-se como um soldado que cumpria ordens em prol da dita “revolução”.

2.3 CONTRAVENÇÃO PENAL E CRIMES COMUNS: O DELEGADO E A INVENÇÃO DE SI

Como destacado anteriormente, Cláudio Guerra foi um delegado da Polícia Civil que cometeu diversos crimes enquanto funcionário público do Estado do Espírito Santo. A fim de justificar seus feitos como agente da repressão clandestina durante a Ditadura, Guerra buscou nos últimos anos deslocar suas memórias e seus crimes para a década de 1970, negando as ações cometidas depois da aprovação da Lei de Anistia (1979).

O atual pastor se tornou uma espécie de “celebridade” da Ditadura Militar. A partir de 2012, com a publicação do livro que integra suas memórias, o ex-delegado começou a aparecer na cena pública, em reportagens, jornais e programas televisivos.

Ressalta-se novamente que o personagem nunca se aprofundou nos temas relacionados aos crimes que cometeu da década de 1980 em diante, oriundos de Contravenção Penal, sendo julgado e condenado por muitos desses. Como observado, Guerra sempre deslocou suas memórias com o intuito de se livrar das sanções da justiça.

Ao aprofundarmos as pesquisas a respeito de Cláudio Guerra, encontramos um acervo documental arquivado e disponível no *site* eletrônico do Arquivo Nacional a ser analisado daqui em diante.

Neste breve subcapítulo, iremos apresentar as diversas ações e denúncias contra o ex-delegado da Polícia Civil do Espírito Santo, Cláudio Antônio Guerra, permitindo-nos compreender que suas memórias são, em sua maioria, destoantes dos fatos apresentados e documentados. Nosso objetivo é tornar pública e acessível parte das denúncias e dos crimes que o atual pastor evangélico cometeu enquanto chefe de Polícia no Espírito Santo.⁶²

⁶² A documentação aqui apresentada está disponível nos anexos desta Dissertação.

Todos os documentos aqui apresentados fazem parte do acervo do Arquivo Nacional. Em comum, denunciam as práticas criminosas de Cláudio Antônio Guerra, atual pastor e ex-delegado da Polícia Civil, cometidos durante a década de 1980.

Cláudio Guerra se inscreve em uma narrativa que não consegue apresentar fontes e provas que permitam verificação. Ademais, é possível afirmar que o ex-delegado do DOPS-ES foi enquadrado no delito de Contravenção Penal, atuando, portanto, como um criminoso comum dos grupos de extermínio e se projetando como um repressor de prestígio.

Aloy Jupiara e Chico Otávio (2015, p. 165) afirmam que

[...] a PF já sabia que Guerra conquistara um lugar de destaque no mundo do crime gabando-se de ser um importante agente da repressão. No Informe 377/88,⁶³ guardado no Arquivo Nacional, a Superintendência da PF no Rio de Janeiro sustentava que, para facilitar o fornecimento de armas, inclusive de uso privativo das Forças Armadas, aos banqueiros do Jogo do Bicho, Guerra “faz-se passar por informante do Centro de Informação do Exército (CIE)”.

Aloy Jupiara e Chico Otávio (2015) revelam ainda que, embora Guerra tenha comandado o DOPS-ES, e possivelmente tenha tido ligação e convívio com o Coronel Freddie Perdigão durante a Ditadura, o ex-delegado nunca integrou o CIE. Não há, portanto, nenhuma fonte documental que comprove isso.

Nessa perspectiva, portanto, é possível compreender Cláudio Guerra como um criminoso comum, que buscou prestígio e relevância de suas ações, deslocando suas memórias para o período da Ditadura Militar, entretanto, fontes documentais o revelam como um policial corrupto, que fez parte da contravenção penal, do Jogo do Bicho e contrabando.

Por conseguinte, é possível analisar Cláudio Guerra, como, no máximo, afirma Jupiara e Chico Otávio (2015), uma linha auxiliar para trabalhos secundários. Suas ações pró-Ditadura se localizam no período de Abertura Política, no qual, militares e agentes que ajudaram no Regime Militar começam a ser excluídos pelas Forças Armadas.

Sua real participação na Ditadura Militar, através dos documentos encontrados e dos indícios que caminha nossa pesquisa, não condiz, de forma totalizante, com seus relatos no livro *Memórias de uma Guerra Suja* (2012) e no filme/documentário *Pastor Cláudio* (2018).

⁶³ Ver em *documento 1* – anexos.

A sociedade capixaba, por sua vez, historicamente reconhece Cláudio Guerra como um “matador” local. Um indivíduo muito perigoso, que andava de forma “extravagante”, chamando atenção por onde passava. Entretanto, agia através de crime de mando, da contravenção penal. Como afirmou, não integrava a burocratização do aparelho repressivo, a incluir a organização de ações e estratégias do governo.

O informe relatado por Jupiara e Otávio (2015) refere-se a 1988. Isto é, período no qual os militares já estavam fora dos quadros do Poder Executivo. Cláudio Guerra, portanto, cometeu um crime comum, e em suas revelações memoriais, busca deslocar esses crimes, afirmando que forneceu armamento para fazendeiros se protegerem contra possíveis rebeliões e invasões de terras durante a Ditadura Militar.

Para além disso, é possível compreender que a corrupção fez parte das ações do ex-delegado, o que ajuda a entender que, para a Ditadura Militar, os civis seriam um braço auxiliar dos militares e de seu aparato repressivo. Entretanto, assumir posições e participar das estratégias de governo e ações a serem tomadas não seriam atribuições dos civis, assim como do próprio Cláudio Guerra.

O próximo documento a ser apresentado tem caráter confidencial, refere-se à Informação nº 0037/02/CI/DPF,⁶⁴ de novembro de 1986, denunciando corrupções, roubos e homicídios que foram praticados pela Polícia Civil.

Neste arquivo, o atual pastor evangélico aparece sendo investigado por diversos crimes cometidos após o período da Ditadura. Para além disso, observa-se a denúncia de que essas informações já circulavam em jornais locais.

Na mesma fonte é apresentada a fuga de um prisioneiro, de forma misteriosa, em 1973, da delegacia de Cláudio Guerra. Tal episódio teria começado a ser investigado. Porém, a documentação e o inquérito desapareceram da delegacia.

Esta informação, oriundo do Departamento da Polícia Federal do Espírito Santo, nos leva a compreender, novamente, que Cláudio Guerra foi, de fato, um contraventor penal, e que os crimes praticados, destoam, pelo menos de boa parte, das informações que revela em seus depoimentos.

⁶⁴ Ver em *documento 2* – anexos.

A próxima documentação a ser apresentada é referente a atividades suspeitas de Cláudio Guerra durante a década de 1980.⁶⁵ Tais documentos revelam o envolvimento do ex-delegado quando exercia a função no Crime organizado no Estado do Espírito Santo.

No texto da fonte, observa-se o medo de uma advogada de sofrer represálias vindas do ex-delegado, uma vez que Guerra, após promover ações “extremadas”, havia criado um clima de tensão.

O documento ainda afirma que Cláudio Guerra, delegado da Polícia Civil em exercício, no momento da denúncia, encontrava-se envolvido com contrabandistas, traficantes de tóxicos, quadrilhas internacionais de roubos de carros, entre outros.

Finalmente, aparece a denúncia do envolvimento de Cláudio Guerra com o atentado à bomba a Jonathas Bulamarques de Souza, e dias depois, sua morte à tiros. Todas essas ações foram atribuídas ao atual pastor.

O documento também apresenta denúncias a esses e outros crimes cometidos por Cláudio Antônio Guerra, destacando a existência de uma testemunha que comprova a participação do atual pastor em diversas ações criminosas durante a década de 1980.

Ao longo de três páginas, o trecho final do documento denuncia Guerra como um indivíduo de alta periculosidade, e que detinha um “poder paralelo”, acima da Lei. Mesmo com todas as denúncias contra o ex-delegado, o personagem gozaria de certo prestígio das autoridades locais, sendo inclusive, nomeado para cargos importantes.

O próximo documento a ser apresentado, trata-se do Informe nº. 223,⁶⁶ de agosto de 1986. Essa fonte revela algumas ações de perseguição a pessoas que se recusaram a participar das atividades ilegais do ex-delegado.

Entretanto, um fato que nos chama atenção é a denúncia da morte da ex-esposa de Guerra. Tal episódio é atribuído ao atual pastor, que, ainda hoje, não assumiu sua participação no crime.

Rosa Maria Cleto, ex-esposa de Cláudio Guerra, e sua irmã, Glória Maria Cleto, foram mortas em 1980, no município de Cariacica, no Estado do Espírito Santo com 11 e 19 tiros de pistola de 9 milímetros, respectivamente.⁶⁷

⁶⁵ Ver em *documento 3* – anexos.

⁶⁶ Ver em *documento 4* – anexos.

⁶⁷ Cariacica é um município localizado na Região Metropolitana de Vitória.

Segundo reportagem da TV Gazeta,⁶⁸ no dia do assassinato da sua ex-esposa, Cláudio Guerra dizia estar abalado com toda a situação vivida. Entretanto, após investigações da Polícia Federal, o atual pastor foi considerado mandante do crime. Tratava-se de uma “queima de arquivo”. Sua ex-esposa tinha conhecimento de toda sua vida criminosa no Espírito Santo, de modo que o ex-delegado temia que a mulher revelasse tais ações.

O atual pastor evangélico buscou recorrer das acusações na justiça e, mais uma vez, livrar-se das sanções, alegando que, devido ao período do cometimento do crime, o ato estaria prescrito. Entretanto, em 2019, foi condenado a 18 anos de prisão domiciliar.

A documentação a seguir, datada de 1988, apresenta como título “Ilicitudes praticadas pelo delegado Cláudio Antônio Guerra”.⁶⁹ Ao longo de quatro páginas, o ex-delegado é acusado de proferir ameaças e perseguir pessoas que poderiam “abrir o bico” a respeito das ações criminosas.

Para além disso, traz denúncias a respeito do envolvimento de Cláudio Guerra nas bancas do Jogo do Bicho, assim como a amizade e o apreço pelo Capitão Guimarães, outro agente do Estado que, não só tinha envolvimento com a jogatina, como também, era chefe das bancas unificadas.

Como observado anteriormente, os crimes praticados por Cláudio Guerra começaram a ser expostos pela mídia local, e posteriormente, pela mídia nacional, sendo conhecido por todo Brasil por tais ações.

O ex-delegado integrou ações paramilitares, sendo membro de grupos de extermínio, como o Esquadrão da Morte. Tais grupos tinham como objetivo praticar crimes de mando em troca de recompensas financeiras.

Como já evidenciado, as ações criminosas de Cláudio Guerra já não conseguiam ser mais encobertas, e desta forma, a mídia começou a divulgar a participação e o envolvimento do ex-delegado.

Nesse sentido, apresentamos um trecho de jornal que revela a participação de Cláudio Guerra em ações criminosas e de Contravenção Penal, acusando-o de fornecer armamentos para

⁶⁸ Ver mais em: <<https://globoplay.globo.com/v/7513598/>>. Acesso em 20 abril de 2022.

⁶⁹ Ver em *documento 5* – anexos.

fazendeiros e contrabandistas, em 1986. O jornal pede, ainda, que seja investigado as ações dos agentes de Estado.⁷⁰

Outro trecho jornalístico, intitulado “Guerra é o Romeu Tuma capixaba”,⁷¹ o colunista Arthur Damesa, retrata o clima de tumulto que estava no Espírito Santo quando Max Mauro assumiu o governo do Estado.⁷²

Max Mauro pretendia dar a Cláudio Guerra a Secretaria de Segurança Pública, o que não era de apreço da população, visto que era de conhecimento público a participação do ex-delegado no mundo do crime organizado, da Contravenção.

O trecho jornalístico, ainda, salienta a participação de Cláudio Guerra com o Esquadrão da Morte, assim como associa sua imagem ao crime organizado, exposto diariamente em jornais e noticiários, inserindo-o na “berlinda da mídia local”.

Esses documentos revelam o deslocamento de memória em Cláudio Guerra. Como já exposto nesta Dissertação, o ex-delegado nega a participação ou execução dos crimes a ele empregados e documentados nos anos 1980, assumindo possíveis participações e ações durante a Ditadura Militar até 1979, ano da Lei de Anistia.

Ângela de Castro Gomes (2004), ao tratar da “escrita de si”, salienta a importância de compreender, mais uma vez, o “efeito verdade” que tais relatos buscam revelar. Portanto, a escrita de si tem a potencialidade de se tornar a invenção de si. Talvez seja essa uma das intenções do próprio pastor, deslocar sua memória para se reinventar perante a história.

⁷⁰ Vem em *documento 6* – anexos.

⁷¹ Ver em *documento 7* – anexos.

⁷² Max Freitas Mauro é um médico e político capixaba (1937-). Foi governador do Espírito Santo entre 1987 e 1991. Biografia disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/max-freitas-mauro>>. Acesso em 8 de setembro de 2022.

CAPÍTULO 3

NASCE O PASTOR

Um implacável matador. Foi assim que Rogério Medeiros e Marcelo Netto (2012) definiram Cláudio Guerra, em 2012, ao escreverem o livro *Memórias de uma Guerra Suja*.

Sob direção de Beth Formaggini, o psicólogo e ativista dos direitos humanos, Eduardo Passos, entrevistou o ex-delegado do DOPS-ES, no filme/documentário *Pastor Cláudio* (2018). Passos, perguntou, no início da conversa, como Cláudio Guerra gostaria de ser chamado. Ao afirmar que estava mergulhado em uma experiência religiosa, e que tinha encontrado a “salvação”, preferiu, portanto, ser chamado de pastor, o que deu título a obra.

Atraindo milhares de pessoas através de suas confissões, seja no templo religioso em que preside seus sermões, ou em vídeos disponíveis na internet, Cláudio Guerra surge como uma figura renovada, trazendo à tona narrativas de suas experiências com o mal, a fim de provar que sua conversão o fez optar pelo bem.

É inevitável, todavia, afirmar que o atual pastor evangélico e ex-delegado da Polícia Civil do Espírito Santo, busca, através de seus relatos, refazer no presente, seu passado. A motivação e a necessidade por ser ouvido, assim como a repetição de seus feitos em diferentes ocasiões e espaços, releva a intencionalidade de reviver sua memória.

Cláudio Guerra (2012) afirma que “conheceu Jesus” enquanto estava preso. Porém, revela que viu a necessidade de “caminhar para além do perdão” (GUERRA, 2012, p. 32), mencionando, em algumas ocasiões, que ao relatar seus feitos estaria fazendo “sua parte”, buscando se isentar ou minimizar os crimes cometidos.

Munido de experiências e motivações pessoais, assim como de estratégias e anseios, cada indivíduo busca, de alguma maneira, alocar-se em um tempo/espaço. Através da invenção de si, a busca por se beneficiar de possíveis informações fornece a determinados sujeitos históricos a oportunidade de ter sua experiência, através de relatos memoriais, compartilhada e difundida. O “homem-memória” surge, portanto, nesse contexto.

Calado por mais de 30 anos e assumindo crimes cometidos antes de 1979, o atual pastor encenou, nas gravações do documentário, a forma que atirou em uma de suas vítimas, enquanto servia à Ditadura Militar. Essa imagem se tornou capa do filme.

O nascer do pastor *existe* na tentativa de afirmar sua redenção e aproximação com o “sagrado”, ou seja, na teatralização do “cordeiro arrependido”. O repressor *aparece* nas falas orgulhosas e entusiasmadas de seus supostos feitos. O “homem-memória” *reside* no triunfalismo e na insatisfação e exaltação do questionamento.

3.1 HISTÓRIA E DOCUMENTÁRIO: UMA ANÁLISE DO FILME *PASTOR CLÁUDIO*

“Nenhum documento é inocente”. É assim que o historiador Jacques Le Goff (1996) anuncia a máxima dos homens, que consiste em deixar, de forma intencional, ou não, registros ou testemunhos que são sucessíveis a orientar a História.

Portanto,

[...] o poder sobre a memória futura, o poder de perpetuação deve ser reconhecido e desmontado pelo historiador [...] Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é "falso", avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estarem sujeitos a tratamentos destinados a transformar a sua função de mentira em confissão de verdade (LE GOFF, 1996, p. 91).

Nas últimas décadas, a relação entre Cinema e História vem estreitando laços, e alguns pesquisadores têm lançado olhares a essa temática a fim de eleger o filme como um documento, ou fonte, capaz de abrir possibilidades e novas interpretações para a História (TOMAIN, 2019).

Entretanto, o caminho para a consolidação desse documento no campo historiográfico se apresentar desafiador. “O mais ameaçador do filme é que se trata de um discurso metafórico, simbólico *do* e *sobre* o passado que, por sua vez, exige do historiador outras ferramentas para abordá-lo” (TOMAIN, 2019, p. 117).

Reverberando Robert Rosenstone (2010), Cássio dos Santos Tomain (2019) afirma que, ainda que muitos cineastas sejam historiadores, as regras, por necessidade de interação de suas obras com o passado, necessitam ser diferentes das regras que governam a História escrita.

É nessa perspectiva, que é possível compreender que assim como o filme, o documentário tem a propriedade de ser algo inventado, propositalmente articulado. Ainda dialogando com Rosenstone (2010), Tomain (2019) traz à tona que as obras cinematográficas podem ser encaradas em seu sentido abrangente, sem se apegar, necessariamente, aos detalhes específicos por ela apresentados, ou seja, as metáforas visuais e testemunhais, para que seja possível pensar historicamente. Para além disso, o filme/documentário é passível de ser pensado como um campo separado de representação e discurso, que não tem objetivo de fornecer verdades precisas sobre o passado, proporcionando desafios em relação ao discurso histórico.

É importante pensar, portanto, que,

O maior perigo ao ler o documentário é a noção de que este seja um documento que testemunha o passado, quando na verdade é produto de um processo de monumentalização desse passado, já que o campo da representação é também o da disputa de poder. [...] O passado só sobrevive sob a forma de vestígios, de rastros, de restos que, por si só, não dizem nada, é a sua utilização pelo poder que o transforma em monumento. É preciso juntar os “cacos” para termos História. O mesmo acontece com o documentário. O cineasta lida com fragmentos, com restos de imagens e sons de outras épocas, manipula testemunhos, na intenção de nos oferecer a sua visão do passado. São as suas escolhas que determinam o que deve ser lembrado e esquecido por uma memória coletiva audiovisual, lembrando que a representação também é um campo de batalha (TOMAIN, 2019, p. 119).

É importante se ater, nessa perspectiva, que assim como não existe um “documento-verdade”, igualmente, não existe um “documentário-verdade”.

Entretanto,

[...] esta constatação não deve soar aqui como ofensiva, tampouco nos levar a associar ao documentário um sentido ingênuo de falsidade. Deve-se reconhecer, no próprio material bruto, aquele captado no calor dos acontecimentos, o resultado da percepção subjetiva do mundo. Percepção esta que implica em um sujeito que, ao dirigir a objetiva da câmera a certa realidade, recorta-a sob o seu ponto de vista. Recortes que depois serão manipulados e montados para compor uma visão do mundo ou do passado. Operação que mais uma vez é produto de uma percepção subjetiva do sujeito-realizador. Portanto, lidar com o documentário sob a perspectiva de um constructo do real é valorizar a capacidade do ser humano em recriar a si mesmo, a sua história, a sua tradição (TOMAIN, 2019, p. 120).

É nesse sentido que buscamos enquadrar o ex-delegado e atual pastor evangélico, Cláudio Antônio Guerra. O ex-delegado tem a facilidade de se recriar e se reinventar na medida em que a temática e o objeto de discussão aparecem. Ao afirmar em diversas ocasiões que “não tem nada documentado”, referindo-se a suas supostas ações, insere, de alguma maneira, suas memórias em lugares privilegiados.

É preciso, todavia, observar a compreensão que ao ser entrevistada, a testemunha pode, através do conhecimento e de ideias de determinados assuntos, torná-los verdade. Isto é, o testemunho atua no enquadramento da memória, construindo relatos e organizando acontecimentos do passado no momento da narrativa.

Os filmes/documentários de História buscam utilizar o historiador como fonte de saber, procurando se legitimar, através de seus relatos, com uma versão histórica que satisfaça o documentarista. O historiador seria, nessa perspectiva, um elemento estético de uma trama fílmica sobre o passado (TOMAIN, 2019).

Jacques Le Goff (1996) evidencia que o documento é monumento no sentido em que o primeiro resulta de uma montagem, consciente ou não, da História, da época e da sociedade que o produz, assim como do indivíduo. Mas é também das épocas que o sucede, que continuou a viver, mesmo que, por vezes, esquecido, continuando a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.

Mônica Almeida Kornis (2012) afirma que é sempre importante indagar como analisar registros imagéticos, uma vez que, para além de não serem expressões diretas do real, têm a potencialidade de assumirem novas interpretações e significados quando estão deslocadas para outros contextos ou formatos narrativos. Portanto, existe uma dimensão ilusória ao acreditar na imagem como produção fiel do real, uma vez que, tem o caráter de ser mentirosa, utilizada para qualquer fim, não se resumindo, por si só, a provas de verdade.

Henri Arraes Gervaiseu (2012), revela que

A influência dos meios de expressão e de comunicação audiovisuais, e das imagens denominadas “de arquivo”, no processo de construção das lembranças dos sujeitos no curso da História contemporânea é hoje uma questão central no debate sobre a dinâmica da memória (p. 3316).

O documentário *Pastor Cláudio* é fruto da problematização e da disputa pela memória da Ditadura Militar, que está presente nos dias atuais, mesmo após quase quatro décadas pós-Regime Militar. O documentário busca interferir e (re)construir, a partir das memórias do atual pastor, novas possibilidades e interpretações sobre o período de 1964-1985. Entretanto, o ex-delegado cai, por diversas vezes, nas “armadilhas da memória”, e que aqui, buscaremos evidenciar.

Cláudio Guerra repetiu por diversas vezes e oportunidades suas ações enquanto servia a Ditadura Militar. Seus testemunhos e relatos revelam seu orgulho em ter participado diretamente das ações do Regime.

Entretanto, ao analisar o documentário *Pastor Cláudio* foi possível encontrar frases desconexas e, mais uma vez, depoimentos e afirmações carentes de comprovações, julgando que sua memória e seu depoimento fossem o suficiente para serem tomados como verdade, questionando, inclusive, a falta de ações das autoridades para investigar a fundo todas as informações que concedeu.

O documentário revela que o ex-delegado, a cada entrevista e aparição importante na mídia, sente a necessidade de resgatar algo novo de suas memórias para servir de problematização e discussão por parte de quem o entrevista.

Testemunho repleto de falas imprecisas e inseguras, o atual pastor não sabe explicar, com exatidão, a forma como entrou para a Ditadura Militar e a forma como foi recrutado para as ações repressoras, que, inclusive, nunca integrou oficialmente. O fato de não existir registros ou documentos de sua participação em tais atividade é sempre salientado em sua narrativa.

No início do documentário foi apresentada a Cláudio Guerra diversas fotografias de militantes de esquerda mortos ou desaparecidos pela Ditadura Militar. O ex-delegado reconhece alguns pelo nome, afirmando, inclusive, aqueles que teria tirado a vida ou incinerado.

Entretanto, algo que chama atenção, é que logo no início das gravações, o atual pastor diz que estava com a “memória cansada” naquele dia, fato que estaria impossibilitando-o de reconhecer todas as pessoas ali representadas pelas fotografias, indicadas pelo psicólogo e entrevistador, Eduardo Passos.

Como já afirmamos anteriormente, uma das estratégias de Cláudio Guerra para escapar da justiça é deslocar suas memórias para os anos anteriores a 1979, na busca de se beneficiar da Lei de Anistia.

Eduardo Passos, ao apresentar os militantes de esquerda mortos entre 1973 e 1975, menciona a Operação Radar.⁷³ Em todas as entrevistas do ex-delegado, este nunca havia mencionado que fez parte da Operação. Como já salientado nesta Dissertação, a participação de Guerra na

⁷³ Operação Radar foi uma busca, ofensiva, das Forças Armadas, iniciada em 1973, com o objetivo de eliminar os membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Ditadura Militar é algo inegável. Entretanto, tais atividades ocorreram no período da Abertura Política, principalmente na década de 1980.

Durante a década de 1970, Guerra era um criminoso comum. O próprio afirmou que “limpou” uma região a pedido do governo de Minas Gerais, através do crime de mando e da pistolagem, devido a invasões de terras na região do Contestado.⁷⁴ Essa afirmação reforça a ideia do criminoso comum.

Guerra afirma que era executor da Ditadura Militar. Pouco tempo depois, teria começado a planejar. Ao ser questionado sobre quantas pessoas matou, o atual pastor apresenta falas imprecisas, repletas de “achismos”, tenta, ao ser questionado por situações direcionadas a ele, dar o mínimo de informações possíveis, demonstrando nervosismo e falas trêmulas.

Uma das afirmações mais impactantes em Cláudio Guerra foi revelar a tecnologia que, supostamente, utilizava para desaparecer com os corpos dos mortos políticos. Tratava-se da incineração na usina de cana-de- açúcar de Cambayba, em Campos dos Goytacazes.

Essa informação é controversa. Pelo menos para a família do ex-proprietário da usina, Heli Ribeiro. A filha do ex-proprietário afirmou, em entrevistas, que era impossível entrar um corpo de um ser humano dentro das fornalhas da usina. Entretanto, Guerra se vale de uma suposta fala do ex-procurador do MPF da época, que afirmou que no espaço caberia até três corpos humanos. Segundo o atual pastor, isso está documentado, em forma de gravação.

Cláudio Guerra cai, por diversas vezes, nas “armadilhas da memória”. Em nossas pesquisas, não encontramos essa suposta fala do ex-procurador do MPF. Na verdade, esse posicionamento de Guerra, afirmando que o forno da usina era grande o suficiente para transformar em cinzas qualquer vestígio humano, advém do livro *Memórias de uma Guerra Suja* (2012). De fato, as investigações da Comissão Nacional da Verdade simularam introduzir um “boneco” em tamanho real dentro dos fornos. Entretanto, não foi constatado a veracidade dos fatos. Guerra, todavia, afirma que tudo foi feito para não deixar rastros, na busca de validar sua memória.

No documentário, ao ser questionado sobre sua relação com os proprietários da usina, em Campos dos Goytacazes, Cláudio Guerra menciona diversos personagens e episódios que teria contribuído para essa suposta amizade. Entretanto, não consegue dizer, de forma explícita e

⁷⁴ Sobre a região, ver mais em: OLIVEIRA, Ueber José. GARCIA, Elio Ramires. PENA, Victor Augusto, FOLETTO. Leonardo Zancheta. *O Contestado Capixaba: Historiografia e Aspectos históricos*. Espírito Santo, Editora Milfontes, 2018.

objetiva como essa relação aconteceu. Para além disso, amarra suas memórias em outros eventos, o que contribui para não responder as perguntas de forma direta.

Em seu testemunho, Cláudio Guerra menciona uma das vítimas do desaparecimento político da Ditadura Militar, o Major Cerveira. Segundo o ex-delegado, o militar teria sido incinerado, por ele, na usina de Cambayba. A historiadora e filha do Major, Neusah Cerveira, acredita, todavia, que o pai foi enterrado em Petrópolis (RJ), o que contradiz a versão do atual pastor.

Tratando novamente da Operação Radar, é apresentado a Guerra o trecho de um documentário, no qual a esposa de Itai José Veloso⁷⁵ estaria a sua procura por 31 anos. O desaparecimento data do período da Ditadura. Ao ser questionado para onde esses presos iam, Guerra dá o endereço do DOI-CODI de São Paulo. Entretanto, quando o psicólogo Eduardo Passos exhibe a fotografia do local, o ex-delegado parece não reconhecer, permanecendo em silêncio.

Cláudio Guerra afirma que mandava no Estado do Espírito Santo, que gostava do poder, agindo em todo país com suas ações clandestinas, e inclusive, o governador vinha do seu gabinete para confraternizar com ele. Fato é que, no início do documentário, através de conflitos memoriais, Guerra diz acreditar que não existia nenhuma ação clandestina na Ditadura Militar. Tudo era oficial.

Isso se apresenta, mais uma vez, de forma confusa. Conforme afirmamos, não há registros oficiais de operações em prol da Ditadura em que Cláudio Guerra tenha participado durante a década de 1970. Destaca, que tinha paixão pelo poder, entretanto, esse poder, acreditamos, advinha da contravenção penal. Sua participação na Ditadura Militar, reiteramos, foi no processo de Abertura Política, já no final do Regime Militar.

Seus depoimentos são recheados de incertezas e imprecisões. Tenta buscar, em suas memórias, algo que fizesse sentido com tudo que já havia dito anteriormente, seja no livro, ou nos depoimentos que concedeu a jornais e programas de televisão.

A todo momento, Cláudio Guerra busca se projetar como alguém muito importante durante a Ditadura Militar. Apresenta-se como um indivíduo que sozinho, conseguiu aterrorizar a sociedade brasileira e dar longevidade ao Regime instaurado em 1964.

As falas orgulhosas de Cláudio Guerra (2012; 2018) o insere, por diversas vezes, como um agente que era tão importante quanto os coronéis do alto escalão do Exército, assim como o

⁷⁵ Itair José Veloso, sindicalista e membro do PCB, foi vítima do desaparecimento político durante a Ditadura Militar.

próprio presidente militar. Guerra afirma que executou e planejou durante a Ditadura e gozava de muito prestígio.

No documentário, o ex-delegado afirmou que participou de reuniões internacionais muito importantes, que tinham como objetivo arquitetar ações repressivas de extrema direita em toda a América, tanto que agregava agentes de diversos países. Entretanto, Guerra era o único civil a participar dessas reuniões. Fato é que, mais uma vez, o ex-delegado não apresenta provas documentadas de sua participação em tais eventos.

Uma das ações mais importantes e significativas da Ditadura Militar foi o atentado à sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na década de 1980. Cláudio Guerra, entretanto, nega o planejamento e participação desse crime. Fala como alguém que está de fora, e que teria o mínimo de conhecimento possível sobre o evento. O que é, no mínimo, curioso, pois se apresenta a todo momento, como alguém muito importante para organizar e planejar atividade de tal natureza.

Ao tratar do atentado ao Riocentro, outro evento protagonizado e armado pela Ditadura Militar, Cláudio Guerra busca minimizar sua participação. Afirma que estaria ali “apenas para prender algumas pessoas”, uma vez que o Regime tinha como objetivo incriminar a esquerda por essas ações.

Guerra afirma, ainda, que a elaboração do plano da Operação Riocentro teria sido totalmente de responsabilidade do Coronel Perdigão, e que isso, inclusive, estaria documentado. Entretanto, tece alguns detalhes a respeito de como deveria ter acontecido o atentado, assim como o objetivo e o impacto que teria para a sociedade naquele momento.

Fato é que, mais uma vez, Cláudio Guerra busca deslocar suas memórias e assumir a participação dos crimes e atentados cometidos pela Ditadura Militar até 1979, amparando-se na Lei de Anistia. Já na década de 1980, mostra-se desentendido do assunto, buscando minimizar sua participação nas ações protagonizadas pelos agentes militares do sistema repressivo do governo, que tinham como objetivo frear o processo de Abertura Política, e que Guerra sempre afirmou estar inserido.

Nos minutos finais do filme/documentário, o atual pastor evangélico faz uma confusão com suas palavras e afirma que após a direita ganhar, a própria direita começou a persegui-lo, afirmando que “todas as portas” são fechadas para ele, o que fez com que perdesse benefícios do governo.

Cláudio Guerra produz sua verdade através das palavras. A partir do momento em que são apresentados a ele, imagens, nomes, lugares e situações, o ex-delegado cria um teatro da memória, ou seja, constrói uma determinada “verdade” através do dispositivo confessional, tornando, no documentário, a possibilidade de ilustrar o período traumático que foi a Ditadura Militar.

Ainda que Cláudio Guerra não apresente provas documentais sobre sua participação na Ditadura Militar, o filme *Pastor Cláudio* (2018) proporciona a possibilidade de documentar o que foi a Ditadura Militar. Momento importante e oportuno, no qual há disputas pela memória na sociedade brasileira do tempo presente, uma vez que o atual governo busca comemorar o atroz vivido durante os anos de 1964-1985.

É importante, todavia, tecer uma análise a respeito das confissões de Cláudio Guerra, nas quais afirma que queimava os corpos para tornar impossível a presença de vestígios.

Ao afirmar que as pessoas haviam morrido por incineração, o atual pastor evangélico busca, de alguma maneira, fazer com que essas pessoas desapareçam novamente. Ou seja, seria uma resposta para a busca incansável de familiares das vítimas do desaparecimento político, fazendo com que não sejam mais procuradas.

É nessa perspectiva que os ex-agentes do Estado durante a Ditadura Militar buscam, toda vez que revelam suas memórias, criar versões e possibilidades dos fatos, fazendo com que algumas se tornem validadas e outras invalidadas. Entretanto, a violência é repetida a todo momento, independentemente da versão narrada. É, de fato, a tentativa de remediar, remodelar e até mesmo, recriar a violência, fazendo surgir novas pistas e possibilidades de interpretar o período histórico em questão. Entretanto, essa, por vezes, vai de acordo com os interesses do indivíduo que a narra.

Waldir José Rampinelli (2013), ao tratar do *memoricídio*, afirma que se trata da eliminação de todo patrimônio, seja ele tangível ou intangível, isto é, em outras palavras, o ato de controlar o passado é a melhor forma de planejar o futuro.

Portanto,

As ditaduras civis ou de segurança nacional que marcaram grande parte do século XX em toda a América Latina também exerceram um papel fundamental na dominação cultural e na destruição de arquivos e documentos relacionados com a repressão, buscando duas estratégias: a) evitar o julgamento por conta dos crimes de violação aos direitos humanos; b) negar o direito das vítimas às indenizações. As ditaduras não reprimiram a cultura apenas para submeter um setor e subordiná-lo aos seus interesses,

mas tratou-se de uma depuração sistemática e organizada com a finalidade de modificar a memória histórica (RAMPIELLI, 2013, p. 141-142).

É nessa perspectiva, que buscamos enquadrar a forma que Cláudio Guerra age em relação à memória das vítimas e da Ditadura Militar. A partir do pressuposto da incineração dos cadáveres do Regime Militar, o atual pastor nega a possibilidade de se construir novas memórias das vítimas da Ditadura Militar. Nesse sentido, a História das vítimas não ganha espaço, e, de certa maneira, não existe.

O filme/documentário *Pastor Cláudio* (2018) se insere no contexto das disputas pela memória na sociedade brasileira, assim como o livro *Memórias de uma Guerra Suja* (2012). Período no qual a Comissão Nacional da Verdade está inserida, acrescidos aos episódios de acirramentos políticos e disputas por cargos eletivos.

As disputas pela memória da Ditadura Militar têm por finalidade criar um “sistema de controle”, ou seja, fabricar novas e diferentes versões sobre o paradeiro dessas vítimas. O Coronel Ustra, por exemplo, afirmou que todas as vítimas morreram nas ruas, atirando contra os militares, fazendo se valer da teoria dos dois demônios. Para o Sargento Marival, foram jogadas em rios. Já na versão de Paulo Malhães, mortos e enterrados, ou ainda, incineradas, como afirmou Cláudio Guerra.

O documentário *Pastor Cláudio* faz, de certa maneira, desaparecer a memória das vítimas da Ditadura Militar. A tecnologia utilizada por Guerra, de ocultar e incinerar os corpos das vítimas da repressão militar, teria impossibilitado a permanência de provas do ocorrido, apenas versões.

É nessa perspectiva que afirmamos, mais uma vez, a memória inconclusa sobre o período da Ditadura Militar (1964-1985). A multiplicidade de versões, vindas, principalmente dos perpetradores do Regime, revela a dificuldade em criar uma versão única e convincente da memória desse período.

3.2 DITADURA MILITAR, ESPAÇO PÚBLICO E CONSENTIMENTO: PASTOR CLÁUDIO E A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

A sociedade brasileira está acostumada a conviver e consumir violência de diversas formas e meios no dia a dia, como mortes, assassinatos, feminicídios, roubos, atentados, e afins, através de noticiários jornalísticos e televisivos, que buscam, de alguma forma, noticiar e deixar a população informada sobre os últimos acontecidos.

É importante pensar, todavia, que conviver e consumir violência é uma forma de fazer com que essa seja, de alguma maneira, naturalizada⁷⁶ e normalizada perante o cotidiano, uma vez que se torna comum, ainda que de forma subconsciente ou indesejada.

A naturalização da violência no Brasil tem conexão direta com o passado autoritário e violento do país, traços herdados desde a chegada dos portugueses às terras brasileiras, nos tempos da “colonização” ou invasão a um território habitado por diversos povos, nomeados pelos europeus de indígenas.

Na História do Tempo Presente, essa violência se mostrou mais precisa e evidente nos anos da Ditadura Militar. Em Cláudio Guerra, personagem central de nossa pesquisa, há a possibilidade de compreender como a memória coletiva de uma sociedade tem a capacidade de selecionar e esquecer determinados sujeitos, ou então, reinterpretá-los.

É importante pensar, nesse momento, que Cláudio Guerra não só ocupou espaços públicos, como um agente do Estado, através de cargos voltados para a segurança públicas, mas que, após confessar seus crimes durante a Ditadura Militar, tem transitado através das mídias digitais e informativas, como redes sociais e principalmente, no *YouTube*, no espaço e na opinião pública.

Nesse sentido, buscamos neste subcapítulo compreender como Cláudio Guerra, pastor evangélico, foi visto pela sociedade após confessar seus crimes. Analisaremos, portanto, o comportamento de Guerra ao aparecer publicamente, assim como o público-alvo que o personagem busca atingir ao falar de suas ações e experiência que teve após se “aposentar” da vida criminosa.

Cláudio Guerra tem dezenas de vídeos no *YouTube*. Desde entrevistas a canais jornalísticos, a canais da justiça, como a Comissão da Verdade, além de gravações de fiéis da sua igreja, local

⁷⁶ Ver mais em: NOBLE, 2021.

onde estaria concedendo seu “testemunho”, mostrando-se que viveu uma vida falha, e que após o encontro com Deus, teria, na linguagem religiosa, encontrado a “salvação”.

Antes de fazer essa análise, é importante compreender a respeito do consenso social que os militares tiveram em torno da Ditadura Militar, para que assim seja possível analisar a normalização da violência em Cláudio Guerra. É preciso pensar, a princípio, que a imagem pós-1985 de uma sociedade resistente à Ditadura, é, no mínimo, fictícia, fruto de uma construção.

Janaína Cordeiro (2015) afirma que nas décadas pós-Ditadura formou-se um grande silêncio por parte das bases sociais que sustentaram a Ditadura Militar. A historiadora afirma que os estudos dessas camadas sociais são recentes, e vêm revelando que a Ditadura não só recebeu graus expressivos de legitimidade por parte das camadas sociais, assim como gozou de consentimento de parcelas expressivas da população. Ou seja, é importante ressignificar esse binarismo de Estado opressor x sociedade vitimizada.

Janaina Cordeiro afirma, portanto, que

A ideia de que o consenso designa um *acordo* baseado em princípios, valores e normas partilhados por determinada unidade ou grupo social é de extrema importância [...], na medida em que nos permite compreender a Ditadura também a partir das relações de *continuidade* que ela conseguiu estabelecer com a sociedade, partilhando e fazendo-se representante de determinados valores e tradições caros ao imaginário coletivo nacional. E se o *consenso* designa o *acordo*, o *consentimento*, por sua vez, refere-se aos comportamentos sociais, às formas – múltiplas – a partir das quais o *acordo* conformado e se expressa socialmente (CORDEIRO, 2015, p. 88).

Janaína Cordeiro (2015), neste trabalho, busca tratar especificamente de 1972, durante a presidência do militar Emílio Garrastazu Médici. A historiadora analisa como as festividades cívicas, a saber, a comemoração dos 150 anos da Independência do Brasil, e a conquista da Copa do Mundo, assim como a propaganda criada pelo governo, inserindo o Brasil como um país do futuro, tiveram a capacidade de mexer com a memória coletiva da grande massa.

Cordeiro (2015) vai dialogar a fim de compreender como o governo vai se utilizar de diversos mecanismos para ocupar espaços e formar um consenso no seio da sociedade, que se torna algo fundamental para a sustentação dos militares no poder.

O objetivo deste subcapítulo não é, especificamente, dialogar com o governo do presidente Médici, tampouco se comprometer em analisar o comportamento da sociedade em respeito das festividades cívicas e exaltação de símbolos nacionais, estratégias usadas pelos militares e que,

de alguma forma, fez explodir na sociedade o patriotismo e simpatia para com os mesmos. Essa análise Cordeiro (2015) já tratou muito bem.

O que buscamos aqui é compreender como a tradição, os costumes morais e especialmente os religiosos, assim como os símbolos, são capazes de seduzir a memória, a fim de selecionar, filtrar e absorver somente o que lhe é conveniente, o que nos leva, desta forma, ao consentimento, à naturalização e normalização da violência.

Posto isso, voltaremos, portanto, a analisar o nosso objeto de pesquisa, o ex-delegado do DOPS-ES, Cláudio Antônio Guerra. Buscaremos compreender como o personagem se situa no espaço público, assim como a sociedade o tem observado, após anos de combate à esquerda, integrando o crime organizado e enriquecendo-se de modo ilícito.

Nossa principal fonte de análise, nesse momento, são os vídeos do ex-delegado disponíveis na plataforma *YouTube*. Há desde “testemunhos” em igrejas evangélicas, passando por entrevistas a canais jornalísticos e o seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade.

Levando em consideração algumas importantes aparições de Cláudio Guerra no *YouTube*, o ex-delegado possui mais de 600 mil visualizações em seus vídeos, assim como o quantitativo de, aproximadamente, quatro mil comentários.

É importante, todavia, pensar que, Cláudio Guerra transitou em espaços públicos, apareceu na mídia e se fez presente em diversos setores sociais. É interessante, nesse momento, buscar compreender o lugar em que o ex-delegado se encontra. Ou seja, identificar os setores da sociedade que, de alguma forma, acompanhou a trajetória do ex-agente do Estado, assim como o veículo de comunicação que abordou o tema, contribuindo para a formação da opinião pública sobre o assunto.

Segundo Jean-Jacques Becker (1988), a opinião pública revela uma história em profundidade, uma história que busca, desta forma, perceber a finalidade, de forma precisa e segura, do comportamento dos homens, em confronto com os acontecimentos. O estudo da opinião pública, portanto, permite compreender o comportamento e as atitudes de uma determinada população.

Caminhando nesse sentido, é importante compreender a forma que a opinião pública recebeu as revelações de Cláudio Guerra, assim como o impacto que teve para a parcela da sociedade que procurou conhecer e entender a trajetória do ex-delegado do DOPS-ES, e atual pastor evangélico.

Para tal, vamos analisar, especificamente, oito vídeos em que Guerra aparece confessando seus crimes, ou concedendo seu testemunho.⁷⁷ A princípio, através dos comentários contidos nesses vídeos, foi possível identificar dois grupos sociais distintos, que se fazem presentes nos depoimentos e testemunhos de Cláudio Guerra, desde 2012, quando começou a confessar seus crimes.

É importante compreender, de antemão, que não é nosso objetivo analisar e esgotar o conteúdo presente nesses vídeos, a fim de destrinchar o discurso de Guerra. Já fizemos isso antes, e retomaremos adiante. Nos comprometemos, nesse momento, a uma análise dos comentários contidos nesses.

Como já mencionado, essa pesquisa nos levou a identificar, a partir da análise dos comentários, dois grupos de indivíduos que têm interesse sobre o tema. Antes de citá-los, é importante compreender que esses vídeos pesquisados no *YouTube* são de diversos canais e veículos da imprensa que tendem a um caráter ideológico, ou não, assim como canais do governo, como a Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Foi possível identificar, portanto, um grupo de indivíduos com um viés mais *acadêmico*, que de alguma forma buscava discutir as ações de Cláudio Guerra, problematizar as motivações do ex-delegado ter confessado seus crimes, assim como questionar as motivações pelas quais o atual pastor evangélico não estava pagando pelos seus crimes em uma prisão de regime fechado.

É importante compreender, todavia, que esse primeiro grupo se faz presente, principalmente, nos vídeos da CNV e no canal do Observatório da Imprensa, isto é, canais voltados para a justiça e opinião crítica a respeito da mídia e das abordagens do tema. Esses canais, portanto, buscam questionar Cláudio Guerra a respeito de suas ações. Os comentários, assim como o público que os vídeos atingem, de maneira geral, pedem por justiça à Ditadura Militar, e criticam os atos de violência física e simbólica, marcas do Regime militar e de seus repressores, como Cláudio Guerra.

⁷⁷ Vídeos disponíveis em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=pCBlh0NKs0o>>;
<https://www.youtube.com/watch?v=xOwI7Lc_LKI&t=115s>;
<<https://www.youtube.com/watch?v=JgmzA-xhQN4&t=318s>>;
<<https://www.youtube.com/watch?v=h9ydg5FLHdE&t=353s>>;
<<https://www.youtube.com/watch?v=GkPZrEVbfKk&t=98s>>;
<<https://www.youtube.com/watch?v=eeaghifh49Y&t=15s>>;
<<https://www.youtube.com/watch?v=qiUErTXLxoE&t=22s>>;
<<https://www.youtube.com/watch?v=ucUOKaz8dJs&t=388s>>.
Acesso dos vídeos em 7 jun. 2022.

Para além disso, muitos comentários desse primeiro grupo referem-se a Cláudio Guerra como uma “farsa”, na tentativa de desacreditar a possível “conversão” do atual pastor, e afirmando que o ex-delegado estaria se escondendo atrás da religião, para escapar das possíveis sanções da justiça, ou torná-las mais brandas.

O segundo grupo, por sua vez, identificamos como *religiosos*. A análise desse grupo é um ponto central em nossa pesquisa, pois, de alguma forma, ajuda a compreender como ocorre a naturalização da violência a respeito da Ditadura Militar, e o porquê de as ações de Cláudio Guerra só terem sido amplamente discutidas e questionadas em canais e meios jurídicos e acadêmicos.

Para o grupo *religiosos*, os crimes que o ex-delegado cometeu, pouco ou nada importavam. Cláudio Guerra é tratado por esses como um exemplo de ser humano, pois estaria mergulhado no “pecado” e encontrou a salvação.

Ao tratar de religião e política, Aline Coutrot (1988) afirma que

O fundamento de todas essas mediações reside no fato de que a crença religiosa se manifesta em Igrejas que são corpos sociais dotados de uma organização que possui mais de um traço em comum com a sociedade política. Como corpos sociais, as Igrejas cristãs difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem. Toda a vida elas pregaram uma moral individual e coletiva a ser aplicada *hic et nunc*; toda a vida elas proferiram julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever da consciência para os fiéis se submeter a eles. Definitivamente, nada do que concerne ao homem e à sociedade lhes é estranho, mesmo que de uma época para outra a insistência em certos preceitos tenha eclipsado outros (COUTROT, 1998, p. 334).

É importante compreender, no entanto, que o cristianismo está diretamente conectado com a questão da redenção, ou seja, do resgate do indivíduo que está no “caminho errado” para o encontro de Jesus Cristo. As ações de Cláudio Guerra, portanto, passam pelo consentimento dessas pessoas, uma vez que teriam se identificado com o ex-delegado.

Não se pode perder de vista a dimensão do sagrado ao analisar o consentimento que parcela expressiva das pessoas que acompanharam a trajetória de Cláudio Guerra tiveram com ele. Compreendendo isso, faz-se necessário conhecer quais setores o atual pastor buscou dialogar e apresentar suas ideias. Suas ações foram veiculadas por diversos meios de informação, para além de vídeos no *YouTube*, como mencionado.

É importante compreender que há uma diferença substancial entre a narrativa proposta por Cláudio Guerra, por meio de entrevistas, e a forma como revistas e jornais elaboram uma

reportagem sobre o mesmo personagem. Isto é, quando há o intermédio de um jornalista, de um profissional que descreve a trajetória do ex-delegado. Logo, essa questão nos faz pensar nos sujeitos que estão recebendo essas informações e o impacto que a narrativa terá em cada indivíduo. Isso se apresenta, portanto, como um problema no campo da História Pública.

A historiadora Sônia Menezes (2019), ao tratar da História Pública, faz alusão a uma história contada para Homer Simpson, um personagem de desenho animado, que não tem nenhum compromisso ou responsabilidade ética e moral. Simpson se dá ao trabalho de pensar ou refletir sobre as ações e acontecimentos pelo mundo, além de desvalorizar o pensamento crítico.

Menezes (2019) revela que a história ensinada para Homer Simpson recai sobre ele como uma espécie de entretenimento, nesse sentido, o consumo dessa história, configura-se abuso. Não obstante,

O conceito de consumo assim se alarga e torna-se também um problema de cidadania para as nossas sociedades. O desafio é entender as narrativas históricas autodenominadas de “politicamente incorretas” como produtos efetivados não apenas no Brasil, mas fenômeno conservador observado em outros países, nas assim chamadas histórias revisionistas e, em alguns casos, claramente negacionistas (MENEZES, 2019, p. 70).

Como já discutido, Cláudio Guerra faz parte da cena pública, pois ocupou diversos lugares públicos, e ainda hoje permeia por eles. O problema encontrado ao analisar Cláudio Guerra nessa esfera, é compreender como a sociedade, principalmente os que acompanharam o ex-delegado pelas mídias sociais, absorveram suas ações.

A História Pública, portanto, revelou-se um caminho desafiador, mas necessário para compreender o personagem. Necessário pois as ações de Cláudio Guerra se projetaram para a cena pública, e desafiador pois foi preciso analisar diversos jornais digitais e blogs que mencionavam de alguma forma aspectos de sua trajetória.

Sônia Menezes (2019) revela que não se pode culpar jornalistas, historiadores e memorialistas quanto à maneira como o “Homer Simpson” da vida real absorve a História. O problema está na compreensão de como esse passado é elaborado, assim como a necessidade de interrogar o efeito que tal pretérito tem na representação histórica na sociedade, de maneira geral.

Nesse sentido, é importante pensar que o silêncio – advindo de diversos setores sociais, midiáticos e do Estado, assim como a impunidade pós-Ditadura e os traumas de nossa história

recente – contribuiu, e ainda hoje, no tempo presente, contribui, para que a sociedade não dialogue com seu passado.

Quando tratamos da Ditadura Militar brasileira, reduzindo as escalas e centrando na figura de um agente específico, como o ex-delegado do DOPS-ES, é inevitável buscar conhecer os setores sociais que o personagem buscou dialogar após revelar seus crimes.

Como discutimos, ainda que de forma “espontânea”, Guerra resolve confessar seus crimes através de livros, filmes e depoimentos. Frisa-se que parcela expressiva dessas informações estão restritas a um nicho específico, o grupo que identificamos por *acadêmicos*.

Quando mencionamos “restritas”, não é como se fosse um conteúdo voltado especificamente para os acadêmicos. Entretanto, ao fazer uma análise dos comentários, identificamos que a população em geral não tem interesse em discutir e compreender como a repressão clandestina atuava na Ditadura Militar.

Além disso, o primeiro relato expressivo de Guerra originou o livro *Memórias de uma Guerra Suja* (2012). Foram vendidos milhares de exemplares, muitos para bibliotecas de universidades e afins. Poucas livrarias populares vendem o livro, para além de seu alto valor comercial. Logo, é possível compreender que a obra não foi acessível para a grande massa da população.

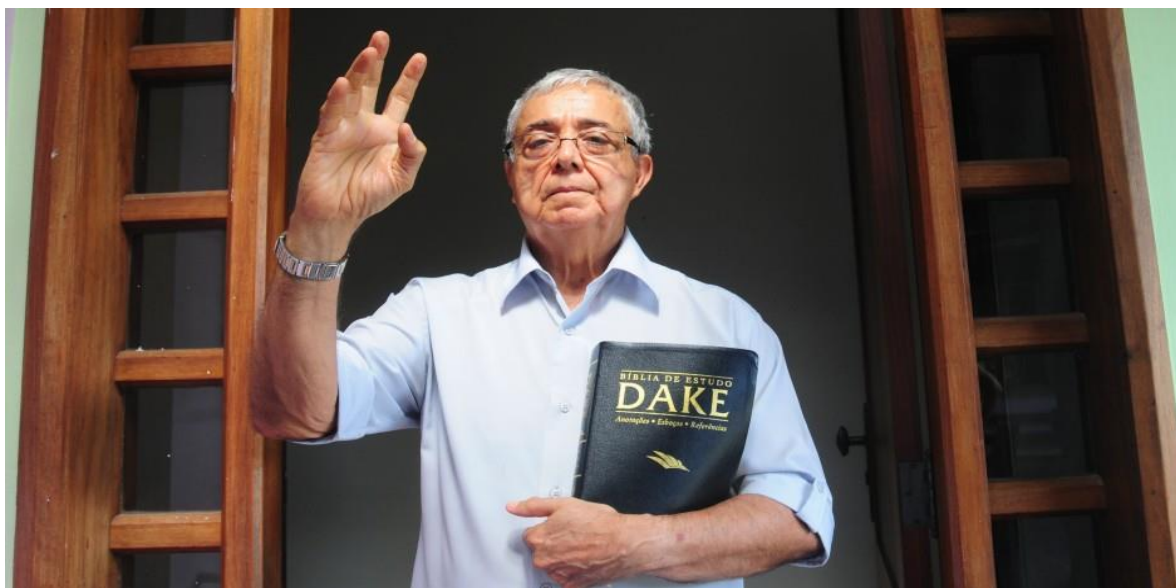
O filme, *Pastor Cláudio* (2018), é mais um exemplo de produção que ficou restrita ao ambiente acadêmico. Exibido diversas vezes em canais de TV por assinatura, assim como em cinemas das universidades, o documentário do ex-delegado nunca passou na TV aberta. Mais uma vez foi perdida a oportunidade de dialogar com a sociedade a respeito do tema.

Como já dito, ainda que especialistas no assunto não tenham debatido o tema com a população, de alguma forma a sociedade recebeu e tomou conhecimento dos crimes do ex-delegado, a citar o grupo *religiosos*, que o enxerga como exemplo de redenção.

É importante, todavia, compreender os setores que Cláudio Guerra buscou dialogar, assim como os veículos de comunicação que utilizou para tal. Vamos, neste momento, fazer uma análise do segundo grupo que identificamos, os *religiosos*.

A princípio, vamos justificar o motivo pelo qual decidimos chamá-los de *religiosos*. Cláudio Guerra apresenta um gesto muito simbólico. Toda vez que aparece em público, seja na sua residência, assim como em entrevistas e afins, porta uma Bíblia na mão, isto é, a principal obra utilizada pelos cristãos.

Imagem 1 - Claudio Guerra: a Bíblia como símbolo de redenção.⁷⁸



Esse gesto foi praticado por diversas vezes desde 2012. Cláudio Guerra aparece sempre com a Bíblia em seu colo ou à frente de seu corpo, para que fique evidente a todos que o vê. É possível compreender que esse gesto, ainda que simbólico, mas intencional, faz com que a imagem do repressor seja ressignificada.

Diferente dos demais repressores do governo que tiveram seus crimes confessados ou descobertos, Cláudio Guerra transmite a imagem de um homem “renovado” e “renascido”, alguém que passou por um processo de transformação religiosa. Logo, seria difícil enxergar aquele senhor de idade, sentado com uma arma de fogo na mão, quando a sua frente há uma Bíblia.

Guerra, portanto, conquistou adesão de setores sociais, como o setor religioso, grupo que tem buscado diálogo. Em um dos vídeos que analisamos, proferiu seu “testemunho de vida” em uma igreja evangélica da Grande Vitória que pastoreia. O ex-delegado não se colocou como um repressor do governo, mas sim, como um homem que estava mergulhado no *pecado*, que encontrou *salvação* e *renasceu*, tornando-se um novo homem.

Um dos vídeos nos chamou particular atenção, no qual Cláudio Guerra concede depoimento à emissora da *REDETV! ES*, no programa *Presença!*, em 2017. O jornalista inicia seu discurso

⁷⁸ Disponível em: <https://www.cbnvitoria.com.br/reportagens/ex-delegado-do-es-claudio-guerra-vira-reu-por-crimes-na-ditadura-1019>. Acesso em 11 set. 2022.

afirmando que estava na presença do ex-delegado de polícia e atual pastor, que tinha uma história de *sombra*, e que buscava *luz*, em um exercício de pastoreio. Na ocasião, Guerra respondeu: “Amém!”.

Nesse vídeo foram bloqueados os comentários, mas possui mais de 2.500 visualizações até o momento que escrevemos esta Dissertação. Cláudio Guerra cita diversos versículos da Bíblia, fala de perdão, compreensão e não julgamento.

É importante compreender a capacidade que o *efeito litúrgico* tem em ressignificar acontecimentos, assim como contextos para a nossa sociedade, uma vez que grande parcela da população é guiada pela dimensão do sagrado.

Esta pesquisa entende que os simbolismos religiosos, assim como a fala imponente de quem conhece a “palavra de Deus” fez e faz de Cláudio Guerra um exemplo de superação, na compreensão religiosa. Frente a isto, acreditamos que

Através da consideração do religioso, apreende-se as massas, os comportamentos coletivos: episcopado, imprensa, movimentos, sindicatos, grupos de pressão. Apreende-se também elementos importantes da cultura política na longa duração, clericalismo, anticlericalismo; mesmo a laicidade nas suas manifestações concretas se define em relação ao cristianismo. O próprio inconsciente tem seu lugar nos fenômenos de socialização que foram analisados e dos quais se esboçam alguns modelos (COUTROT, 1998, p. 357).

Para além dessas questões já levantadas, é importante compreender a forma como a violência é tratada pela mídia, como aborda e transmite o tema para a sociedade. Aqui trabalharemos no caso específico de Cláudio Guerra e de sua influência na Ditadura Militar.

É importante compreender, antes de tudo, que muitos canais de comunicação sobrevivem da violência, ou seja, necessitam desta para ter audiência, fazendo com que suas reportagens e notícias circulem, até que cheguem à opinião pública.

O vídeo do programa *Presença!* ao convidar o ex-agente da repressão clandestina, Cláudio Guerra, não trata especificamente da Ditadura Militar, como fizeram diversos canais de comunicação. Guerra, nessa entrevista, é visto como um homem que passou pela redenção. A tentativa, a todo instante, é de espiritualizar e cristianizar o atual pastor, a fim de levar uma palavra de *superação* para os que assistem a entrevista.

Acreditamos, e defendemos aqui a hipótese, que a naturalização da violência ocorre pela forma como tema é abordado pela mídia e por veículos de comunicação em massa, como jornais

televisivos e impressos, assim como as mídias digitais e redes sociais de fácil acesso, aqui, especificamente, o *YouTube*.

Como já mencionado, ao pesquisar o nome de Cláudio Guerra em canais de busca na internet, assim como no *YouTube*, aparecem dezenas de sites e vídeos com confissões e depoimentos do ex-delegado, ou “testemunhos”, termo utilizado por muitos veículos de informação para se referir aos crimes que o ex-delegado confessou.

Essa questão nos leva a refletir em que medida as ações de Cláudio Guerra impactaram parcela expressiva de nossa sociedade. Todavia, o que podemos observar é a ausência de um impacto significativo. Grande parte da população que absorveu essas informações, dos crimes de Guerra, filtrou-as e naturalizou-as.

O que sustenta essas afirmações é analisar que foram divulgadas por parte da mídia de forma espiritualizada, uma vez que Cláudio Guerra é atualmente pastor evangélico. Quando não espiritualizadas, ocorreu uma naturalização e normalização de seus atos. Isto é, os crimes da Ditadura foram tratados, por diversas vezes, como crimes do cotidiano, deixando de lado o papel do Estado repressor.

Ademais, ao tratar do tema, a Comissão Nacional da Verdade falhou em dialogar com a sociedade. Embora os relatórios finais estejam disponíveis na internet, esses não chegaram, de forma acessível e inteligível, à grande número da população. Logo, a sociedade não é atingida pelos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, não havendo impacto histórico e memorial para a grande massa da população.

Portanto, Jean-Jacques Becker (1988), ao tratar de Marc Bloch, revela que a História não pode ser entendida somente do modo como ocorreram os fatos, mas é necessário que se perceba, igualmente, como foram recebidos. Para além disso, se a História tem propriedade para explicar o passado, não existe explicação sem que seja analisado o papel que a opinião pública desempenhou. Entretanto, embora seja importante compreender a opinião pública no processo histórico, não é só por isso que tenha “razão”. Becker (1988) afirma que, por vezes, a opinião pública se engana.

Por fim, essa pesquisa nos leva a perceber que o consentimento, a memória positiva da Ditadura Militar, assim como a forma que esse tema é abordado, contribui, de forma significativa para a naturalização e a normalização da violência, impactando, diretamente a opinião pública e o espaço público.

Portanto, um grande contingente da sociedade lida de forma natural com a Ditadura Militar. Ainda que tenham conhecimento das mortes, torturas, desaparecimentos, repressão e afins, oriundos das ações do Estado, isso é absorvido e transmitido de forma natural, ou seja, não impacta a sociedade. Tais ações, de alguma forma, contribuem para que a violência e a repressão advindas do Estado sejam normalizadas no tempo presente

3.3 O REPRESSOR E A “REDENÇÃO”

As cenas iniciais do filme/documentário *Pastor Cláudio* (2018), assim como a afirmação de que gostaria de ser chamado de “Pastor”, revelam a imagem que Cláudio Guerra busca transmitir após a confissão dos crimes que cometeu por décadas, seja agindo em prol da Ditadura Militar, seja por crimes comuns.

Ao iniciar as filmagens, Cláudio Guerra percebeu que estava faltando algo. Pediu para que Eduardo Passos e Beth Formaggini esperassem, e saiu do ambiente em que o documentário seria gravado. Quando retornou ao lugar de gravação, estava com uma Bíblia entre suas mãos.

Como já apontamos, essa não foi a primeira vez que Cláudio Guerra aparece em público, para falar dos seus crimes e da Ditadura Militar, empunhado de uma Bíblia. Essa é a forma do personagem apresentar-se como um “cordeiro arrependido”, e já não mais como um repressor e executor.

Acreditamos, portanto, que a Bíblia, para Cláudio Guerra, apresenta-se como base de sua legitimidade. Isto é, com ela entre suas mãos, o pastor estaria fazendo uma espécie de confissão, um testemunho legítimo de suas afirmações.

Isso nos leva a remeter, todavia, a ideia de que todas as ações e crimes em que Guerra diz ter participado, principalmente os relacionados à Ditadura Militar, carecem de provas, assim como, por vezes, caem em contradição.

A Bíblia para os cristãos é símbolo de verdade e autoridade máxima. Caminhando nessa perspectiva, acreditamos, portanto, que Guerra utiliza o livro como artefato de verdade, justificativa e legitimidade das suas falas memoriais. Seria, portanto, a única forma, ainda que simbólica, de validar seu testemunho.

Nosso objetivo nesse subcapítulo é compreender as estratégias traçadas por Cláudio Guerra, que busca transformar e reinventar sua imagem de um repressor e executor confesso, para a de um pastor que obteve, no arrependimento, a redenção. O ex-delegado, empunhado das “sagradas escrituras” e recitando versículos bíblicos, afirma que encontrou a salvação, sem perder de vista, todavia, o orgulho e a satisfação em fazer parte de algo tão “grandioso” que foi a Ditadura Militar.

Na primeira parte do documentário, quando o sargento Marival⁷⁹ aparece nas filmagens, concedendo seu depoimento a respeito dos crimes cometidos na Ditadura Militar, e contradizendo vários pontos sobre o testemunho de Cláudio Guerra, o atual pastor se mostra indignado.

O sargento afirma que vários corpos de vítimas mortas e desaparecidas pela Ditadura Militar, que Guerra diz ter incinerado na usina de cana-de-açúcar, em Campos dos Goytacazes, foram, na verdade, jogados em rios por agentes das Forças Armadas, o que contradiz a versão do atual pastor.

Afirmando que se expressa na primeira pessoa, Cláudio Guerra busca desmentir, de forma severa e incisiva, as declarações do sargento Marival., não deixando o entrevistador Eduardo Passos completar sua fala. Não se abre precedentes, inclusive, para discutir os relatos do sargento.

“Eu fiz”. Essa é a postura e a resposta, assim como a forma de invalidar a fala do sargento, utilizada por Cláudio Guerra. Afirmando ainda que, caso o sargento Marival falasse sobre as mortes e os desaparecimentos na primeira pessoa, teria credibilidade, reivindicando para si.

É importante compreender, nesse aspecto, que reside em Cláudio Guerra um discurso orgulhoso dos supostos crimes cometidos na Ditadura Militar. Ainda que os atos careçam de provas documentais e físicas, e certamente utilizando dos desaparecidos políticos para se valer de tais ações, a memória triunfalista do ex-delegado se destaca em meio à possibilidade de redenção.

Em todos os seus discursos, testemunhos e confissões, Cláudio Guerra busca criar um autorretrato. Seria, nesse aspecto, a imagem do “cordeiro arrependido” acompanhado a todo instante pela Bíblia.

⁷⁹ Marival Dias Chaves do Canto, ex-sargento, trabalhou no DOI-Codi e no CIE durante a Ditadura Militar.

Com efeito, o atual pastor evangélico revela a faceta de um discurso orgulhoso e ufanista das atrocidades cometidas na Ditadura Militar. Seja no livro *Memórias de uma Guerra Suja* (2012), em entrevistas televisivas, ou no seu filme/documentário, *Pastor Cláudio* (2018), observa-se o orgulho do personagem em relação a suas realizações que prol da ordem que seguia.

É nessa perspectiva, portanto, que buscamos evidenciar que, ainda que se diga arrependido por todos os crimes que confessou, pelo fato de estar inscrito em uma experiência religiosa, Cláudio Guerra não apresenta, em momento algum, o sentimento de culpa.

Invocando novamente à filósofa Hannah Arendt (2007), ao tratar da *banalidade do mal*, podemos enxergar esse mal como algo instrumentalizado nos indivíduos que praticam, ou seja, uma espécie de rotina. O mal, portanto, na perspectiva do perpetrador, é algo comum a ser praticado e exercido.

À semelhança do nazista Adolf Eichmann, que não se colocou como culpado perante o Tribunal de Nuremberg, afirmando que estava apenas cumprindo ordens, assim fez o ex-delegado do DOPS, Cláudio Guerra, alegando que estava seguindo a ordem vigente. Ele era, em sua perspectiva, comandado.

É importante compreender, portanto, que o relato da atrocidade, a confissão da barbárie, tem um discurso explícito, coerente e explicativo, e que tem por objetivo, de sua maneira, criar laços e lugares de memória, a fim de reafirmar o atroz.

Seja no livro *Memórias de uma Guerra Suja* (2012), no filme/documentário *Pastor Cláudio* (2018), em confissões feitas à Comissão Nacional da Verdade (2014) ou em entrevistas e reportagens para programas televisivos, Cláudio Antônio Guerra sempre se colocou como protagonista de suas memórias a respeito dos crimes cometidos durante a Ditadura Militar.

É importante, todavia, compreender a dinâmica memorialística em que o atual pastor evangélico está inscrito. Cláudio Guerra se permite testemunhar o atroz por diversas vezes e por longos períodos.

Márcio Seligmann-Silva (2008) afirma que,

A indizibilidade do testemunho ganha [...] um peso inaudito. Mas o negacionismo é também perverso, porque toca no sentimento acima referido de irrealidade da situação vivida. [...] O apagamento dos locais e marcas das atrocidades corresponde àquilo que no imaginário posterior também tende a se afirmar: não foi verdade. A *resistência* quando se trata de se enfrentar o real parece estar do lado do negacionismo. Este sentimento comum mora no próprio sobrevivente e o tortura, gerando uma visão cindida da realidade. [...] o testemunho visa a integração do passado traumático. Esta integração só pode ser conquistada contra o negacionismo. [...] A memória da barbárie

tem, portanto, também este momento iluminista: preservar contra o negacionismo, como que em uma admoestação, as imagens de sangue do passado (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 75).

Cláudio Guerra tem uma percepção a respeito do passado, assim como do presente e visa projetar o futuro, assumindo a posição de protagonismo diante das atrocidades, ainda que seja surpreendente para quem escuta o testemunho do atual pastor, o personagem não apresenta culpabilidade.

Para além da banalização e normalização da violência, algo comum a Cláudio Guerra, a busca pela afirmação e veracidade de suas memórias é muito presente nos discursos do atual pastor evangélico.

Retomando as declarações do sargento Marival, apresentadas à Guerra durante as gravações do documentário, o policial afirma que as ações praticadas nos “porões da Ditadura”, tais quais mortes, torturas, desaparecimentos e afins, eram feitas, de forma restrita e sigilosa, por militares do Exército.

Essas afirmações, mais uma vez, invalidam as memórias do ex-delegado do DOPS do Espírito Santo, colocando-as a prova. O que, de fato, até o presente momento não foi confirmado por documentos oficiais.

O sargento Marival, todavia, assevera que os civis não tinham participação nesse tipo de ação. O que contradiz Cláudio Guerra, que afirmou, por diversas vezes, e ainda afirma, que participou de reuniões importantes, planejou junto a militares do alto escalão, assim como teve ligação de amizade com esses.

É verdade que, assim como Cláudio Guerra, as afirmações do sargento Marival carecem de comprovações documentais e registros sobre as mortes e os desaparecimentos ocorridos pela Ditadura Militar, que afirma ter conhecimento.

É importante compreender, todavia, que nossa perspectiva sobre o filme/documentário *Pastor Cláudio* (2018), não é, necessariamente, discutir o que é “mentira” e o que é “verdade” em relação às memórias do ex-delegado.

Entretanto, a carência de comprovações a respeito de suas possíveis ações e posições frente ao Regime Militar, assim como seu papel exercido, nos dão pistas para compreender o deslocamento de memória em Cláudio Guerra.

O repressor e a redenção, em Cláudio Guerra, caminham lado a lado. Guerra se utiliza da experiência na imersão religiosa para se apropriar e se promover dos traumas e atrocidades cometidos pelos militares durante a Ditadura Militar.

Para além disso, é importante compreender que Guerra não revelou suas memórias em um momento qualquer. O personagem usou de oportunismo, momento no qual as discussões a respeito da memória estavam em jogo no Brasil, com a criação e o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.

Sua intencionalidade e motivação com tal fato é, ainda, motivo de discussão e interpretação. Guerra afirma que devido a sua experiência religiosa, viu a necessidade de relevar seus feitos, a fim de servir de exemplo e testemunhos para os que estão “perdidos”. Com efeito, a partir de suas confissões, a questão escatológica, de salvação e redenção, fica em segundo plano. Cláudio Guerra tem a necessidade de entrar para a História.

Ao nos depararmos com a problemática de compreender a motivação de Cláudio Guerra em revelar seus crimes, é necessário adentrar nas informações que o atual pastor evangélico deixa escapar ao longo de seu testemunho, durante a gravação do documentário.

Cláudio Guerra sempre afirmou que o poder e o prestígio social, que gozava durante os anos em que atuou, o motivou para continuar realizando suas ações e práticas criminosas, não só no Espírito Santo, mas em todo o país. Pelo menos é isso que o ex-delegado da Polícia Civil afirma.

Cláudio Guerra se orgulha de ter sido um homem temido no Estado do Espírito Santo. Não temos dúvidas de que, em terras capixabas, atuou ao lado do crime organizado e da contravenção penal, como revela os documentos no acervo do Arquivo Nacional.

Tais feitos, portanto, colocaram-no em um lugar que busca hoje permanecer, ao revelar seus supostos crimes. Cláudio Guerra já afirmou em seus depoimentos e livros que, quando se aposentou da vida criminosa, ouvia a população dizer que: “Bom mesmo era no tempo do delegado Guerra, quando bandido bom era bandido morto”.

Segundo o Portal da Transparência do Espírito Santo, Cláudio Guerra se tornou Delegado de Polícia em 1976, sendo exonerado na década de 1990, perdendo, desta forma, qualquer vínculo formal com o Estado e a justiça pública.

Entretanto, o ex-delegado afirma que recebeu benefícios dos militares e da clandestinidade até 2005. Ou seja, cerca de 20 anos após a saída dos militares do poder, e 15 anos após seu desligamento, Cláudio Guerra estaria sendo beneficiado pelos serviços prestados à repressão.

Nesse mesmo período, Cláudio Guerra foi preso, e afirmou que continuou recebendo até mais do que recebia antes, quando atuava para o Regime Militar.

É importante compreender que, mais uma vez, esses benefícios, em forma de dinheiro ou bens materiais, não possuem comprovação documental a fim de validar as revelações do atual pastor. Entretanto, o crime organizado e o Jogo do Bicho, renderam-lhe muitos benefícios.

Por mais que se afirme arrependido dos seus crimes, e que procure a redenção através do “evangelho” e da “conversão”, em algumas partes do seu depoimento no filme/documentário, Guerra revela ter uma certa mágoa da direita conservadora e, conseqüentemente, dos militares.

Tal afirmação ocorre, pois acredita que foi traído pelos militares e parceiros da repressão clandestina. Como já afirmamos, com o processo de Abertura Política e a concretização do fim da Ditadura Militar, os agentes do Estado foram jogados à sorte, perdendo todo apoio que tiveram durante os anos em que atuaram.

Essas afirmações de Cláudio Guerra se apresentam de forma contraditória. Por um lado, afirma no documentário *Pastor Cláudio* (2018), que recebeu benesses durante 15 anos, entre 1990 e 2005, e por outro, no livro, *Memórias de uma Guerra Suja* (2012), afirma que foi abandonado pela repressão.

Destacou ainda no livro, que o crime organizado e a contravenção penal foram a “saída” encontrada por ele e por grande parte dos civis e policiais que atuaram na Ditadura Militar e, principalmente na repressão clandestina.

Em tom de indignação, Guerra afirma que para além de ser traído, foi perseguido pela direita, sem especificar, certamente, quem seria esses, após as eleições presidenciais de 2002, ano que Luiz Inácio Lula da Silva saiu vitorioso. Em um momento de confusão memorial, após afirmar a Eduardo Passos por duas vezes que a “direita ganhou”, na busca para se referir às eleições presidenciais, é possível compreender essa fala a partir da perspectiva da disputa pela memória.

Mesmos após as revelações e descobertas a respeito dos crimes praticados pelos militares e pela repressão política na Ditadura Militar, e essa temática ainda ser pauta na disputa memorial, é possível pensar que a direita conservadora, os militares teriam, pelo menos por um momento, vencido a batalha pela memória. Observamos por exemplo o caso de Cláudio Guerra, que mesmo sendo um repressor confesso, escapou das sanções da justiça, e tem revelado, com naturalidade, os possíveis crimes que cometeu.

Na perspectiva de ser traído, Guerra afirma que “muitas portas estão fechadas” para ele, declarando ainda uma possível perseguição da direita com o atual pastor. Para validar essa informação, o ex-delegado diz que busca, ainda hoje, aposentar-se com o cargo e salário de Delegado de Polícia, afirmando que é direito dele, por lei, mas que toda vez que entra com o pedido, seu processo some.

É possível compreender que mesmo sinalizando o arrependimento dos seus feitos, Guerra busca, através da revelação dos seus crimes, reivindicar possíveis direitos, que são frutos de atrocidades e violações dos Direitos Humanos cometidos por ele.

Através das memórias de Cláudio Guerra, podemos compreender que, mesmo após os militares não ocuparem mais o cargo da Presidência da República, a direita conservadora, assim como a elite empresarial, que financiou a Ditadura militar, nunca saíram de fato do poder no Brasil.

Cláudio Guerra afirma que, para além de executar e planejar os grandes feitos da Ditadura Militar, assim como desaparecer com corpos, possuía muita informação a respeito dos militares e agentes que se envolveram em mortes e desaparecimentos e crimes cometidos durante o Regime.

A partir das indagações e sugestões de Eduardo Passos, no qual motiva Cláudio Guerra se enxergar após a redemocratização, o ex-delegado se revela como um indivíduo que vivia a insegurança.

Afirmou que começou a sofrer no final da Ditadura Militar, sendo perseguido e traído pelos seus companheiros da repressão política. Em seguida, Guerra apresenta uma dimensão do seu discurso que até então não era conhecida. O personagem deixa de lado sua posição fria e banal ao tratar das atrocidades que afirma ter vivido na Ditadura Militar, para revelar o incômodo e o medo que sentia ao tratar de alguns temas.

O atual pastor evangélico afirma que, após o fim da Ditadura Militar, foi convidado a se retirar do país e viver um exílio consentido, na tentativa, portanto, de proteger as informações que possuía. Tal ato, daria a ele uma nova vida, um novo nome, e jamais poderia falar de assuntos relacionados à repressão e ao Regime Militar.

Assim como no livro, *Memórias de uma Guerra Suja* (2012), no filme/documentário, *Pastor Cláudio* (2018), o ex-delegado do DOPS-ES menciona um grupo chamado “irmandade”. Sem dar muitas informações sobre esse, o atual pastor afirma que era formado pela elite brasileira, e que financiava a Ditadura Militar.

O que nos chama atenção, todavia, é o medo e o incômodo que apresentou em fazer revelações a respeito desse possível grupo que, nas afirmações de Guerra, é muito poderoso e age com grande influência até os dias atuais.

Através das artimanhas da memória, assim como para se valer e se proteger de possíveis retaliações, Cláudio Guerra afirma ter documentos a respeito desse grupo secreto, que revelariam quem são e onde atuam, podendo, desta forma, destruí-lo.

Eduardo Passos pergunta onde estão esses documentos, e quando o atual pastor evangélico pretenderia revelar a público a fim de contribuir para a memória dos familiares e vítimas da Ditadura Militar.

O ex-repressor do Estado se coloca no lugar de um indivíduo que está contribuindo para as investigações. Teria, portanto, concedido várias pistas a respeito do que procura e o que investigar. Entretanto, segundo relata, a justiça não estaria agindo.

Em síntese, demonstrando medo, e na busca de se resguardar a respeito de possíveis retaliações da “irmandade”, Guerra afirmou que não pretendia revelar tais documentos que estão sob sua posse. Para além disso, revela que existem pessoas, de sua confiança, que possuem cópias da documentação. Caso ocorresse algo com ele, na hora certa, as provas seriam levadas a público, para que fossem divulgados os nomes dos integrantes da “irmandade”.

Cláudio Guerra prefere não falar muito e não dar detalhes a respeito desse grupo da elite brasileira, não revelando a real influência do coletivo, que é questionável quanto à própria existência.

É nessa perspectiva, portanto, que Cláudio Guerra busca se beneficiar de possíveis informações, não expondo sua veracidade, assim como não apresentando dados e documentos, da mesma forma que relativiza outros que são importantes.

Ao afirmar que tem uma documentação sigilosa a respeito de algo desconhecido, que representa perigo para a sociedade, e revelando ainda que não apresentará ao público, para além de se promover enquanto indivíduo influente de um sistema inacabado, Cláudio Guerra está (re)traumatizando a sociedade, ou seja, revivendo um pânico de insegurança e medo, como os tempos de Ditadura Militar, instaurando o imaginário do terror.

Cláudio Guerra, ex-repressor dos tempos de Ditadura e atual pastor evangélico, vive e se refugia no véu do silêncio, que desde o final do Regime Militar, e amparado pela Lei de Anistia, o encobre.

Em todo o seu discurso/testemunho, Cláudio Guerra se coloca como o servo fiel e obediente, que sempre cumpriu ordens sem questioná-las, assim como julgá-las, acreditando, desta forma, que estava prestando serviços em prol de algo maior.

Nessa perspectiva, encontra-se, em Cláudio Guerra, um algoz da Ditadura Militar, que se valeu de todos os benefícios a ele oferecidos, assim como a possibilidade de se livrar de crimes e perpetrções por ele cometidas.

Cláudio Guerra, sempre que revelou suas memórias, manteve o discurso do comandado leal, o indivíduo que estava em “missão”, que respeitava a ordem e seguia um ordenamento social. A falta de ordem justificava suas ações violentas de repressor do Estado.

Nossa pesquisa nos levou a compreender que, ainda hoje, é possível encontrar em Cláudio Guerra essa relação com a “ordem” e a vontade de integrar algo que seja grande, possibilitando-o, de alguma forma, orgulhar-se deste feito.

Nessa perspectiva, acreditamos que assim como nos tempos de Ditadura Militar, o ex-delegado estava em “missão”, hoje, Cláudio Guerra, pastor evangélico, se apresenta da mesma forma. Mas agora seu comandante mudou. Guerra seria, portanto, o comandado leal de Deus.

Por conseguinte, podemos compreender que Cláudio Guerra é um indivíduo que busca se inserir em uma relação com a ordem e sempre se coloca em missão, a fim de fazer algo em prol da causa que está seguindo.

Portanto, é possível enquadrar o discurso de Cláudio Guerra como a afirmação da *banalidade do mal*. A partir de depoimentos frios e sem sentimento de culpa, mesmo hoje, em missão de pastoreio e imerso em uma experiência religiosa, o ex-delegado tem um discurso inquebrantável a respeito da ordem que seguia, demonstrando seu prestígio e reverência.

Como já afirmamos, Cláudio Antônio Guerra, ou, como prefere ser chamado, *Pastor Cláudio*, ainda está em missão. Mas agora, Deus o convida a falar e a narrar seus feitos. Portanto, isso o deixa livre e à vontade para detalhar com a frieza de alguém que está em missão divina. Não são mais os crimes que confessa, e sim seus “pecados” que já foram perdoados.

Ontem, matador de aluguel, repressor político, executor da Ditadura Militar, chefe do crime organizado no Espírito Santo e praticante da contravenção penal. Hoje, Cláudio Guerra afirma que tem orgulho de ser pastor evangélico.

Durante o documentário, as imagens das vítimas da Ditadura Militar foram projetadas sob o corpo de Cláudio Guerra. De certa maneira, o ex-delegado teve que confrontar, interagir e contracenar com suas possíveis vítimas fatais do Regime militar.

Para além de interagir com suas vítimas, Cláudio Guerra encenou a execução de uma delas. Relembrando uma passagem bíblica do Novo Testamento, o atual pastor evangélico, através de um ato de personificação da violência, simula, com as mãos, uma arma, que seria a cena da execução de um indivíduo, vítima do algoz.

Por fim, na busca por diálogos com a violência no tempo presente, podemos evidenciar que o gesto empregado por Cláudio Guerra, no período das gravações do documentário, que simulou uma arma de fogo e a execução de uma pessoa, foi banalizado nos últimos anos pelo atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro e seus adeptos.

Não só banalizado, como também estimulado e utilizado como campanha política, que fazia apologia ao uso de armas de fogo, assim como a intenção de afirmar a morte e a perseguição dos não adeptos à ordem que se estabeleceria.

O sinal da “arminha” se tornou símbolo de um projeto político iniciado no Brasil em 2016, e que ganhou força nos anos seguintes. Para além disso, despertou o anseio da sociedade em armar-se, enfrentando os desafios e as dificuldades brasileiras “à bala”.

Apresentando pautas ligadas à defesa da família, dos bons costumes e de uma moral cristã, e amparada por uma política conservadora de extrema direita, parte expressiva da sociedade brasileira, desiludida politicamente com governos anteriores, afirmando estar em *desordem*, buscou, assim como fez Cláudio Guerra, estabelecer e seguir uma *ordem* política, pautada em temas como violência, corrupção, armamentos e negacionismos.

Imagem 2: Cláudio Guerra: assassino confesso da Ditadura Militar.⁸⁰



Vs.

Imagem 3: Jair Bolsonaro: Presidente da República e militar da reserva.⁸¹



⁸⁰ Disponível em: < <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/claudio-guerra-o-militar-arrepentido-da-ditadura.phtml>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

⁸¹ Disponível em: < <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/02/4906756-bolsonaro-diz-que-povo-esta-vibrando-com-novo-decreto-em-favor-do-armamento.html>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Dissertação analisou as memórias do ex-delegado da Delegacia de Ordem Polícia e Social do Espírito Santo (DOPS-ES), e atual pastor evangélico, Cláudio Antônio Guerra, que de a sua versão de crimes e ações, por ele praticadas, durante os anos que compreendem a Ditadura Militar (1964-1985).

Por meio de relatos e testemunhos memoriais, o personagem se inscreveu como um indivíduo altamente importante, perigoso e influente durante o Regime de 1964, assim como um cumpridor de ordens, fiel ao ideal que seguia.

Ao mesmo tempo, através da teatralização do “cordeiro arrependido”, Guerra utilizou-se da religião. Asseverando que estava inscrito em uma experiência religiosa cristã, afirmou que, ao revelar seus crimes, estaria fazendo um testemunho de fé, ao passo que esse, serviria de exemplo para as pessoas “perdidas” no mundo.

Foi possível identificar que através do *efeito litúrgico*, Cláudio Guerra tem buscado, de 2012 aos dias atuais, aproximar e dialogar com a sociedade de maneira a se colocar como um indivíduo arrependido, embora nunca tenha afirmado isso.

A Bíblia, símbolo máximo da fé cristã, acompanha Cláudio Guerra em todos os momentos nos quais confessa seus crimes. Isso ocorre, acreditamos, pelo fato de Guerra tentar se aproximar da sociedade, assim como de tentar, de alguma forma, fazer com que seus relatos- memórias se tornem verdade.

Para além disso, a justificativa do ex-delegado para confessar seus crimes, basear-se-ia em um acerto de contas com Deus, uma vez que viu a necessidade de testemunhar e servir como exemplo.

Como já mencionado anteriormente, Cláudio Guerra é mais um dos indivíduos que foram a público confessar seus crimes e perpetrções durante a Ditadura Militar e não foram julgados e condenados pela justiça.

Entretanto, como já delineamos anteriormente, todas as possíveis ações praticadas e confessadas por Cláudio Guerra, carecem de comprovação. Não obstante, são, ainda,

questionadas por outros perpetradores da Ditadura Militar, uma vez que desmentem e colocam Cláudio Guerra como um mentiroso.

Durante nossas pesquisas, não encontramos documentações que comprovem a participação de Cláudio Guerra no planejamento da Ditadura Militar, assim como na vivência com personalidades e autoridades do alto escalão.

Todavia, não buscamos isentar Guerra dos crimes e perpetrções por ele cometidos. Entretanto, os caminhos da nossa pesquisa nos levaram a compreender que o atual pastor evangélico atuou, de fato, na Ditadura Militar, porém, a nível estadual, como um integrante auxiliar das Forças Armadas, que tinha por objetivo conter as agitações locais.

Para além disso, suas principais ações, segundo documentos e registros jornalísticos, efetivaram-se, de fato, no processo de Abertura Política, e, especificamente na década de 1980, quando os militares já preparavam sua retirada do poder.

Em momento oportuno, isto é, quando se discutia no Brasil as políticas de memória, e encontrava-se em desenvolvimento os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade – ocorridos entre 2012 e 2014 – Cláudio Guerra buscou se projetar na cena pública como alguém que estava disposto a falar.

Através do discurso e em todas as oportunidades possíveis, o ex-delegado buscou se isentar dos crimes que, de fato, praticou, assumindo, todavia, os atos que antecedem o ano de 1979. Não por acaso, ano que foi aprovada a Lei de Anistia no Brasil.

A Lei de Anistia aprovada pelos militares, facilitou que diversos repressores e perpetradores da Ditadura Militar escapassem das sanções da justiça. Ainda nos dias atuais, esses personagens estão livres e sem punição, a exemplo de Cláudio Guerra.

Cláudio Guerra é acusado e condenado por crimes de contrabando, assassinato e ligações criminosas, assim como por contravenção penal. Porém, em seus relatos, nunca mencionou tais delitos. Buscou, inclusive, na justiça, isentar-se das acusações.

É importante compreender que, a memória acerca da Ditadura Militar está sempre em disputa, e quem detém o poder, consegue disseminar a narrativa que melhor lhe convém. É possível compreender, todavia, que, tal disputa ocorre devido à impunidade com os repressores, assim como a falta de diálogo com a sociedade a respeito do período estudado, a Ditadura Militar brasileira.

Denunciamos, todavia, a urgência e a emergência de se fazer justiça, assim como de rever a Lei de Anistia, que beneficiou e ainda beneficia indivíduos que cometeram crimes de lesa-humanidade, a fim de dar respostas a familiares e vítimas da Ditadura Militar.

Cláudio Guerra, atual pastor evangélico, apresenta-se para a sociedade como um indivíduo que encontrou no cristianismo a “redenção”, conseguindo, desta forma, falar e se livrar da justiça. Entretanto, como salientamos, o personagem busca transpor suas atividades mais recentes, ou seja, seus crimes, para a década de 1970, na tentativa de ser encoberto pela Lei de Anistia.

Ademais, de forma natural e normalizadora, Cláudio Guerra revive a violência da Ditadura Militar sem nenhuma preocupação com as vítimas, os traumas e as consequências que esse período legou para a sociedade.

Finalmente, dialogando com os estudos de História do Tempo Presente, a presente pesquisa identificou a possibilidade de enxergar Cláudio Guerra como um elemento legitimador do bolsonarismo, ou, quiçá, a visão que o bolsonarismo tem sobre o período militar, tratado de forma natural e buscando justificar as ações praticadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

GUERRA, Cláudio. **Memórias de uma Guerra Suja**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012. Em depoimento a Marcelo Netto e Rogério Medeiros.

PASTOR Cláudio. Direção de Beth Formaggini, Brasil, 4Ventos, 2018.

Vídeos disponíveis no youtube

<<https://www.youtube.com/watch?v=pCBlh0NKs0o>>;

<https://www.youtube.com/watch?v=xOwI7Lc_LKI&t=115s>;

<<https://www.youtube.com/watch?v=JgmzA-xhQN4&t=318s>>;

<<https://www.youtube.com/watch?v=h9ydg5FLHdE&t=353s>>;

<<https://www.youtube.com/watch?v=GkPZrEVbfKk&t=98s>>;

<<https://www.youtube.com/watch?v=eeaghifh49Y&t=15s>>;

<<https://www.youtube.com/watch?v=qiUErTXLxoE&t=22s>>;

<<https://www.youtube.com/watch?v=ucUOKaz8dJs&t=388s>>.

Acesso dos vídeos em 7 de junho de 2022.

Documentos do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações – br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82028480_d0001de0001. Informação n. 148/01/I/82. Data: outubro de 1982. Assunto: atentado a bomba em Vitória/ES, Claudio Antônio Guerra e outros.

Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_86059853_d0001de000. Informação n. 0037/02/CI/DPF. Data: outubro de 1986. Assunto: Denúncia de corrupção, roubos e homicídios praticados por policiais civis no estado do Espírito Santo.

Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_88016869_d0001de0001. Informação n. 016869/88. Data: novembro de 1988. Assunto: ilícitudes praticadas pelo delegado Claudio Antônio Guerra.

Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_87014223_d0001de0001. Informação n. 014223/87. Data: janeiro de 1987. Assunto: Mudança de comportamento do “Jornal da Cidade” – Espírito Santo.

Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_84039711_d0001de000. Informe n. 2029/38-GAB/CI/DPF. Data: novembro de 1983. Assunto: Pedido de passagem à disposição da CPI/CAPEMI/CÂMARA DOS DEPUTADOS CLAUDIO ANTÔNIO GUERRA.

Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica - br_dfanbsb_vaz_0_0_28408_d0001de0001. Informe n. 223/88-i/a2-iii. Data: Agosto de 1988. Assunto: Claudio Antônio Guerra.

Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_90019317_d0001de0001. Informe n. 377/88-SI/SR/DPF/RJ. Data: Julho de 1988. Assunto: Venda de armamento privativo das Forças Armadas – Antônio Guerra- Rio de Janeiro/RJ.

Bibliografia instrumental-teórica

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BÉDARIDA, François. As responsabilidades do historiador *expert*. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998.

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito da história**, 1940.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018.

GERVAISEAU, Henri Arraes. Imagens do passado: noções e usos contemporâneos. In. MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; KORNIS, Mônica Almeida. **História e documentário**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

GOMES, Ângela da Castro. **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

NAPOLITANO, Marcos; KORNIS, Mônica Almeida. **História e documentário**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, dez.1993.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

SELIGMANN-SILMA, Márcio. Narrar o Trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psic. Clin**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro-história**: os protagonistas anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Bibliografia de apoio

ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. **Ditadura Militar e democracia no Brasil**: História, imagem e testemunho. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil**: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1987.

ASSIS, Denise. **Cláudio Guerra**: matar e queimar. Curitiba: Kottter, 2019.

BAPTISTA, Leonardo. A polícia política em tempos de Ditadura Militar (1964-1985): a atuação da Delegacia de Ordem Política e Social no Espírito Santo. **PerCursos**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 217 - 243, mai./ago. 2020.

BATISTA, Ariel Chexes. **Uma imersão no passado-presente: o revisionismo bolsonarista sobre a ditadura (2011-2019)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

BAUER, Caroline Silveira. A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, p. 1-19, 2012.

BAUER, Caroline Silveira. La dictadura cívico-militar brasileña em los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. **Relaciones Internacionales**, n. 57, p. 37-51. 2019.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns *marcos* da cultura histórica contemporânea. **Varia Historia**, v. 32, n. 60, p.807-835, 2016.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

BERNARDES, Brenda Soares. “**À luz do sol**” – **Therezinha Zerbini e as mobilizações pela Anistia na Ditadura Militar: conexões, espionagem e política (1975-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

BEVERNAGE, Berber. **História, Memória e Violência de Estado: Tempo e Justiça**. Vitória: Editora Milfontes, 2018

BRITO, Alexandra Barahona de. “Justiça transicional” em câmera lenta: o caso do Brasil. In. PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **O passado que não passa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CAJÁ, Edval Nunes. PCR desmente Cláudio Guerra, assassino da Ditadura Militar. **A verdade**. Brasil, junho de 2012.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. O regime militar autoritário de 1964: o aparelho repressivo. **Anais...XVIII Encontro de História da Anpuh-RJ, História e Parcerias**, 2018.

CODATO, A. N. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 40, p. 11-36, 2004.

COIMBRA, Cecília. Tortura ontem e hoje. Resgatando uma certa história. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 6, n. 2, p. 11-19, jul./dez. 2001.

CORDEIRO, Janaína Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O Estado novo: descobrindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DARÓZ, Elaine; SILVA, Maria Eduarda da; GOMES, Matheus Henrique Dias. Os efeitos de deslocamento da memória na construção de nomeação do memorial da resistência em (dis)curso. **Revista Linguagem**, São Carlos, v. 37, Número Temático, p. 13-23., jan. 2021.

DINES, Alberto. Banalidade do mal, versão brasileira. **Gazeta do povo**. Curitiba, junho de 2012.

DUARTE-PLON, Leneide. **A tortura como arma de guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A estrutura organizacional da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS-ES). **Diálogos**, v. 15, n. 2, p. 293-309, mai./ago. 2011.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A Nova República (1985-2016) e as disputas de narrativas sobre a Lei de Anistia. **Lócus**, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 290-306, 2019.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p.5-74, 2017.

FICO, Carlos. Repressão e transição política no Brasil. In. ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Mônica. **Violência na História: Memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

GUIMARÃES, Ewerton Montenegro. **A chancela do crime: a verdadeira história do Esquadrão da Morte**. Rio de Janeiro: Âmbito cultural edições, 1978.

JOFFILY, Mariana; CHIRIO, Maud. **A repressão condecorada: a atribuição da medalha do pacificador a agentes do aparato de segurança (1964-1985)**. História Unisinos, Rio Grande do Sul, p. 440-451, 2014.

JUPIARA, Aloy; OTAVIO, Chico. **Os porões da contravenção: o jogo do bicho e a ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

KORNIS, Mônica Almeida. Imagens do autoritarismo em tempos de democracia: estratégias de propaganda na campanha presidencial de Vargas de 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 71-90, jul./dez. 2014.

MCARTHUR, Fabiana Godinho. Justiça de Transição: o caso brasileiro. In. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Revista anistia política e justiça de transição**, Brasília, n.7, jan./jun. 2012.

MENESES, Sônia. Negacionismos e Histórias Públicas Reacionárias: Os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **OP SIS**, v. 19, n. 2, 2019.

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, 2019.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, p. 9-45, 2015.

NICOLAZZI, Fernando. História: memória e contramemória. **MÉTIS: História & Cultura**, v. 2, n. 3, p. 217-234, jan./jun. 2003.

NOBLE, Safyra Umoja. **Algoritmos da Opressão**: como o Google fomenta e lucra com o racismo. Trad. Felipe Domarim. Santo André: Editora Rua do Sabão, 2021.

OXFORD Languages. *Word of the Year 2016*. Oxford University Press.

PRADO, Antônio Carlos. Auschwitz da ditadura. **ISTOÉ**. Brasil, nº 2217, mai. 2012.

RAMPINELLI, Waldir José. **Um genocídio, um etnicídio e um memoricídio praticados contra os povos latino-americanos**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2013.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O governo Lula e a construção da memória do regime civil-militar. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **O passado que não passa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: Repressão e Pretensão de legitimidade (1964-1984)**. Londrina: EDUEL, 2013.

RIDENTI, MARCELO. As oposições à Ditadura: resistência e integração. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RUBERT, Silvana. Para além da “guerra suja”: as revelações de Cláudio Guerra. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, 2013.

SARMENTO-PANTOJA, Tânia. A narrativa do perpetrador no Brasil: Memórias quase póstumas de um ex-torturador e Memórias de uma Guerra Suja. **Literatura e Autoritarismo**, p. 147-156, 2019.

SILVA, Lucas B. da. **A tortura exercida no DOI-Codi durante 1968 - 1975 e seu viés político.** Graduação em História (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2016.

SOLANO, Esther. **A bolsonarização no Brasil.** In: Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. **Ditadura Militar Brasileira:** o aparelhamento do sistema repressivo e a fabricação do informante. História debates e tendências, Passo Fundo, v. 19, n. 3, p. 420-438, set./dez, 2019.

SOUZA, Percival. **Autópsia do medo:** vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Editora Globo: Porto Alegre, 2000.

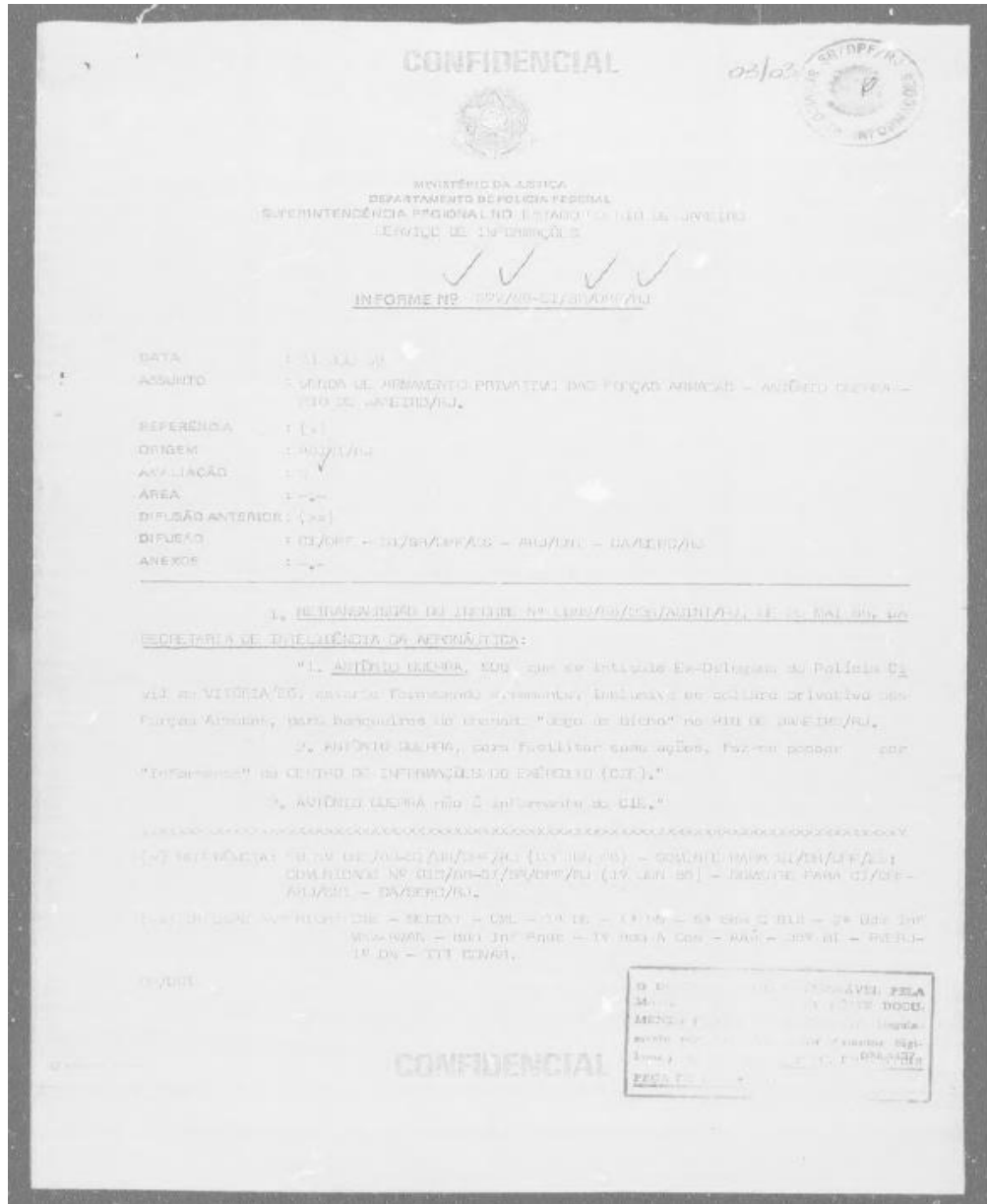
TOMAIM, Cássio dos Santos. **Documentário, história e memória:** entre os lugares e as mídias “de memória”. Significação, São Paulo, v. 46, n. 51, p. 114-134, jan./jun. 2019.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A Verdade Sufocada:** a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Brasília: Ser, 2006.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **Rompendo o Silêncio.** Brasília: Editerra Editorial, 1987.

ANEXOS

Documento 1 - Venda de armamento privativo das Forças Armadas – Cláudio Antônio Guerra – Rio de Janeiro.⁸²




Fonte: Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_90019317_d0001de0001. Informe n. 377/88-SI/SR/DPF/RJ. Data: Julho de 1988. Assunto: Venda de armamento privativo das Forças Armadas – Antônio Guerra- Rio de Janeiro/RJ.

⁸² Documento disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DfanBSB_V8/MIC/GNC/CCC/90019317/BR_DfanBSB_V8_MIC_GNC_CCC_90019317_d0001de0001.pdf. Acesso 20 de Julho de 2022.

Documento 2 – Denúncia de corrupção, roubos e homicídios praticados por policiais civis no Estado do Espírito Santo⁸³.

CONFIDENCIAL 026705 25 NOV 86 3


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
CENTRO DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO Nº **0037** /02/CI/DPF

DATA : 20 NOV 86
 ASSUNTO : DENÚNCIA DE CORRUPÇÃO, ROUBOS e HOMICÍDIOS PRATICADOS POR POLICIAIS CIVIS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
 REFERÊNCIA : Enc. Nº 283/86/DSI/MJ - 27 AGO 86
 ORIGEM : SI/SR/DPF/ES (20 OUT 86)
 ÁREA : -
 DIFUSÃO ANTERIOR : -
 DIFUSÃO : DSI/MJ - AC/SNI
 ANEXOS : -

1 - "Periodicamente, se faz notícias nas páginas dos jornais deste Estado, o envolvimento de Policiais Civis e Militares com assassinatos, corrupção, proteção a assaltantes, receptação de jóias, automóveis, agressões, invasões de domicílios, formação de "gang" etc, sendo que alguns casos os infratores são punidos e em outros, estes crimes, entram para o rol dos "Crimes Insolúveis".

2 - CLÁUDIO ANTONIO GUERRA, brasileiro, filho de Antonio Corrêa Guerra e Maria Alice dos Santos, natural de CARANGOLA/MG nascido aos 25 AGO 40, CI nº 218.775 SSP/ES, acusado de vários crimes, entre eles, latrocínio, roubo, extorsão, corrupção etc, tem o seguinte histórico:

2.1 - Em 1973, de "forma misteriosa", fugiu da Casa de Detenção desta Capital, o "Rei dos ladrões de carro", GEORGE KATALSKI (PINK), tendo sido instaurado Inquérito Policial para apurar a fuga. Esse Inquérito desapareceu da Delegacia de CLÁUDIO GUERRA, não tendo sido tomada nenhuma providência, apesar das reiterações feita pelo Promotor de Justiça, até mesmo através do Governo do Estado.

CONFIDENCIAL DFF-064

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_86059853_d0001de000. Informação n. 0037/02/CI/DPF. Data: outubro de 1986. Assunto: Denúncia de corrupção, roubos e homicídios praticados por policiais civis no estado do Espírito Santo.

⁸³ Ver documento em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/86059853/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_86059853_d0001de0001.pdf. Acesso 20 de Julho de 2022.

Documento 3 – Investigação de atividades suspeitas de Cláudio Guerra⁸⁴

ATENÇÃO:
O original deste documento, com 4 folhas(s), foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

CLÁUDIO ANTONIO GUERRA

Filiação	: Antônio Correa Guerra e Maria Alice dos Santos
Data e Local de Nascimento	: 29 AGO 40 - Carangola/MG
Estado Civil	: Casado
Profissão	: Delegação da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo SSP/ES.

A T I V I D A D E S

1. O nomeado, no cargo de Delegado de Polícia da Secretaria de Segurança Pública do Estado do ESPÍRITO SANTO (SSP/ES), tem cometido atos tidos como criminosos e adotado comportamentos que vêm criando sérios atritos entre integrantes da SSP/ES e do Departamento de Polícia Federal (DPF), no Estado do ESPÍRITO SANTO.
Várias ações extremadas provocadas pelo Delegado CLAUDIO GUERRA têm gerado ambiente de tensão, principalmente na área policial, até mesmo com incidência de perturbação da ordem, consubstanciada em episódios de violência, atentados e hostilidades entre policiais. Os fatos mais flagrantes são abaixo relacionados sumariamente e constituem uma fonte da atuação aviltante do nomeado:
 - 1.1. Em 1977, o nomeado afirmou haver sofrido um atentado em virtude de estar desbaratando uma "gang" de traficantes que, conforme as apurações por ele efetuadas, seria integrada por alguns membros da SR/DPF/ES. Foi apurado que tais afirmações eram infundadas e visavam, apenas, incompatibilizar os integrantes da SSP/ES com os do DPF/ES.

⁸⁴ Documento disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/84039711/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_84039711_d0001de0001.pdf. Acesso em 20 de julho de 2022.

1.2. Quando em DEZ/80 a Delegacia de Polícia Fazendária da DPF/ES apreendeu sete armas e muita munição contrabandeadas, o delegado esteve naquela SR e tentou, através de procedimentos irregulares, mover essas armas e munições.

1.3. Em DEZ/81, o marginal JOÃO ALVES DOS SANTOS, vulgo "JOÃO CABELUDO", foi morto dentro do caixão de uma Delegacia de Polícia da SSP/ES. Na ocasião, CLAUDIO ANTONIO GUERRA, de maneira ardilosa e intencional, "criou" uma situação tal que a autoria do crime foi atribuída ao Delegado de Polícia Federal BENÍCIO KLEIN. Durante a apuração do crime, o nominado fez, através da imprensa, declarações tendenciosas contra os elementos do DPF que causaram repercussão negativa e a incompatibilização entre os integrantes da SSP/ES e DPF. O fato gerou uma série de polêmicas, culminando com a prisão do citado Delegado do DPF, que até então responde a processo de autoria do crime.

1.4. Ainda em DEZ/81, o Delegado CLAUDIO ANTONIO GUERRA concedeu entrevista à TV GAZETA (VITÓRIA/ES), acusando o Delegado/DPF BENÍCIO da morte de "JOÃO CABELUDO", e a imprensa, partindo de suas declarações, começou a mover intensa campanha contra o Delegado/DPF BENÍCIO KLEIN.

1.5. Em NOV/82, a imprensa de VITÓRIA/ES publicou reportagem sensacionalista de que CLAUDIO GUERRA escapara de um atentado a tiros quando saía de um instituto de ginástica.

Constatou-se, através de levantamentos efetuados, que o atentado teria sido programado pelo pessoal do próprio Delegado CLAUDIO GUERRA.

A simulação engendrada e as posteriores declarações do Delegado GUERRA, prestadas à imprensa aludindo o envolvimento de policiais federais no episódio, indicaram o evidente propósito de incompatibilizar, mais uma vez, o DPF com a opinião pública.

1.6. Em seguida ao "atentado" sofrido por CLAUDIO GUERRA, foi detectada a presença de policiais civis da SSP/ES, armados, comandados pelo nominado, mantendo vigilância sobre alguns servidores da Superintendência do DPF no ESPIRITO SANTO, nas proximidades das instalações da SR/DPF/ES, inclusive sob risco de um confronto entre policiais.

1.7. CLAUDIO ANTONIO GUERRA tem em seu poder cópia da INFORMAÇÃO nº 010/82, do Serviço de Informações da SR/DPF/ES, que fora difundida, com a classificação de CONFIDENCIAL, para o CI/DPF, ARJ/SNI, 2a. BRIG INF, 389 BI e 3a. CSM.

A informação mencionava fatos tidos como criminosos praticados pelo nominado.

Cópia da Informação foi entregue por CLAUDIO GUERRA para a advogada JUNO AVILA que, avaliando a gravidade da situação, restituiu o documento sigiloso à SR/DPF/ES, além de prestar declarações sobre confidências feitas por seu constituinte de que o mesmo estava envolvido em "última tentativa para enriquecer, ainda, nos derradeiros três meses da administração do Governador EURICO RESENTE".

CLAUDIO GUERRA disse a advogada JUNO AVILA que obtivera cópia da Informação do DPF "junto a amigos do 1 Exército", onde alega "ter bom conceito, inclusive na área de Informações".

Pelo exame do documento restituído, há indícios de que o vazamento teria ocorrido na 2a. Brigada de Infantaria.

Atualmente, a advogada JUNO AVILA tem manifestado temor de sofrer represália violenta da parte de CLAUDIO GUERRA, em razão deste ter tomado conhecimento da sua iniciativa de procurar as autoridades federais.

1.8. O nomeado mantém ligações com contrabandistas, traficantes de tóxicos e com uma quadrilha internacional dedicada ao roubo de automóveis. Dentre essas ligações, a mais conhecida é a que mantinha com JONATHAS BULAMARQUES DE SOUZA, o qual sofreu um atentado à bomba e 4 meses depois foi assassinado a tiros. Tal atentado e assassinato têm sido atribuídos pela imprensa ao Delegado/SSP/ES - CLAUDIO ANTONIO GUERRA.

1.9. Há indícios de que outros atentados à bomba, ocorridos em VITÓRIA/ES, teriam sido praticados, também, pelo citado Delegado/SSP/ES.

1.10. Em 19 JAN 63, o Delegado CLAUDIO GUERRA, embora gozando férias regulamentares, chefiou uma ação policial que invadiu uma banca de "JOGO DE BICHO" de propriedade de ERIVALDO LIRA DE OLIVEIRA - vulgo "PERNAMBUCO"-ex-Guarda-Costa de JONATHAS BULAMARQUES DE SOUZA.

O fato teve ampla repercussão na imprensa local, considerando-se que desta feita os contraventores prejudicados apresentaram queixa na SSP/ES, alegando que foram roubados em Cr\$ 600.000,00 entre jóias e dinheiro.

Citada invasão tinha por objetivo obrigar os contraventores a se filiarem à organização "BANCAS REUNIDAS", que controla todo o jogo no ESPIRITO SANTO.

Várias testemunhas reconheceram os veículos utilizados pelos policiais para a supracitada ação policial como sendo os mesmos, também, usados pelos autores dos outros delitos ainda sem solução na SSP/ES, tais como:

- "stentado" ao próprio Delegado;
- assassinato de JONATHAS BULMARQUES DE SOUZA;
- sequestro e morte do proprietário da Churrascaria MINUANO, ANTONIO SÉRGIO ONGARATTO.

2. CLAUDIO ANTÔNIO GUERRA, incrustado na SSP/ES, atua impunemente como um "poder paralelo" de alta periculosidade, acima dos poderes constituídos e da própria Lei, sem que nenhuma providência seja tomada por autoridades do Governo do Estado, que até o prestigiam, nomeando-o para cargos de grande responsabilidade como a Chefia da Assessoria Técnica de Informações, ato logo revogado por interferência de Órgãos do Sistema Nacional de Informações (SISNI). Atualmente, foi nomeado para o cargo de Delegado de Defraudações e Falsificações, graças à simpatia que goza junto ao Coronel PM-R/1 DÉCIO NASCIMENTO, Superintendente de Polícia Civil/ES.

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_84039711_d0001de000. Informe n. 2029/38-GAB/CI/DPF. Data: novembro de 1983. Assunto: Pedido de passagem à disposição da CPI/CAPEMI/CÂMARA DOS DEPUTADOS CLAUDIO ANTÔNIO GUERRA.

Documento 4 – Cláudio Antônio Guerra: denúncias⁸⁵

NUMERAÇÃO		INFORME Nº 223 / 02.11.05-VII GUERRA
M Aer	PNI	
<p>Sobre CLAUDIO ANTONIO GUERRA, transcrevem-se registros</p> <p>* CARLOS ANTONIO ARAUJO, é motorista de segurança, tendo sido e em exercício na Secretaria de Segurança Pública/ES.</p> <p>O nominado, em 19 MAR 82, na Superintendência de Polícia Federal/ES, prestou declarações fazendo graves acusações contra a atuação da Superintendência Geral de Polícia Civil no Distrito Sudoeste.</p> <p>Em suas declarações, CARLOS ANTONIO ARAUJO alegou estar sendo ameaçado e perseguido, por não ter entrado na "esquema" montada pelo Superintendente Geral de Polícia Civil, Coronel MÁRCIO NASCIMENTO.</p> <p>Em tal "esquema" o Coronel MÁRCIO comandava um grupo composto pelos policiais: de Vila Velha, OSÍRES FERREIRA (Tenente) e de São Torquato, sargento DE JESUS GONÇALVES BATISTA; da Delegacia do Centro, ISRAEL PEREIRA, vulgo "CABARÁ"; da Delegacia Intermunicipal, desde os tempos do Delegado CLAUDIO ANTONIO GUERRA, e o atual chefe JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA, que em tempos atrás foi exonerado por embriaguez contumaz e por problemas causados no Bairro de Ilhéus; e do Grupo de Apoio ou Grupo de Elite.</p> <p>O Delegado de maior ligação com o Coronel MÁRCIO NASCIMENTO era CLAUDIO GUERRA, sendo que este, segundo CARLOS ANTONIO</p>		

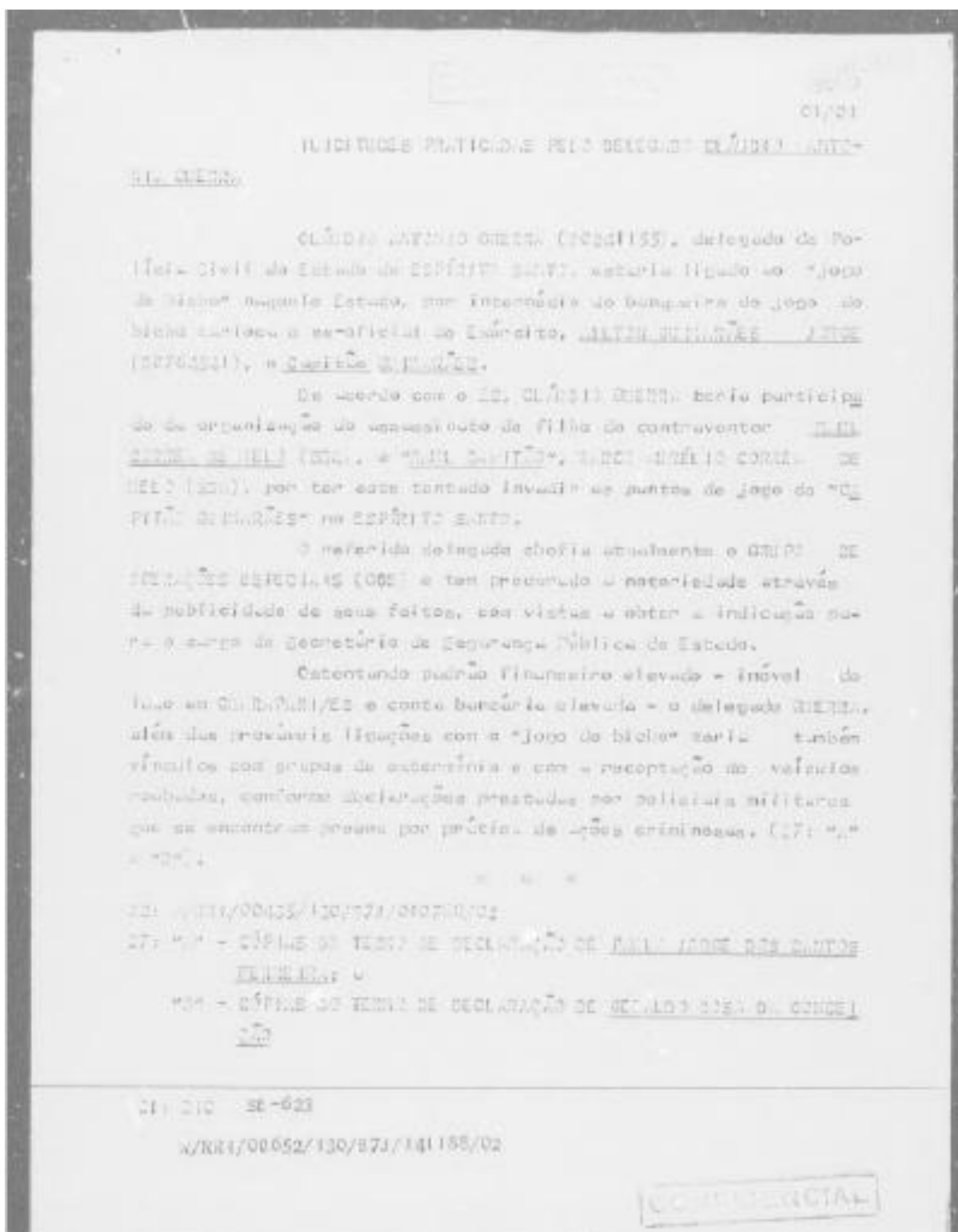
⁸⁵ Documento disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_VAZ/0/0/28408/BR_DFANBSB_VAZ_0_0_28408_d0001de0001.pdf. Acesso 20 de julho de 2022.

CONFIDENCIAL		VR2.100.184.0.1/2
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA		- Fls 01/05 - Em 02 AGO 88
1 - ASSUNTO	CLAUDIO ANTONIO GUERRA	
2 - ORIGEM	CI/DIT	
3 - CLASSIFICAÇÃO	2	
4 - DIFUSÃO	INT/BJ	
5 - CLASSIFICAÇÃO ANTERIOR	+	
6 - DIFUSÃO ANTERIOR	DECINT - AIR/DIT	
7 - REFERÊNCIA	DD NR 1153/88/SI/CA/INT/BJ de 200755	
NUMERAÇÃO		
M Aer	PNI	INFORME Nº 223 /88-I/a-III GUERRA
<p>Sobre CLAUDIO ANTONIO GUERRA, transcrevem-se os seguintes dados:</p> <p>* CARLOS ANTONIO ARAUJO, é motorista de segurança, tendo sido a em exercício na Secretaria de Segurança Pública/SP.</p> <p>O nominado, em 19 MAR 82, na Superintendência de Polícia Federal/ES, prestou declarações fazendo graves acusações contra a atuação da Superintendência Geral de Polícia Civil no Distrito Santo.</p> <p>Em suas declarações, CARLOS ANTONIO ARAUJO alegou estar sendo ameaçado e perseguido, por não ter entrado no "esquema" montado pelo Superintendente Geral de Polícia Civil, Coronel DÉCIO NASCIMENTO.</p> <p>Em tal "esquema" o Coronel DÉCIO comandava um grupo composto pelos policiais: de Vila Velha, OSÍRES FERREIRA FERREIRA; de São Torquato, sargento PM JOSÉ GOMES BATISTA; da Delegacia do Centro, ISRAEL PEREIRA, vulgo "CABARÁ"; da Delegacia Policial, desde os tempos do Delegado CLAUDIO ANTONIO GUERRA, e o atual chefe JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA, que em tempos atrás foi encontrado por embriaguez contumaz e por problemas causados no Bairro de Ilhéus; e do Grupo de Apoio ou Grupo de Elite.</p> <p>O Delegado de maior ligação com o Coronel DÉCIO NASCIMENTO era CLAUDIO GUERRA, sendo que este, segundo CARLOS ANTONIO ARAUJO,</p>		
CONFIDENCIAL		- Continua -

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica - br_dfanbsb_vaz_0_0_28408_d0001de0001. Informe n. 223/88-i/a2-iii. Data: Agosto de 1988. Assunto: Claudio Antônio Guerra.

Documento 5 – Ilícitudes praticadas pelo Delegado Cláudio Antônio Guerra⁸⁶



⁸⁶ Documento disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ccc/88016869/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_88016869_d0001de0001.pdf. Acesso em 20 de julho de 2022.

27. 24° 28/3

TRIA. ELIMINACIÓN DEL... (mirrored text)

... (mirrored text) ...

[Handwritten signature]

04/10

Impressões da visita e outras em momentos de estar a "Gostoso", pro-
 yvira não sendo pelo entendimento de uma das duas partes, e
 "Gostoso" foi comunicado e Tomate E. Gilma considerou em determi-
 nação das duas e outras duas famílias, a respeito de Eládio Soares e Ten-
 tado também disse ter conhecido a mulher no curso de Eládio Soares
 quem é que tenha conhecido no seu caso e a esposa, pelo que se entende de
 um casamento e não sabia que o mesmo Eládio Soares de casamento,
 conhecido em "Costa da Rocha" e Eládio Soares e Gilma disse também que o
 Eládio Soares estava perto de casa e mulher, de casamento de marido e a
 mulher Eládio foi encontrado e acompanhado de Eládio Soares, por
 Eládio Soares em Eládio Soares, com a presença de IP Ten E. Vitor Pa-
 ul, que assinava um auto-protector e Eládio de Soares, Eládio "Ti-
 ci, policial civil, ajudou a acreditar e Eládio Soares e esposa e marido,
 e de Eládio Soares, de Tomate, conhecido por "Gostoso", com o re-
 torção de Eládio Soares pelo Tenente Vitor Paulo e Tenente Vitor Pa-
 ul e Eládio Soares está a direção da Secretaria de Segurança Pública e /
 das partes do SIB (Grupo de Operações Especiais), tendo sido dirigi-
 to sob os ordens de Eládio Soares para de Eládio Soares de Eládio
 Soares, e Tenente Vitor Paulo foi acompanhado de Eládio Soares e Eládio
 Soares de Eládio Soares quando chegou a trabalhar no SIB, e Tenen-
 te Vitor Paulo passou a preso, e de Eládio Soares em Eládio
 Soares ou Eládio Soares; com a presença de Eládio Soares foi na presença de /
 Rio de Janeiro, com participação de Eládio Soares, que partici-
 pação à equipe do SIB; Eládio Soares, e Eládio Soares Soares ter
 na presença que trabalha no Rio de Janeiro, com o Richard Soares de Eládio
 Soares; o Eládio Soares foi neste período não por deixar o Eládio Soares
 de Eládio Soares e Eládio Soares (Joga de Eládio Soares, participando em
 Vila Velha; o Sargento João Carlos Eládio Soares ligação com o Eládio Soares
 vinda correu Eládio Soares e esposa, com a presença de Eládio Soares, de /
 Soares, não se encontra mais constantemente de Eládio Soares que Eládio Soares, assim
 que o Eládio Soares e Eládio Soares Eládio Soares foi neste período
 Eládio Soares, tendo Eládio Soares Eládio Soares Eládio Soares, por o Eládio Soares /
 Eládio Soares, de Eládio Soares Eládio Soares; a polícia Eládio Soares foi
 neste período Eládio Soares de Eládio Soares que Eládio Soares Eládio Soares de /
 Eládio Soares e Eládio Soares Eládio Soares, não teve Eládio Soares, com a
 presença de Eládio Soares e Eládio Soares de Eládio Soares Eládio Soares, por /
 de Eládio Soares Eládio Soares, por Eládio Soares de Eládio Soares, /
 Eládio Soares que o Eládio Soares Eládio Soares Eládio Soares, e Eládio Soares

Paulo

Documento 6 – Reportagem jornalística⁸⁷



Fonte: Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_87014223_d0001de0001. Informação n. 014223/87. Data: janeiro de 1987. Assunto: Mudança de comportamento do “Jornal da Cidade” – Espírito Santo.

⁸⁷ Documento disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ccc/87014223/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_87014223_d0001de0001.pdf. Acesso 20 de julho de 2022.

Documento 7 – Reportagem Jornalística – Guerra é o Romeu Tuma capixaba⁸⁸

Guerra é o Romeu Tuma capixaba

ARTHUR DAMESA

Existe uma tentativa clara de tumultuar o início do governo de Max Mauro. A imprensa comprometida torna-se portavoz de grupos não comprometidos com os anseios da grande maioria da população e diariamente "nomeia" um secretário. Entre os "nomeados" está o delegado Cláudio Guerra, que grupos conservadores, aliados ao sub-mundo da contravenção, pretende impor na Secretaria de Segurança Pública.

O delegado Cláudio Guerra está na berlinda da imprensa local. Não é a primeira vez que isso acontece. Ele já esteve nas primeiras páginas dos jornais no início do governo de Gerson Camata, quando Dirceu Cardoso foi designado para a pasta da Segurança Pública. O vencedor, no exercício da Secretaria da Segurança Pública, colocou uma mesa à porta de seu gabinete e lá deixou de "castigo" Cláudio Guerra. A justificativa para tal atitude foi curta e grossa, bem no estilo de Dirceu Cardoso: "não vai". Cláudio Guerra sai da Superintendência de Polícia ocorre um crime insolúvel no Espírito Santo.

A alusão à vida pregressa do delegado ficou assim oficial, já que saiu da boca de um secretário de Estado. As "forças

ocultas" fizeram da passagem do ex-senador Dirceu Cardoso pela Segurança Pública um desastre. Dirceu Cardoso passou. Cláudio Guerra, não. Está aí novamente em evidência. Desta vez como herói. Desvendou em tempo recorde o assassinato de um famoso arquiteto. Por incrível que possa parecer, foi ele que levantou os crimes de novo esquadrão da morte (que nunca deixou de existir em nenhum Estado brasileiro, vide a ROTA paulista). Outros crimes cometidos no Espírito Santo estão sob a incumbência do delegado para serem elucidados.

Em função da sua atuação, o delegado diariamente ganha mais espaço nos jornais, nas rádios e televisões. Virou vedete, exemplo de policial exemplo. Cláudio Guerra está sendo uma espécie de Romeu Tuma, o delegado paulista do tempo da repressão política que depois de endeuçado pela imprensa sem memória acabou diretor da Polícia Federal na "nova república". A mesma trama está sendo urdida pela imprensa capixaba em relação a Cláudio Guerra. O governador Max Mauro deve estar atento a estas manobras a fim de cumprir seus compromissos com as mudanças que o povo capixaba exige.

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_87014223_d0001de0001. Informação n. 014223/87. Data: janeiro de 1987. Assunto: Mudança de comportamento do "Jornal da Cidade" – Espírito Santo.

⁸⁸ Documento disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ccc/87014223/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_87014223_d0001de0001.pdf. Acesso 20 de julho de 2022.